

# Avaliação Ambiental Estratégica



## Plano Diretor Municipal de Barcelos

Relatório Ambiental  
maio | 2015



## Ficha Técnica

### Coordenação

Maria do Rosário Partidário

### Equipa Técnica

Joana Lima

Margarida Monteiro

Rita Bruno Soares

Rute Martins

Sofia Frade

## Índice

<b>1</b>	<b><i>Introdução e antecedentes</i></b>	<b>1</b>
<b>2</b>	<b><i>Objetivo e metodologia da AAE</i></b>	<b>2</b>
<b>3</b>	<b><i>Objeto de avaliação</i></b>	<b>5</b>
<b>4</b>	<b><i>Quadro de avaliação</i></b>	<b>7</b>
4.1	<b>Questões Estratégicas (QE)</b>	<b>7</b>
4.2	<b>Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS)</b>	<b>8</b>
4.3	<b>Quadro de Referência Estratégico (QRE)</b>	<b>9</b>
4.4	<b>Quadro de avaliação: Fatores Críticos para a Decisão, Critérios de avaliação e Indicadores</b>	<b>11</b>
<b>5</b>	<b><i>Análise e Avaliação de Opções Estratégicas</i></b>	<b>15</b>
5.1	<b>Opções Estratégicas Iniciais</b>	<b>15</b>
5.2	<b>Evolução das Opções Estratégicas</b>	<b>18</b>
<b>6</b>	<b><i>Avaliação do Modelo de Ordenamento por FCD</i></b>	<b>20</b>
<b>6.1</b>	<b>FCD#1 – Identidade cultural</b>	<b>20</b>
6.1.1	Questões e tendências críticas	20
6.1.2	Análise SWOT	20
6.1.3	Avaliação do Modelo	20
6.1.4	Síntese da Avaliação e Diretrizes de Planeamento e Gestão	21
6.1.5	Diretrizes de Monitorização	22
6.1.6	Quadro de Governança	23
<b>6.2</b>	<b>FCD#2 – Valorização dos recursos territoriais</b>	<b>23</b>
6.2.1	Questões e tendências críticas	23
6.2.2	Análise SWOT	23
6.2.3	Avaliação do Modelo	24
6.2.4	Síntese da Avaliação e Diretrizes de Planeamento e Gestão	26
6.2.5	Diretrizes de Monitorização	28
6.2.6	Quadro de Governança	29
<b>6.3</b>	<b>FCD#3 – Competitividade</b>	<b>30</b>
6.3.1	Questões e tendências críticas	30
6.3.2	Análise SWOT	30
6.3.3	Avaliação do Modelo	31
6.3.4	Síntese da Avaliação e Diretrizes de Planeamento e Gestão	33
6.3.5	Diretrizes de Monitorização	37
6.3.6	Quadro de Governança	37
<b>6.4</b>	<b>FCD#4 – Organização e gestão municipal</b>	<b>38</b>
6.4.1	Questões e tendências críticas	38

6.4.2	Análise SWOT	38
6.4.3	Avaliação do Modelo	39
6.4.4	Síntese da Avaliação e Diretrizes de Planeamento e Gestão	42
6.4.5	Diretrizes de Monitorização	45
6.4.6	Quadro de Governança	45
<b>6.5</b>	<b>FCD#5 – Ordenamento territorial</b>	<b>46</b>
6.5.1	Questões e tendências críticas	46
6.5.2	Análise SWOT	46
6.5.3	Avaliação do Modelo	47
6.5.4	Síntese da Avaliação e Diretrizes de Planeamento e Gestão	49
6.5.5	Diretrizes de Monitorização	50
6.5.6	Quadro de Governança	51
<b>6.6</b>	<b>FCD#6 – Coesão social e potencial humano</b>	<b>51</b>
6.6.1	Questões e tendências críticas	51
6.6.2	Análise SWOT	52
6.6.3	Avaliação do Modelo	52
6.6.4	Síntese da Avaliação e Diretrizes de Planeamento e Gestão	53
6.6.5	Diretrizes de Monitorização	54
6.6.6	Quadro de Governança	54
<b>7</b>	<b><i>Evolução do processo de elaboração do Plano</i></b>	<b>_____ Erro! Marcador não definido.</b>
<b>8</b>	<b><i>Conclusões</i></b>	<b>56</b>
	<b><i>Referências Bibliográficas</i></b>	<b>61</b>
	<b><i>Anexo I – Lista de entidades relevantes para consulta</i></b>	<b>A</b>
	<b><i>Anexo II – Objetivos e metas relevantes do QRE</i></b>	<b>B</b>
	<b><i>Anexo III – Síntese da Avaliação das Opções Estratégicas</i></b>	<b>S</b>
	<b><i>Anexo IV – Análise Tendencial</i></b>	<b>AA</b>
	<b>A3.1 – FCD#1 – Identidade Cultural</b>	<b>AA</b>
	<b>A3.2 – FCD#2 – Valorização dos recursos territoriais</b>	<b>CC</b>
	<b>A3.3 – FCD#3 – Competitividade</b>	<b>HH</b>
	<b>A3.4 – FCD#4 – Organização e gestão municipal</b>	<b>OO</b>
	<b>A3.5 – FCD#5 – Ordenamento territorial</b>	<b>UU</b>
	<b>A3.6 – FCD#6 – Coesão social e potencial humano</b>	<b>ZZ</b>

## Índice de Quadros

QUADRO 1: CRUZAMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PDM COM AS OE SEGUIDAS PELO PDM. ....	5
QUADRO 2: RELAÇÃO QE E FCD.....	8
QUADRO 3: QUESTÕES AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE (QAS) RELEVANTES, POR FCD.....	8
QUADRO 4: RELEVÂNCIA DO QRE POR FCD. ....	10
QUADRO 5: OBJETIVOS E ÂMBITO, CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E INDICADORES POR FCD. ....	11
QUADRO 6: OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PDM DE BARCELOS. ....	15
QUADRO 7: ANÁLISE SWOT – FCD #1 IDENTIDADE CULTURAL. ....	20
QUADRO 8: SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO – FCD #1 IDENTIDADE CULTURAL.....	21
QUADRO 9: DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO – FCD #1 IDENTIDADE CULTURAL. ....	22
QUADRO 10: QUADRO DE GOVERNANÇA – FCD #2 IDENTIDADE CULTURAL. ....	23
QUADRO 11: ANÁLISE SWOT – FCD #2 VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS TERRITORIAIS.....	24
QUADRO 12: SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO – FCD #2 VALORIZAÇÃO TERRITORIAL....	26
QUADRO 13: DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO – FCD #2 VALORIZAÇÃO TERRITORIAL. ....	28
QUADRO 14: QUADRO DE GOVERNANÇA – FCD #2 VALORIZAÇÃO TERRITORIAL. ....	29
QUADRO 15: ANÁLISE SWOT – FCD #3 COMPETITIVIDADE. ....	30
QUADRO 16: SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO – FCD #3 COMPETITIVIDADE. ....	34
QUADRO 17: DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO – FCD #3 COMPETITIVIDADE.....	37
QUADRO 18: QUADRO DE GOVERNANÇA – FCD #3 COMPETITIVIDADE.....	37
QUADRO 19: ANÁLISE SWOT – FCD #4 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO MUNICIPAL.....	38
QUADRO 20: SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO – FCD #4 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO MUNICIPAL. ....	42
QUADRO 21: DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO – FCD #4 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO MUNICIPAL. ....	45
QUADRO 22: QUADRO DE GOVERNANÇA – FCD #4 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO MUNICIPAL. ....	45
QUADRO 23: ANÁLISE SWOT – FCD #5 ORDENAMENTO TERRITORIAL. ....	46
QUADRO 24: SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO – FCD #5 ORDENAMENTO TERRITORIAL. ....	49
QUADRO 25: DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO – FCD #5 ORDENAMENTO TERRITORIAL.....	50
QUADRO 26: QUADRO DE GOVERNANÇA – FCD #5 ORDENAMENTO TERRITORIAL.....	51
QUADRO 27: ANÁLISE SWOT – FCD #6 COESÃO SOCIAL E POTENCIAL HUMANO.....	52
QUADRO 28: SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO – FCD #6 COESÃO SOCIAL E POTENCIAL HUMANO. ....	53
QUADRO 29: DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO – FCD #6 COESÃO SOCIAL E POTENCIAL HUMANO.....	54
QUADRO 30: QUADRO DE GOVERNANÇA – FCD #6 COESÃO SOCIAL E POTENCIAL HUMANO.....	54
QUADRO 31: ORIENTAÇÕES DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE POR FCD.....	B
QUADRO 32: SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DE OPÇÕES ESTRATÉGICAS. ....	T
QUADRO 33: INDICADORES CULTURAIS.....	BB
QUADRO 34: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS E SAU NA NUT III DO CÁVADO ENTRE 1989 E 2009. HH	
QUADRO 35: CABEÇAS NORMAIS DE GADO POR SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA (CN/HA). ....	II
QUADRO 36: EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS COM ATIVIDADES LUCRATIVAS NÃO AGRÍCOLAS (Nº). ....	JJ
QUADRO 37: TIPOLOGIA E NÚMERO DE OFICINAS ARTESANAIS EXISTENTES EM BARCELOS. ....	JJ
QUADRO 38: NÚMERO DE PEDIDOS DE ADMISSÃO À MODALIDADE TER E UNIDADES LICENCIADAS EM 26.02.2003 PELA DGT. FONTE: RELATÓRIO E PROPOSTA DA CARTA TURÍSTICA DO CONCELHO, 2004. ....	KK
QUADRO 39: RESULTADOS DE DISTÂNCIA ECONÓMICA. ....	OO
QUADRO 40: RESULTADOS DO ÍNDICE DE OPORTUNIDADE. ....	OO
QUADRO 41: DESEMPENHO GLOBAL DO MUNICÍPIO DE BARCELOS NA EXECUÇÃO DAS INICIATIVAS DE SIMPLIFICAÇÃO AUTÁRQUICA DO PROGRAMA SIMPLEX. ....	PP

QUADRO 42: DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA PARA 2010 E 2012. ....	RR
QUADRO 43: DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DO POCAL, PARA 2009 E 2013. ....	SS
QUADRO 44: PROJETOS EM ESTUDO/CURSO NO ÂMBITO DA TEMÁTICA DO TURISMO. ....	TT
QUADRO 45: ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS POR TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO. ....	TT
QUADRO 46: COBERTURA DA REDE DE TRANSPORTES. ....	XX
QUADRO 47: DURAÇÃO MÉDIA DAS VIAGENS SEGUNDO O MOTIVO E OS MODOS DE TRANSPORTE MAIS SIGNIFICATIVOS. ....	YY
QUADRO 48: DESEMPREGO REGISTRADO ENTRE 2004 E 2012. ....	AAA
QUADRO 49: TAXA DE ABANDONO ESCOLAR NA REGIÃO NORTE DE PORTUGAL, EM 2001 E 2011.....	BBB

## Índice de Figuras

FIGURA 1: ESPAÇO URBANO E ZONA INDUSTRIAL EXISTENTE EM ZONAS AMEAÇADAS PELAS CHEIAS. ....	DD
FIGURA 2: ZONAS INDUSTRIAIS LOCALIZADAS EM ÁREAS DE INFILTRAÇÃO MÁXIMA.....	DD
FIGURA 3: QUALIDADE DA ÁGUA SUPERFICIAL NOS RIOS NEIVA, CÁVADO E ESTE.....	EE
FIGURA 4: EVOLUÇÃO DOS PARÂMETROS DE QUALIDADE DA ESTAÇÃO 69/N1.....	EE
FIGURA 5: DADOS DA REDE DE QUANTIDADE DE ÁGUA SUBTERRÂNEA DA ESTAÇÃO 69/N1.....	FF
FIGURA 6: ESTIMATIVAS PARA OS ANOS DE 2008 E 2014 DOS NÍVEIS DE EXPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DE BARCELOS AO RUÍDO EM TERMOS DE $L_{DEN}$ E $L_N$ (INDICADOR DE RUÍDO DIURNO-ENTARDECER-NOTURNO E INDICADOR DE RUÍDO NOTURNO).....	GG
FIGURA 7: EXPLORAÇÕES QUE PRATICAM AGRICULTURA BIOLÓGICA/INTEGRADA EM 1999.....	HH
FIGURA 8: PRODUÇÃO VINÍCOLA DECLARADA EM VINHO (HL) NO CONCELHO DE BARCELOS.....	II
FIGURA 9: NÚMERO DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS A TEMPO COMPLETO E TEMPO PARCIAL ENTRE 1989 E 2009.....	II
FIGURA 10: TIPOLOGIAS DE ARTESANATO EXISTENTES EM BARCELOS, SEGUNDO A PRESENÇA DE OFICINAS ARTESANAIS.....	JJ
FIGURA 11: ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS E TAXA LÍQUIDA DE OCUPAÇÃO DE CAMA ENTRE 2001 E 2011.....	LL
FIGURA 12: NÚMERO DE EMPRESAS DO SETOR SECUNDÁRIO ENTRE 1995 E 2001.....	MM
FIGURA 13: CLUSTERS INDUSTRIAIS NO CONCELHO DE BARCELOS.....	NN
FIGURA 14: TAXA DE VARIAÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS TERCIÁRIOS (1995-2001).....	NN
FIGURA 15: RELAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS: COMPARAÇÃO PORTUGAL, CÁVADO E BARCELOS.....	RR
FIGURA 16: TAXA DE INVESTIMENTO EMPRESARIAL DA NUT III NORTE.....	SS
FIGURA 17: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO/ENSINO NOS ANOS LETIVOS 2006/2007 E 2010/2011 PARA O MUNICÍPIO DE BARCELOS.....	UU
FIGURA 18: RESPOSTA EFETIVA ATUAL (2006) E RESPOSTA IDEAL RELATIVAMENTE AOS EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO.....	VV
FIGURA 19: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CENTROS DE SAÚDE E HOSPITAIS PRIVADOS E PÚBLICOS ENTRE 2002 E 2009 NO MUNICÍPIO DE BARCELOS.....	VV
FIGURA 20: NÚMERO DE FOGOS E DE EDIFÍCIOS LICENCIADOS E CONCLUÍDOS EM BARCELOS NO PERÍODO ENTRE 1995 E 2010.....	WW
FIGURA 21: ÁREA DE INFLUÊNCIA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE URBANO.....	YY
FIGURA 22: POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO ATINGIDO EM 2011.....	ZZ

## Índice de Acrónimos

AA	Avaliação Ambiental
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AC	Alterações Climáticas
ACIB	Associação Comercial e Industrial de Barcelos
ADB	Águas de Barcelos, S.A.
ALE	Áreas de localização empresarial
APA	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
ART-PN	Agência Regional de Turismo Porto e Norte
CA	Comissão de Acompanhamento
CAE	Classificação Portuguesa de Atividades Económicas
CCDR-N	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CIM	Comunidade Intermunicipal
CMB	Câmara Municipal de Barcelos
EB	Escola Básica
EEU	Estrutura Ecológica Urbana
EMD	Empresa Municipal de Desportos de Barcelos
EMEC	Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos
ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005 – 2015
ENEAPAI	Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais
ENF	Estratégia Nacional Florestal
ENPSIS	Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social 2008 – 2010
ERAE	Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica
ERT	Entidade Regional de Turismo
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
GEE	Gases de Efeito de Estufa
IA	Incidência Ambiental
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
IST	Instituto Superior Técnico
Lden	Indicador de nível de ruído diurno-entardecer-noite
Ln	Indicador de nível de ruído noturno
NUT	Nomenclaturas de unidades territoriais para fins estatísticos
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Política Agrícola Comum
PBH Cávado/Ave/Lima	Plano de Bacia Hidrográfica do Cávado, Ave e Lima
PDM	Plano Diretor Municipal
PEAASAR II	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013
PENDR	Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007 – 2013
PENT	Plano Estratégico Nacional para o Turismo



PERSU II	Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2006 – 2016
PET	Plano Estratégico de Transportes 2008-2020
PGETIC	Plano Global Estratégico de Racionalização e Redução dos Custos das TIC
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNAC	Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PNACE	Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2015
PNAI	Plano Nacional de Ação para a Inclusão 2010-2012
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território 2007-2025
PNUEA	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
PON	Plano Operacional Nacional 2007 – 2013
POPH	Programa Operacional Temático Potencial Humano 2007-2013
POR	Programa Operacional Regional
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural
PROF do Baixo Minho	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho
PROT-Norte	Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Norte
QA	Questões Ambientais
QAS	Questões Ambientais e de Sustentabilidade
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REN	Reserva Ecológica Nacional
RSI	Rendimento Social de Inserção
RU	Resíduos Urbanos
RUCI	Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação
SANU	Superfície Agrícola Não Utilizada
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SIG	Sistema de Informação Geográfico
SNIRH	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
TCR	Transporte Coletivo Rodoviário
TER	Turismo no Espaço Rural
TI	Transporte Individual
UE	Unidades de Execução
UOPG	Unidades Operativas de Planeamento e Gestão
UTRAT	Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território

## 1 Introdução e antecedentes

O presente documento constitui o Relatório Ambiental (RA) da Avaliação Ambiental (AA) do processo de elaboração do Plano Diretor Municipal de Barcelos (PDM Barcelos).

O PDM Barcelos encontra-se sujeito a um processo de AA de acordo com o Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de setembro - com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro e subsidiariamente pelo Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio. Este enquadramento define como responsável pela AA o proponente do Plano.

Essa responsabilidade estende-se à decisão de elaborar a AA, determinação do seu âmbito e alcance, consulta de entidades e do público sobre esse âmbito e alcance, preparação do RA e respetivas consultas públicas e institucionais, e, por fim, apresentação da Declaração Ambiental à Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) desenvolve-se através de uma metodologia que assume um papel de facilitador do processo de planeamento.

A primeira fase da AAE foi conduzida internamente, pela equipa da Câmara Municipal de Barcelos (CMB) e corresponde à fase de estabelecimento de contexto e definição dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD), da qual resultou um relatório que estabeleceu o âmbito e o alcance da AA. Seguidamente a CMB entendeu alargar a equipa para a continuação da AAE.

A atual equipa de AAE que iniciou a sua atividade em setembro 2009 procedeu em primeiro lugar à revisão dos FCD, respetivos critérios de avaliação e indicadores com o objetivo de os fazer mais estratégicos e convergentes com uma conceção da estratégia preliminar de revisão do PDM Barcelos. Uma vez estabilizado o quadro de avaliação, procedeu-se à avaliação de Opções Estratégicas (OE), em outubro de 2009.

Uma vez disponibilizada a proposta de ordenamento, procedeu-se à avaliação da Proposta de Plano em setembro de 2012 a qual foi revista, perante uma versão final da proposta de ordenamento, em outubro de 2013. Foi avaliado o modelo territorial e a sua materialização nas medidas regulamentares. Decorrente desta avaliação, verificou-se que alguns dos riscos potenciais considerados mais relevantes durante a fase de avaliação das OE, foram reduzidos, fruto dos elementos entretanto integrados na Proposta de Plano pela equipa de elaboração do PDM Barcelos.

O processo de avaliação foi acompanhado por reuniões de acompanhamento com a CMB, durante as quais foram feitas sugestões e contribuições para a equipa de planeamento em matéria de ambiente e sustentabilidade.

O presente RA reflete o acompanhamento do processo de elaboração do PDM Barcelos pela AAE, desde a avaliação das estratégias de desenvolvimento municipal à definição de medidas para a sua territorialização.

Este RA destina-se a consulta institucional e consulta pública, nos termos do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho. Durante a consulta institucional e após os

resultados da consulta pública, o RA será sistematicamente revisto em função de comentários diretos ao RA bem como alterações decorrentes de alterações à Proposta de Plano. No final de todas as consultas será elaborada a versão definitiva do RA de acordo com a versão definitiva do PDM Barcelos.

Em fevereiro de 2014 foi entregue o RA pela equipa da AAE à equipa do Plano. Nesse Relatório procedeu-se a uma revisão da avaliação perante uma versão final da proposta de ordenamento (entregue a 2 de outubro de 2013 e datada de setembro de 2012). A avaliação contida no presente relatório tem em conta essa versão do Plano. Após os períodos de consulta institucional e consulta pública, foi entregue à equipa da AAE a 11 de maio de 2015 a última versão do Regulamento (“Projeto da 1ª Revisão do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Barcelos”). Decorrente da análise do novo documento verificou-se a existência de alterações face à versão avaliada pela AAE e entregue em 2014. Contudo, tais alterações não implicam modificações na avaliação, nomeadamente para as oportunidades e riscos identificados.

## 2 Objetivo e metodologia da AAE

Esta AA sobre o PDM Barcelos foi desenvolvida com base na metodologia de AAE, tal como descrita em Partidário (2012), segundo a qual a avaliação tem como objetivos ajudar a criar condições de desenvolvimento do município de Barcelos que incorporem prioridades e preocupações ambientais e de sustentabilidade. Para esse efeito estabelece a metodologia que a AAE deve ser conduzida em simultâneo com a elaboração do Plano, considerar opções estratégicas para avaliação, avaliar as oportunidades e riscos para o município de Barcelos quer das opções estratégicas a seguir quer da sua expressão em medidas propostas pela proposta de ordenamento, atendendo a aspetos essenciais relevantes no município e atendendo à legislação em vigor.

A metodologia proposta assegura o cumprimento do estipulado no Decreto – Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio, e no Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro.

A adoção de uma abordagem estratégica pressupõe ainda que a AAE seja complementar à conceção do PDM Barcelos, utilizando, sempre que possível, os elementos de trabalho do plano, quer no que respeita ao diagnóstico, quer no que respeita às opções de desenvolvimento preconizadas. A AAE tem ainda em conta os resultados obtidos no âmbito dos processos de consulta de entidades e do público.

O objetivo da AAE é avaliar de que forma as estratégias do PDM Barcelos respondem aos problemas ambientais e de sustentabilidade críticos no município, de que forma é que abrem oportunidades de desenvolvimento sustentável e quais os riscos e oportunidades que poderão suscitar no futuro.

Para assegurar este objetivo, a metodologia a seguir na AAE concretiza-se nas atividades fundamentais adiante descritas.

1. **Focalização.** Corresponde à identificação, justificação e apresentação dos FCD relevantes que permitem a focalização estratégica da avaliação em temas estruturais.

Os FCD refletem os temas que estruturam a avaliação e que correspondem aos aspetos ambientais e de sustentabilidade fundamentais a ser considerados no processo de decisão, em particular na conceção das opções estratégicas do plano, no estabelecimento do modelo territorial e das ações que o implementam. A identificação dos FCD resulta da análise integrada de um conjunto diverso de elementos:

- Quadro de Referência Estratégico (QRE), que estabelece o referencial de avaliação face ao que se pretende para o desenvolvimento futuro, bem como o enquadramento com outros planos e programas relevantes, incluindo políticas europeias e nacionais;
- Questões Estratégicas do PDM Barcelos (QE), que configuram a conjuntura estratégica, objetivos e linhas de força que orientam o PDM Barcelos;
- Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS), nomeadamente as questões ambientais legalmente definidas no Decreto-Lei 232/2007 de 15 de junho e que neste caso sejam relevantes.

Estes FCD foram objeto de consulta institucional uma vez que, de acordo com o n.º1 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho, compete à entidade responsável pelo plano "*determinar o âmbito da avaliação ambiental a realizar e o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental*" e, de acordo com o nº 3 do citado artigo, "*a entidade responsável pela elaboração do plano solicita parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental*". Apesar de a legislação só exigir a consulta de entidades com responsabilidade ambiental específica (EAE), recomenda-se sempre, como boa prática, a consulta de outras entidades não mencionadas na legislação, e do público em geral.

2. **Análise de tendências.** Corresponde a um diagnóstico estratégico fortemente articulado com o diagnóstico desenvolvido pela equipa do PDM Barcelos.

Esta análise de tendências é desenvolvida com base nos critérios e indicadores identificados para cada um dos FCD, considerados relevantes no estabelecimento do âmbito e alcance da AAE. Pretende-se designadamente identificar e analisar o que mudou e porquê, o que se pretende que continue e o que se pretende alterar. Os estudos de caracterização e diagnóstico, desenvolvidos pela equipa do PDM Barcelos são cruciais para a análise de tendências na AAE.

3. **Avaliação estratégica.** Pretende avaliar as oportunidades e riscos das opções de desenvolvimento preconizadas no plano, à luz das questões relevantes que são expressas nos FCD e atendendo à análise de tendências realizada.

Esta atividade desenvolve-se em dois níveis de avaliação:

- i. Avaliação estratégica de oportunidades e riscos das orientações estratégicas do plano tendo em conta opções alternativas de desenvolvimento, face ao futuro desejado e ambicionado;

- ii. Avaliação estratégica de oportunidades e riscos do modelo territorial proposto para o PDM Barcelos, a qual reflete já as OE escolhidas;

**4. Definição de Diretrizes para planeamento, gestão e monitorização.** Estas constituem as bases para um programa de seguimento do PDM Barcelos, incluindo um quadro de governança institucional, indicativo de envolvimento, e níveis de responsabilidade institucional no seguimento do plano.

Assim, os documentos a preparar no âmbito da AAE incluem:

1. Relatório de Fatores Críticos para a Decisão que reporta sobre o âmbito e alcance da AA, reportado em maio de 2008;
2. Relatório Ambiental onde se inclui a análise de tendências e a avaliação de oportunidades e riscos das opções estratégicas, bem como as bases de um programa de seguimento da implementação do Plano – presente documento;
3. Declaração Ambiental para apresentar à APA no seguimento da aprovação do Plano.

#### **Workshops PDM Barcelos**

Com a mudança de Executivo em 2009, foi necessário rever as orientações estratégicas, e respetivo quadro estratégico do PDM Barcelos. Nesse sentido, a equipa técnica da CMB envolvida na AAE do PDM Barcelos sugeriu, em fevereiro de 2010, a promoção de diálogos internos com os serviços da CMB com o objetivo de consolidar o quadro estratégico através de um processo de participação interna, de forma a organizar e validar os eixos, objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento, contribuindo para a sua priorização e identificação de medidas, ações e instrumentos para a sua implementação.

Os *workshops* realizaram-se nos dias 13 e 14 de julho de 2010, nas instalações da Escola de gestão e Tecnologia de Barcelos, conduzidos pela equipa de AAE do IST. Os *workshops* contaram com a participação de elementos com áreas de formação e experiências institucionais distintas, incluindo 16 técnicos municipais distribuídos em 3 subgrupos de trabalho (1º *workshop*), 7 elementos do grupo de apoio ao Executivo (2º *workshop*), e 19 elementos do próprio Executivo da CMB, incluindo o Presidente da CMB e 3 vereadores (3º *workshop*).

O conteúdo substantivo – contributos para o quadro estratégico – utilizado nos *workshops* foi o resultado do processo de envolvimento de técnicos e grupo de apoio ao Executivo, que decorreu entre Maio e Junho de 2010, através de *workshops* (191 pessoas convocadas, 156 participantes), debates (50 pessoas convocadas, 26 participantes), reuniões finais (40 pessoas convocadas, 20 participantes) e *fora* de discussão na plataforma (<http://www.cm-barcelos.pt/aae>).

Os *workshops* contribuíram para a construção das opções estratégicas de desenvolvimento do concelho.

### 3 Objeto de avaliação

O relatório de ordenamento da revisão do PDM Barcelos justifica a necessidade da presente revisão com as alterações que se sucederam após a publicação do PDM de 1ª geração. Estas alterações incluem alterações no quadro legal de suporte aos planos municipais, a elaboração de programas e planos de nível superior e ainda a desadequação das regras regulamentares do PDM em vigor face ao desenvolvimento do município que geraram algumas dificuldades à gestão urbanística, conduzido a um certo descontentamento nalguns setores da população.

A reavaliação da delimitação dos perímetros urbanos, a identificação de áreas de interesse público, uma nova abordagem do espaço rural e das “áreas de génese ilegal”, constituem segundo o mesmo relatório, preocupações que se pretendem ver tratadas no processo de revisão do PDM.

Em fase prévia da elaboração do PDM Barcelos, num trabalho conjunto entre as equipas de planeamento e de AAE, foi definido um conjunto de OE que constituíram estratégias alternativas para a concretização de cada um dos objetivos do plano e cujos resultados são analisados no capítulo 5.

**A proposta do PDM Barcelos, consubstanciada em estratégias e num modelo territorial, constitui o objeto de avaliação da AAE do presente RA.** O modelo territorial expressa a espacialização dos principais objetivos estratégicos presentes no art.º 2) do regulamento bem como as opções estratégicas consideradas face às inicialmente avaliadas pela AAE (ver Capítulo 5) (Quadro 1).

**Quadro 1: Cruzamento dos objetivos estratégicos do PDM com as OE seguidas pelo PDM.**

Objetivos estratégicos do PDM	OE seguidas pelo PDM
a) <b>Integração dos valores naturais, agrícolas e florestais numa base que assegure a sustentabilidade do território e que estruture a distribuição das funções do mesmo;</b>	Promover atividades de valorização das áreas com interesse ecológico e com interesse para a biodiversidade, e das áreas fundamentais para a ligação entre corredores (classificadas e não classificadas).
b) <b>Conceção de uma estratégia de salvaguarda e valorização do património natural e construído e preservação do espaço rural como identidade cultural e paisagística do concelho, servindo de suporte à atividade turística;</b>	Revitalizar os bens imóveis de interesse patrimonial com vista à sua preservação e potencial utilização pública; Assegurar a gestão infraestrutural, requalificar os espaços públicos existentes e incrementar a atual EEU, na lógica de conectividade ecológica; Estabelecer critérios de valorização dos bens imóveis de interesse patrimonial (situações ganhadoras público-privado).
c) <b>Dotação de solo urbano adequado para dar resposta às necessidades habitacionais da população nas freguesias em espaço rural;</b>	Incentivar a função habitacional de primeira e segunda residência em espaço rural, sem política ambiental específica associada; Desincentivar a ocupação de novas atividades de risco em zonas vulneráveis à contaminação da água e do solo.
d) <b>Definição de critérios de gestão fundiária</b>	Estabelecer critérios de boa prática para as

<b>Objetivos estratégicos do PDM</b>	<b>OE seguidas pelo PDM</b>
através da regulamentação de um regime de cedências e compensações e compatibilização de taxas urbanísticas e introdução de mecanismos de perequação;	existentes (e.g. inclusão de fatores de risco nos mecanismos de perequação urbanística e taxas municipais);
e) <b>Consolidação dos aglomerados urbanos e contenção dos fenómenos de povoamento difuso;</b>	Contenção dos fenómenos de povoamento difuso.
f) <b>Racionalização e rentabilização das redes de infraestruturas territoriais e de equipamentos de utilização coletiva e otimização da mobilidade através de uma nova organização do território em agrupamentos de freguesias (Unidades Territoriais);</b>	Criar agrupamentos de freguesias (unidades territoriais) no sentido da otimização de recursos Assegurar a existência em número adequado de equipamentos sociais e de educação.
g) <b>Melhoria das acessibilidades ao centro urbano;</b>	Promover a qualidade e abrangência da rede de Transporte Coletivo.
h) <b>Definição de uma nova estratégia para os transportes públicos rodoviários;</b>	
i) <b>Adequação dos perfis da rede viária municipal, às funções desenvolvidas;</b>	
j) <b>Revitalização e requalificação dos núcleos de freguesia ou respetivas áreas identitárias;</b>	Promover a figura de “núcleo tradicional” como um espaço edificado e identitário e os aglomerados rural como zonas edificadas com a presença de atividade agrícola.
k) <b>Adequação dos aglomerados urbanos à identidade rural do concelho bem como às atuais exigências de qualidade de vida, identificando e delimitando os espaços onde coexistem a função habitacional e as atividades agropecuárias;</b>	Estabelecer critérios de compatibilização entre a função habitacional e a função paisagística e económica dos espaços rurais, desincentivando expansões motivadas por segundas residências.
l) <b>Agrupar as atividades poluentes e dar expressão aos polos industriais;</b>	Requalificar os espaços de acolhimento (polos industriais) e controlar a dispersão de atividades industriais dentro e fora do sistema urbano; Impedir a ocupação de zonas vulneráveis à contaminação da água e do solo com novas atividades de risco e criar condições para a realocação das existentes.
m) <b>Criação de novas formas de apoio à habitação e alargamento dos estratos de população abrangida;</b>	
n) <b>Potenciar a atividade turística como contraponto à crise estrutural das indústrias tradicionais.</b>	Estabelecer critérios de promoção da identidade rural no licenciamento de iniciativas TER, nomeadamente as associadas a explorações de carácter rural (e.g. quinta biológica); Promover a atratividade turística em torno dos valores identitários do concelho (e.g. TER, rotas patrimoniais, caminho português de Santiago).

Decorrente da análise feita ao Modelo Territorial a AAE sugere que o PDM deveria evidenciar um objetivo estratégico relativo ao estabelecimento de critérios de eficiência energética

transversal a todos os setores de atividade. Contudo, apenas está materializado no plano, os incentivos à redução do consumo energético nas novas edificações “**Estabelecer critérios de eficiência energética no licenciamento de novas edificações**” (art.º 164º, c). Para todos os efeitos, este artigo do Regulamento do PDM foi avaliado pela AAE, pela relevância do tema.

Para efeitos da avaliação do modelo de ordenamento proposto foi avaliado cada objetivo estratégico tendo em conta a forma como se consubstancia nas respetivas medidas regulamentares.

Note-se que esta análise foi feita com base nos elementos do PDM disponibilizados pela equipa de planeamento no dia 2 de outubro de 2013 e datados de setembro de 2012, nos quais se inclui o regulamento e relatório de ordenamento. A planta de ordenamento também foi considerada para efeitos da presente análise.

## 4 Quadro de avaliação

Conforme referido na metodologia, o quadro de avaliação da AAE foi previamente definido pela equipa de elaboração do PDM Barcelos e posteriormente revisto com a entrada de uma nova equipa para conduzir a AAE. A definição das orientações estratégicas para o PDM Barcelos foi revista pelo então executivo da CMB e nova equipa de AAE, tendo-se procedido a alguns ajustes para aumentar o carácter abrangente e estratégico da AAE. No decurso da AAE deu-se lugar a uma alteração de executivo municipal, pelo que voltou a verificar-se alguns ajustes, incluindo alteração de alguns indicadores.

### 4.1 Questões Estratégicas (QE)

As QE resultam diretamente das orientações estratégicas definidas no âmbito da Proposta de Revisão do PDM Barcelos e constituem as principais linhas de força para o desenvolvimento futuro do PDM Barcelos e os desafios associados ao objeto de avaliação (Relatório de Proposta de Ordenamento, setembro 2013):

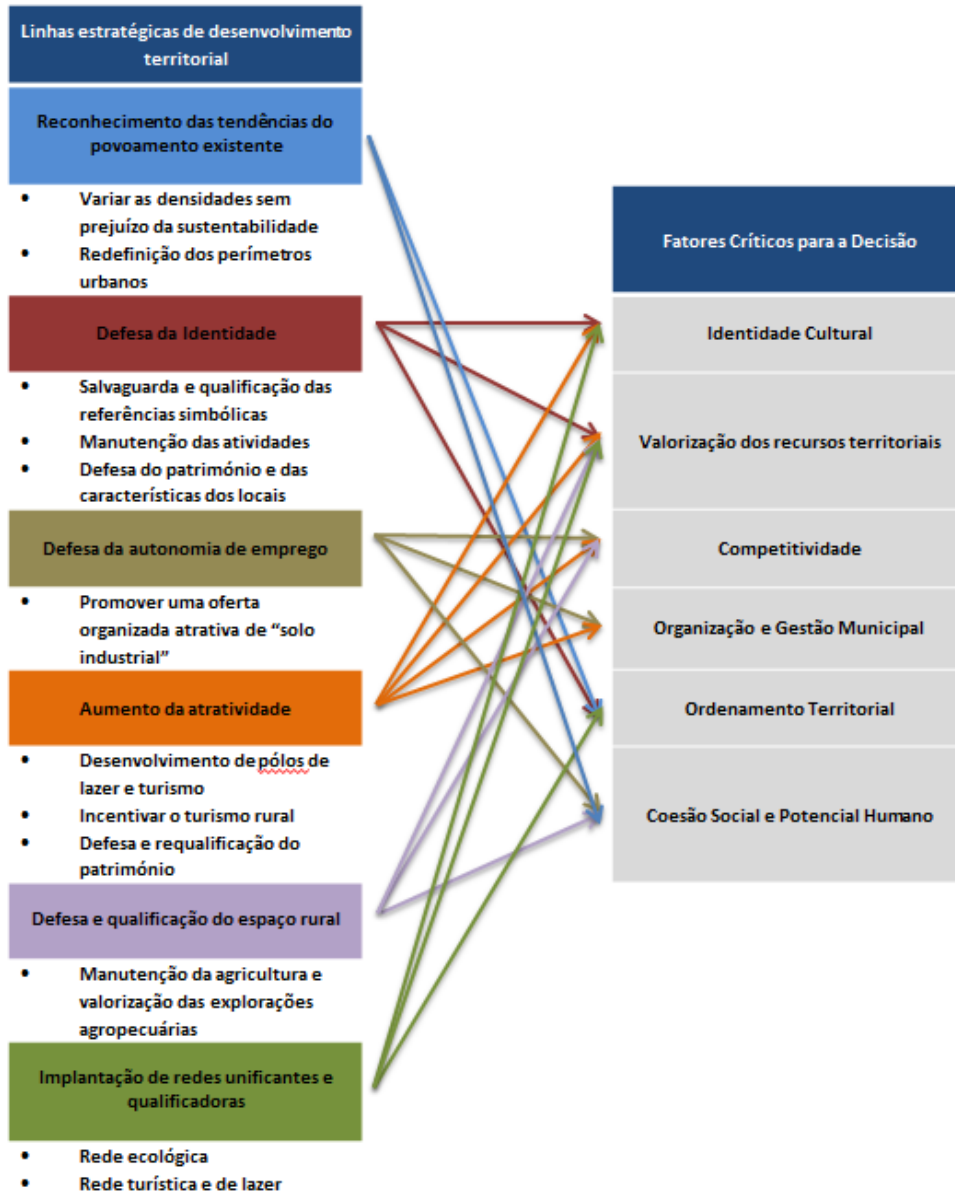
- Reconhecimento das tendências do povoamento existente;
- Defesa da identidade;
- Defesa da autonomia e do emprego;
- Aumento da atratividade;
- Defesa e qualificação do espaço rural;
- Implantação de redes unificantes e qualificadoras.

Uma vez que estas QE são compatíveis com, e contributivas para, objetivos ambientais concretos, pretende-se que a AAE avalie de que modo o PDM poderá assegurar que estas questões fundamentais sejam concretizadas de modo sustentável (Quadro 2).



**Quadro 2: Relação QE e FCD**

Fonte: Adaptado a partir Relatório de Proposta de Ordenamento (setembro 2013)



## 4.2 Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS)

OS FCD identificados asseguram o tratamento das QAS relevantes para o PDM Barcelos. Estas QAS asseguram o foco estratégico da AA e integram as Questões Ambientais (QA) exigidas pelo Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho, conforme representado no Quadro 3.

**Quadro 3: Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS) relevantes, por FCD.**

FCD	QAS relevantes para o PDM Barcelos	QA definidas legalmente
<b>Identidade Cultural</b>	Gestão dos recursos naturais e culturais Desenvolvimento socioeconómico	Património cultural Bens materiais Paisagem População Solo

FCD	QAS relevantes para o PDM Barcelos	QA definidas legalmente
<b>Valorização dos recursos territoriais</b>	Gestão dos recursos naturais e culturais Identidade territorial Alterações climáticas	Património cultural Bens materiais Paisagem Fatores climáticos População Biodiversidade Fauna e Flora Solo Água Atmosfera
<b>Competitividade</b>	Gestão dos recursos naturais e culturais Desenvolvimento socioeconómico Identidade territorial	Património cultural Bens materiais População Solo Água
<b>Organização e gestão municipal</b>	Desenvolvimento socioeconómico Gestão dos recursos naturais e culturais Identidade territorial	Bens materiais População Solo Água
<b>Ordenamento territorial</b>	Identidade territorial Gestão dos recursos naturais e culturais Alterações climáticas	Património cultural Bens materiais Paisagem Fatores climáticos Saúde humana População Biodiversidade Fauna e Flora Água Solo Atmosfera
<b>Coesão social e potencial humano</b>	Desenvolvimento socioeconómico	Bens materiais Fatores climáticos Saúde humana População Solo Água Atmosfera

### 4.3 Quadro de Referência Estratégico (QRE)

Para a definição do QRE foram analisadas as políticas, programas e planos que enquadram estrategicamente o PDM Barcelos e para o qual estabelecem objetivos e metas de sustentabilidade.

O Quadro 4 apresenta a lista de instrumentos de política e planeamento identificados, e a sua relação de relevância com os FCD preconizados.

O Quadro 31 constante do Anexo II – Objetivos e metas relevantes do QRE identifica os objetivos e metas aplicáveis ao PDM Barcelos, por FCD, no âmbito das suas opções de desenvolvimento. Os objetivos e metas aqui identificados constituem, assim, os referenciais ambientais e de sustentabilidade a partir dos quais o PDM Barcelos irá ser avaliado estrategicamente.

**Quadro 4: Relevância do QRE por FCD.**

FCD	QRE	AC E OT QA SH SE QS TU TR															
		AC	E	OT	QA	SH	SE	QS	TU	TR							
	Estratégia Europa 2020																
	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015																
	Quadro de Referência Estratégico Nacional																
	Agenda Digital 2015 (Plano Tecnológico)																
	Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-2013																
	Plano Global Estratégico de Racionalização e Redução dos Custos das TIC																
	Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013																
	Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)																
	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2015																
	Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE2020)																
	Norte 2015																
	Plano Regional de Ordenamento do Território da região Norte																
	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território 2007-2025																
	Plano de Bacia Hidrográfica do Cávado, Ave e Lima																
	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013																
	Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2006 – 2016																
	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)																
	Plano Nacional de Saúde 2012-2016 (PNS)																
	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2008-2013 (PNAAS)																
	Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)																
	Plano Setorial Rede Natura 2000 (PSRN 2000)																
	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho																
	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)																
	Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego (PNACE)																
	Plano Nacional de Ação para a Inclusão 2010-2012																
	Programa Operacional Temático Potencial Humano 2007-2013																
	Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social 2008 – 2010																
	Plano para a Integração dos Imigrantes 2011-2013 (PII)																
	Plano Estratégico de Habitação (PEH 2008-2013)																
	Plano Estratégico Nacional para o Turismo																
	Agência Regional de Turismo Porto e Norte																
	Plano Estratégico de Transportes 2008-2020																
<b>Identidade cultural</b>																	
<b>Valorização dos recursos territoriais</b>		✓	✓														
<b>Competitividade</b>		✓	✓	✓													
<b>Organização e gestão municipal</b>			✓	✓	✓												
<b>Ordenamento territorial</b>			✓	✓	✓												
<b>Coesão social e potencial humano</b>		✓	✓	✓													

Legenda: AC – Alterações Climáticas; E – Energia; OT – Ordenamento do Território; QA – Qualidade do Ambiente; S – Saúde Humana; SE – Sistemas Ecológicos; TU – Turismo; TR - Transportes

## 4.4 Quadro de avaliação: Fatores Críticos para a Decisão, Critérios de avaliação e Indicadores

Para cada FCD foram definidos objetivos, critérios de avaliação e indicadores que concretizam o âmbito da avaliação, o alcance do RA e o nível de pormenor da informação a considerar (Quadro 5). Os critérios especificam o âmbito considerado nos FCD e os indicadores definem um instrumento de medida através de uma dimensão analítica.

De notar que os FCD pretendem apontar para aspetos críticos relacionados com as políticas e estratégias de desenvolvimento do PDM Barcelos, que sejam relevantes para o seu desenvolvimento sustentável e que atendam aos seus problemas fundamentais e prioridades.

**Quadro 5: Objetivos, critérios de avaliação e indicadores por FCD.**

<b>FCD 1: Identidade cultural</b>	
<b>Objetivo:</b> Valorizar, dinamizar e proteger a identidade local no que diz respeito ao património natural e cultural, material e imaterial, numa lógica de diferenciação e de articulação entre a tradição e a inovação, partindo do envolvimento dos cidadãos.	
<b>Critérios</b>	<b>Indicadores</b>
<b>Memória e inovação na construção da identidade local</b>  Avaliação sobre o conhecimento, valorização, integração e projeção dos valores da herança cultural e a capacidade de criar, transformar e inovar novos valores identitários: o artesanato, com especial relevo para as questões da cerâmica e a paisagem minhota ao nível do património natural e construído.	Património material e imaterial classificado e em vias de classificação Mecanismos de valorização do património natural e paisagístico associado às zonas ribeirinhas do Cávado e do Neiva
<b>Cultura e participação dos cidadãos</b>  Envolvimento dos cidadãos na conceção, tomada de decisões e avaliação das políticas e programas culturais municipais, designadamente através do associativismo e voluntariado e programação cultural do Município.	Evolução da capacitação e taxa de ocupação dos equipamentos culturais Nº de equipamentos culturais Despesas municipais em cultura/desporto/animação Ações de sensibilização das populações para as questões do património e cultura
<b>FCD 2: Valorização dos recursos territoriais</b>	
<b>Objetivo:</b> Valorizar os recursos endógenos do município no desenvolvimento do território e atender à forma como a utilização dos recursos endógenos está a ser considerada ao nível das opções estratégicas do Município.	
<b>Critérios</b>	<b>Indicadores</b>
<b>Energia e alterações climáticas</b>  Avaliação da estratégia energética municipal ao nível dos consumos e emissões locais de GEE, aproveitamento de recursos endógenos, bem como a adoção de medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas.	Evolução das emissões de CO <sub>2</sub> , por principais sectores de atividade Variação da repartição modal das deslocações no concelho Potencial de aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável (MWh) Iniciativas de promoção da eficiência energética

<p><b>Gestão sustentável dos recursos hídricos</b></p> <p>Avaliação da qualidade e da disponibilidade das águas superficiais e subterrâneas bem como da evolução da qualidade dos tratamentos das águas residuais urbanas e industriais.</p>	<p>Varição da qualidade e disponibilidade da água superficial e subterrânea</p> <p>População servida por sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais</p> <p>Projetos municipais para a gestão sustentável eficiente dos recursos hídricos e sua eficácia/Nível de adoção de medidas de boas práticas pelo Município e pelas empresas</p>
<p><b>Qualidade ambiental</b></p> <p>Avaliação das questões ambientais relevantes para a manutenção da integridade física do ambiente, nomeadamente ao nível do tratamento de resíduos, qualidade do ar, fontes de poluição e ruído.</p>	<p>Tratamento e destino final de resíduos urbanos e agroflorestais</p> <p>Evolução da qualidade do ar</p> <p>Evolução da localização e risco associado a fontes de poluição</p> <p>Varição da área e população afetada por níveis sonoros significativos</p>

### FCD 3: Competitividade

**Objetivo:** Considerar fatores de diferenciação e competitividade do território concelhio e analisar como os recursos endógenos são integrados e valorizados na implementação da estratégia para a competitividade territorial.

Critérios	Indicadores
<p><b>Fileira agropecuária</b></p> <p>Avaliação das potencialidades deste setor para o desenvolvimento económico e adoção de práticas mais sustentáveis. Adoção de um modelo institucional para a conceção, construção, gestão e exploração de soluções de valorização e de tratamento de efluentes agropecuários e agroindustriais.</p>	<p>Número de trabalhadores agrícolas a tempo completo e a tempo parcial</p> <p>Explorações que praticam agricultura biológica / integrada</p> <p>Explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas</p> <p>Produção vinícola declarada em vinho</p> <p>Varição do nº de vacas leiteiras por exploração</p> <p>Varição do nº de cabeças normais de gado por hectare</p> <p>Evolução do número de explorações agrícolas e SAU</p>
<p><b>Fileira do artesanato</b></p> <p>Avaliação das potencialidades deste sector para o desenvolvimento económico e adoção de práticas mais sustentáveis: menos poluentes e energeticamente mais eficientes. Relevância para a preservação do património imaterial associado ao artesanato como fator crítico da continuidade desta atividade económica.</p>	<p>Tipologia e número de oficinas artesanais</p> <p>Avaliação da eficácia dos apoios/incentivos locais ao sector do artesanato</p> <p>Avaliação da capacidade de colocação dos produtos nos mercados internacionais</p>
<p><b>Valorização do turismo</b></p> <p>Valorização e integração de recursos turísticos em cadeias integradas de valor. Manutenção e valorização do capital de recursos turísticos do concelho, nomeadamente através da conservação das características rurais do território.</p>	<p>Número de pedidos de admissão à modalidade TER</p> <p>Número, tipo e capacidade dos estabelecimentos hoteleiros</p> <p>Taxa líquida de ocupação de cama</p> <p>Principais recursos turísticos reconhecidos</p> <p>Rotas turísticas em torno do património cultural</p>

<b>Diversidade funcional</b>  Avaliação da capacidade do Município criar condições para o acolhimento de diversas atividades industriais, comerciais e de serviços.	Percentagem de espaço afeto a atividades industriais e Percentagem de unidades em espaços industriais <i>Clusters</i> industriais Taxa de variação do número de estabelecimentos terciários Resultados de distância económica Resultados do índice de oportunidade
---	--

#### FCD 4: Organização e gestão municipal

**Objetivo:** Avaliar se a organização e gestão municipal se faz em função das opções e prioridades estratégicas de desenvolvimento, bem como qual o nível de empenho e de articulação da gestão municipal para a operacionalização das opções estratégicas.

Critérios	Indicadores
<b>Organização e comunicação interna e externa</b>  Capacitação dos pelouros, departamentos e serviços para uma gestão autónoma, avaliação da comunicação vertical entre o executivo político e as equipas técnicas e da articulação horizontal entre os diferentes sectores municipais, bem como estrutura e mecanismos de apoio ao cidadão.	Estrutura orgânica municipal Taxas de execução de projetos de desenvolvimento Articulação dos serviços internos municipais Nº de 'balções únicos' (serviços de atendimento concentrados – taxa de respostas) Nº, tipo e frequência de sessões de envolvimento público (incluindo orçamentos participativos) Existência de redes de apoio e informação
<b>Gestão financeira e promoção de dinamismo económico</b>  Avaliação da capacidade do Município de induzir dinamismo económico, captar incentivos financeiros e medidas que promovam efeitos multiplicadores das atividades económicas, gestão eficiente do orçamento próprio.	Sustentabilidade financeira do município (programa de saneamento financeiro e contenções orçamentais) Despesas por classificação económica e funcional Mecanismos de incentivo fiscal e administrativo à localização empresarial Investimento empresarial dos concelhos periféricos
<b>Evolução da dinamização de projetos de cooperação intermunicipal</b>  Avaliação da capacidade de realização de projetos de âmbito supramunicipal e de promoção e facilitação de economias de escala, e financiamento em rede.	Estratégias municipais e intermunicipais Parcerias público-privadas Incentivos financeiros ao investimento Relação capacidade/custo total de produção empresarial

#### FCD 5: Ordenamento territorial

**Objetivo:** Avaliar a evolução do modelo de ocupação territorial promovendo os fatores de ruralidade e o espaço rural enquanto característica identitária do concelho, os fatores de promoção da mobilidade e do acesso aos equipamentos e serviços básicos.

Critérios	Indicadores
<b>Equipamentos</b>  Avaliação da implementação e distribuição de equipamentos.	Número e capacidade de estabelecimentos de educação/ensino Número e capacidade de Hospitais e centros de saúde
<b>Ocupação urbana</b>  Avaliação da evolução dos padrões de	Número de fogos licenciados e concluídos em construções novas para habitação familiar Edificação em zonas não infraestruturadas

<p>ocupação territorial, incluindo a contenção da expansão do solo urbano e da dispersão urbana em solo rural, regeneração urbana e qualificação de periferias urbanas, e qualificação dos espaços industriais.</p>	<p>Reabilitação do espaço edificado e revitalização do espaço público</p> <p>Espaços industriais requalificados</p>
<p><b>Ruralidade</b></p> <p>Avaliação do contributo das opções urbanísticas para a manutenção da ruralidade e capacidade de atracção e fixação de população no espaço rural e aldeias, diminuindo a pressão sobre as periferias.</p>	<p>Classificação do uso do solo</p>
<p><b>Acessibilidades</b></p> <p>Avaliação dos sistemas de mobilidade e multimodalidade urbana e interurbana, transferências modais transporte individual para transporte coletivo.</p>	<p>Grau de cobertura da rede de transportes</p> <p>Rede de mobilidade suave</p> <p>Evolução dos tempos de deslocação casa-trabalho e casa-escola</p> <p>Áreas de influência do transporte urbano</p>

#### FCD 6: Coesão social e potencial humano

**Objetivo:** Avaliar as tendências relativas à dimensão social do município e à capacidade de desempenho com base na promoção do seu potencial humano.

Critérios	Indicadores
<p><b>Capacitação e reconversão de desempregados</b></p> <p>Avaliação de qualificação e integração profissional, criação de novos empregos nas fileiras estratégicas do município, desenvolvimento de parcerias promovendo a lógica de fileiras da capacidade dos agentes locais se associarem e formarem parcerias com o objetivo de promover a lógica de fileiras.</p>	<p>Níveis de instrução e formação da população ativa</p> <p>Taxa de desemprego</p> <p>Variação do emprego por fileira</p> <p>Programas de ação para a qualificação e integração profissional</p> <p>Adequação da oferta e do nível de qualificação da formação profissional para as áreas abrangidas pelas fileiras</p>
<p><b>Disfunções sociais</b></p> <p>Avaliação da integração de grupos em risco de exclusão na vida ativa, na construção de parcerias e projetos de cooperação social e institucional, nas medidas de combate à pobreza, nas medidas de combate ao abandono escolar, na inclusão e coesão intergeracional e na inclusão de emigrantes.</p>	<p>Taxa de abandono escolar</p> <p>Nível de apoio a famílias com dificuldades económicas</p> <p>Existência de redes de apoio e integração social</p>

## 5 Análise e Avaliação de Opções Estratégicas

O conjunto de opções estratégicas foi objeto de avaliação em sede de *Relatório de Avaliação de Opções Estratégicas* (julho de 2011), opções agregadas por diversos temas críticos no contexto da AAE e que constituem alternativas de desenvolvimento territorial para cada um dos objetivos estratégicos do PDM. As OE vieram a influenciar o desenvolvimento do modelo territorial do Plano, sugerindo opções de planeamento que facilitaram a consideração de questões ambientais e contribuíram para um aumento da sustentabilidade no território municipal.

Este capítulo pretende expor a evolução das OE do PDM Barcelos ao longo do processo de planeamento e, particularmente, em função das recomendações da AAE.

### 5.1 Opções Estratégicas Iniciais

Face às orientações estratégicas do Plano, consubstanciadas nos objetivos do PDM, foi definido (em sede de AAE) um conjunto de opções/alternativas estratégicas para cada um dos objetivos do PDM.

No Quadro 6 apresentam-se as opções estratégicas do PDM Barcelos alvo de avaliação no *Relatório de Avaliação de Opções Estratégicas* (julho de 2011).

Quadro 6: Opções estratégicas do PDM de Barcelos.

Objetivos do PDM/municipais	Temas críticos	Opções/alternativas estratégicas avaliadas pela AAE
1. Ordenar a ocupação territorial de modo a assegurar a qualidade do ambiente e a sustentabilidade do território	Gestão de riscos e qualidade da água e do solo	A. Impedir a ocupação de zonas vulneráveis à contaminação da água e do solo com novas atividades de risco, e criar condições para a relocalização das existentes (ex. vacarias em REN)
		B. Estabelecer critérios de boa prática nas atividades de risco existentes e no licenciamento de novas atividades
		C. Desincentivar a ocupação de novas atividades de risco em zonas vulneráveis à contaminação da água e do solo e estabelecer critérios de boa prática para as existentes (e.g. inclusão de fatores de risco nos mecanismos de perequação urbanística e taxas municipais)
	Eficiência energética e FER	A. Adiar a adoção de medidas
		B1. Promover a eficiência energética nos edifícios e iluminação municipal
		B2. Estabelecer critérios de eficiência energética no licenciamento de novas edificações (transversal a todos os sectores de atividade)
	Gestão sustentável das atividades primárias	B3. Estabelecer incentivos (e.g. isenção de taxas) ao aproveitamento de FER
		A. Adiar a adoção de medidas
		B1. Estabelecer critérios de exploração



Objetivos do PDM/municipais	Temas críticos	Opções/alternativas estratégicas avaliadas pela AAE	
2. Salvaguarda e valorização do património natural, construído e imaterial	Estrutura ecológica e Biodiversidade	A. Cingir a estrutura ecológica às áreas classificadas	
		B. Condicionar o uso nas áreas não classificadas com interesse ecológico e para a preservação da biodiversidade	
		C. Promover atividades de valorização das áreas com interesse ecológico e com interesse para a biodiversidade, e das áreas fundamentais para a ligação entre corredores (classificadas e não classificadas)	
	Património edificado	A. Revitalizar os bens imóveis de interesse patrimonial com vista à sua preservação e potencial utilização pública	
		B. Estabelecer critérios de valorização dos bens imóveis de interesse patrimonial (situações ganhadoras público-privado)	
	Património e inovação cultural	A. Adiar a adoção de medidas	
		B1. Estabelecer critérios de preservação do património e inovação cultural para a atribuição de incentivos	
		B2. Incentivar o desenvolvimento das indústrias criativas vocacionadas para as atividades culturais	
	3. Preservação e valorização do espaço rural como identidade cultural e paisagística do concelho, servindo de suporte à atividade turística	Função habitacional	A. Incentivar a função habitacional de primeira e segunda residência em espaço rural, sem política ambiental específica associada
B. Estabelecer critérios de compatibilização entre a função habitacional e a função paisagística e económica dos espaços rurais, desincentivando expansões motivadas por segundas residências			
Identidade rural		A. Promover a expansão indiferenciada das atividades de exploração rural	
		B1. Estabelecer incentivos à exploração de atividades de uso tradicional e promover produtos locais (e.g. “maçã à-porta-da-loja” e “melão casca de carvalho”)	
		B2. Estabelecer critérios de promoção da identidade rural no licenciamento de iniciativas TER, nomeadamente as associadas a explorações de carácter rural (e.g. quinta biológica)	
		B3. Promover a figura de “núcleo tradicional” como um espaço edificado e identitário e os aglomerados rural como zonas edificadas com a presença de atividade agrícola	
Função agrícola e florestal		A. Promover o desenvolvimento de atividades agroflorestais em minifúndio	
		B. Promover o emparcelamento fundiário, viabilizando explorações agrícolas de grande dimensão	
Centro histórico		A. Promover a função residencial	
		B. Promover a coexistência das funções residencial, serviços, turismo e lazer	
4. Qualificação dos		Qualidade do	A. Assegurar a gestão infraestrutural de saneamento básico, abastecimento de água e resíduos e

Objetivos do PDM/municipais	Temas críticos	Opções/alternativas estratégicas avaliadas pela AAE
aglomerados urbanos e contenção dos fenómenos de povoamento difuso	<b>ambiente urbano</b>	salvaguardar os espaços públicos e EEU existentes
		B1. Assegurar a gestão infraestrutural, requalificar os espaços públicos existentes e incrementar a atual EEU, na lógica de conectividade ecológica
		B2. Monitorizar o estado do ambiente e desenvolver critérios de sustentabilidade e planos de gestão ambiental
5. Reorganização territorial e rentabilização das redes de infraestruturas e de equipamentos e otimização da mobilidade	<b>Mobilidade</b>	A. Promover o Transporte Individual
		B. Promover a qualidade e abrangência da rede de Transporte Coletivo
	<b>Reestruturação do território</b>	A. Manter a situação existente
		B1. Criar agrupamentos de freguesias (unidades territoriais) no sentido da otimização de recursos
		B2. Revitalizar e modernizar os centros cívicos ao nível de equipamentos e infraestruturas
	<b>Ordenamento da atividade industrial</b>	A. Potenciar a dispersão de atividades industriais de grande dimensão fora do sistema urbano
B. Requalificar os espaços de acolhimento (polos industriais) e controlar a dispersão de atividades industriais dentro e fora do sistema urbano		
6. Desenvolvimento da economia municipal	<b>Turismo</b>	A. Promover a expansão sem critério de implantação de iniciativas turísticas
		B1. Promover a expansão turística em função de metas faseadas de sustentabilidade económica
		B2. Promover a atratividade turística em torno dos valores identitários do concelho (e.g. TER, rotas patrimoniais, caminho português de Santiago)
	<b>Requalificação tecnológica e ambiental</b>	A. Incentivar os processos de modernização tecnológica e ambiental dos sectores primário e secundário
		B. Incentivar os processos de modernização tecnológica e ambiental dos sectores primário e secundário, e promover a formação especializada
7. Promoção da equidade, participação e educação cultural e social	<b>Inclusão e coesão social</b>	A. Assegurar a existência em número adequado de equipamentos sociais e de educação
		B. Assegurar o acesso a equipamentos e estabelecer mecanismos de ação social em conjunto com agentes locais (e.g. freguesias, escolas) e criar um programa de incentivos
	<b>Requalificação profissional</b>	A. Apoiar programas de requalificação profissional
		B. Promover ações de recondução e requalificação profissional em função das opções estratégicas da economia municipal (e.g. centros de saber)
	<b>Participação pública</b>	A. Manter prática atual
		B1. Reforçar uma rede de informação em diversos pontos do concelho (e.g. juntas de freguesia) para divulgação de ações e processos de decisão
		B2. Promover plataformas de participação pública (e.g. orçamento participativo)

## 5.2 Evolução das Opções Estratégicas

No Anexo III apresenta-se uma síntese das oportunidades e riscos de carácter estratégico que focam identificados para cada OE.

Face a estes riscos e oportunidades, e no contexto de outras alterações de prioridades, a equipa de planeamento da CMB apresentou uma proposta de PDM, que é apresentada no Capítulo 3 (e que constitui o Objeto de Avaliação do presente relatório). A proposta de PDM, cuja avaliação é apresentada no Capítulo 6 – “Avaliação do Modelo de Ordenamento por FCD”, permitiu concluir sobre as escolhas feitas em relação às opções estratégicas iniciais (ver Quadro 6).

Genericamente, observa-se um bom nível de concretização de várias OE iniciais e das recomendações feitas pela equipa da AAE no que concerne a objetivos de sustentabilidade integrada e que, aliadas a novos objetivos estratégicos (nomeadamente “*Adequação dos perfis da rede viária municipal às funções desenvolvidas*” e “*Criação de novas formas de apoio à habitação e alargamento dos estratos de população abrangida*”) conferem um carácter mais exequível à estratégia inerente à Proposta de Plano.

No entanto, a este nível de análise, verificou-se a não concretização de determinadas OE associadas a oportunidades e riscos identificados em sede de *Relatório de Avaliação de Opções Estratégicas* (julho de 2011). Assim, e considerando a avaliação das OE, contributos fundamentais para o processo de decisão, destacam-se **oportunidades inicialmente identificadas que poderão não ser aproveitadas pela estratégia de desenvolvimento territorial inerente ao PDM Barcelos e riscos que recomendam-se serem acautelados pelo mesmo**, de forma a harmonizar a Proposta de Plano com as recomendações feitas pela AAE.

Em matéria de **ocupação territorial, qualidade do ambiente e sustentabilidade territorial**:

- Destaca-se a promoção de práticas sustentáveis nos setores agrícolas e florestais, a melhoria do desempenho ambiental de atividades poluidoras, e a salvaguarda dos recursos naturais associada ao aumento do valores económicos dos mesmos;
- Não se verifica uma evolução para contrariar a tendência de ocupação dispersa em zonas vulneráveis.

Associado à **salvaguarda e valorização do património natural, construído e imaterial**, e à **preservação e valorização do espaço rural**:

- Destaca-se a promoção da salvaguarda dos espaços rurais, apesar da possível alienação da população local sobre a atividade rural, e um incentivo dos atuais valores identitários com possível valorização de novas atividades e produtos locais diferenciadores para a economia local;
- Manutenção da ausência de incentivos à atração económica do centro histórico, com consequências para os munícipes no custo de gestão do mesmo.
- No âmbito das funções agrícolas e florestais chama-se a atenção para as oportunidades de promoção de atividades agroflorestais e de viabilização económica das mesmas;

- Risco de aumento significativo da produtividade do sector, com possível diminuição da qualidade dos recursos por exploração mais intensiva.

No contexto da **reorganização territorial** e do **desenvolvimento da economia municipal**:

- Não se verificam incentivos à modernização tecnológica e ambiental potenciadores de transformação e criação de valores identitários, e consequente ausência de melhorias de desempenho ambiental e produtividade das atividades primárias e secundárias;
- Verifica-se a manutenção do risco de perda de práticas tradicionais enquanto valor para a economia local.

Em matéria de **inclusão e coesão social, requalificação territorial, e participação pública**:

- Manutenção da fraca estratégia para a qualificação profissional, aliada à ausência de estratégias imperativas para a diminuição do número de desempregados provenientes de setores específicos do mercado;
- Promoção de condições favoráveis à diminuição do número de disfunções sociais, acautelada pela necessidade de recursos municipais afetos à gestão de equipamentos sociais;
- Ausência de condições para o envolvimento e participação dos cidadãos no planeamento e gestão do concelho, que contrariada, induz um aumento da eficiência da gestão municipal e potencia sinergias entre executivo e população e promover a transparência e acessibilidade à informação.

## 6 Avaliação do Modelo de Ordenamento por FCD

[A presente avaliação do Modelo corresponde à versão de proposta de Plano facultada pela equipa do Plano à equipa da Avaliação Ambiental Estratégica a **2 outubro de 2013** e com respetivos documentos datados de **setembro de 2012**]

### 6.1 FCD#1 – Identidade cultural

#### 6.1.1 Questões e tendências críticas

No FCD Identidade Cultural, a situação no concelho de Barcelos apresenta as seguintes tendências principais:

- Degradação do património natural devido a atividades agroflorestais e expansão urbana desregrada;
- Baixa acessibilidade aos equipamentos culturais.

#### 6.1.2 Análise SWOT

A análise tendencial permitiu sistematizar pontos fortes e fracos, tal como oportunidades e ameaças relativamente à Identidade cultural (Quadro 7).

Quadro 7: Análise SWOT – FCD #1 Identidade Cultural.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Concentração considerável de valores patrimoniais materiais (arquitetónico e arqueológico) e imateriais (etnográfico e natural). Evolução positiva da oferta cultural da cidade. Forte tradição associativa ligada à cultura. Projetos municipais de inventariação e divulgação do património imaterial do concelho.	Degradação contínua do património natural e cultural. Inexistência de espaços informais dedicados às diversas formas artísticas e culturais.
Oportunidades	Ameaças
Mecanismos de valorização do património natural e paisagístico de carácter intermunicipal	Baixa prioridade estratégica atribuída à conservação e valorização do património cultural nacional.

#### 6.1.3 Avaliação do Modelo

No seguimento da avaliação das opções estratégicas correspondentes à revisão do PDM Barcelos, descreve-se a avaliação referente à Proposta de Plano, para o FCD Identidade Cultural.

##### 6.1.3.1 Memória e inovação na construção da identidade local

No âmbito do presente critério, o PDM de Barcelos na sua proposta de ordenamento reflete uma clara aposta na valorização e salvaguarda do património natural no objetivo estratégico a) através da delimitação da REN e RAN do concelho de Barcelos e espaços florestais para conservação. Os objetivos estratégicos apontados alinham-se com as orientações do QRE que

visam a promoção da conservação, recuperação e valorização da biodiversidade, dos recursos e do património (ENDS, PNPOT).

O objetivo estratégico b) através da estrutura ecológica municipal que promove a relação entre os valores culturais e naturais concelhios com o estabelecimento, por exemplo, de roteiros para usufruto turístico e através do objetivo estratégico e) de consolidação dos aglomerados urbanos contrariando a dispersão urbana.

Esta aposta garante ainda, o estímulo à criação das redes de valorização do património histórico, cultural (material e imaterial) e natural decorrente das orientações do PNPOT.

No âmbito da identidade local, também o património imaterial é reconhecido como um forte valor. Através dos objetivos estratégicos b) e k) o plano promove no regulamento a manutenção da herança coletiva das paisagens rurais e a melhoria das características vivenciais e morfológicas do espaço construído o que contraria a tendência que se tem vindo a verificar. Assim, o PDM impulsiona a preservação da identidade e da cultura local contribuindo para o bem-estar das populações (PROT-Norte) e para o fortalecimento da imagem de qualidade do território Barcelense.

#### 6.1.3.2 Cultura e participação dos cidadãos

No que diz respeito aos equipamentos culturais destaca-se o objetivo estratégico f) que contribui para a melhoria da distribuição dos equipamentos culturais tal como indicações provenientes do PROT-NORTE que apontam que deve ser assegurada uma maior rentabilização dos equipamentos e redução das necessidades de deslocação através da concentração de serviços. Este objetivo estratégico permite igualmente melhorar o usufruto por parte das populações criando oportunidades para o aparecimento de espaços de cultura locais. Contudo, dada a localização dos equipamentos existentes, o fato de o objetivo estratégico g) do Plano relativa à melhoria das acessibilidades ao centro urbano não estar materializada no modelo territorial constitui um risco para o usufruto dos equipamentos culturais cuja maioria se encontra concentrado na sede de concelho.

#### 6.1.4 Síntese da Avaliação e Diretrizes de Planeamento e Gestão

No Quadro 8 apresentam-se a síntese da avaliação e as diretrizes da AAE associadas às medidas do PDM Barcelos, relativamente às oportunidades e riscos identificados no âmbito deste FCD.

**Quadro 8: Síntese da Avaliação e Diretrizes de Planeamento e Gestão – FCD #1 Identidade Cultural.**

Critério de avaliação	Oportunidade	Regulamento do PDM	Diretrizes de Planeamento e Gestão
<b>Memória e inovação na construção da identidade local</b>	Identificação e salvaguarda do Património cultural.	24º a 27º	Garantir a recuperação do património classificado e não classificado do município.
	Valorização e salvaguarda e proteção dos recursos naturais através do condicionamento da ocupação de áreas de	19º a 23º 76º a 100º, 155º b)	Apostar no potencial de fruição da estrutura ecológica em articulação com o património cultural.

Critério de avaliação	Oportunidade	Regulamento do PDM	Diretrizes de Planeamento e Gestão
	património natural e fruição das funções recreio, lazer e turismo a eles associadas.		
	Reforço da identidade rural do município, através da definição de medidas de proteção dos núcleos urbanos e das paisagens rurais.	135º a 137º, 155º c)	Garantir a manutenção da identidade dos núcleos tradicionais e paisagens minhotas.
<b>Cultura e participação dos cidadãos</b>	Melhoria da distribuição dos equipamentos culturais e seu usufruto por parte das populações.	148º, 155º d)	Assegurar a adequação da dotação em equipamentos culturais de proximidade em função dos novos agrupamentos de freguesia.

Os riscos assinalados resultam da ausência/insuficiência de medidas relativas a aspetos críticos para este FCD que podem assim colocar em risco o sucesso do PDM sobre estes aspetos.

Critério de avaliação	Risco	Regulamento do PDM	Diretrizes de Planeamento e Gestão
<b>Memória e inovação na construção da identidade local</b>	Ocupação de áreas naturais contribuindo para a destruição da conectividade dos sistemas ecológicos.	39º, 43º, 99º a 101º, 165º, 155º f)	Garantir a continuidade dos sistemas ecológicos através da restrição à edificação.
	Perda líquida da REN bem como das funções a ela associadas devido a compromissos urbanísticos já existentes.		Assegurar a minimização da perda de área de REN bem como cumprimento das suas funções.

### 6.1.5 Diretrizes de Monitorização

Quadro 9: Diretrizes de Monitorização – FCD #1 Identidade Cultural.

Diretrizes de Monitorização	Indicadores de Monitorização
Assegurar a continuidade dos sistemas ecológicos através da restrição à edificação	Variação da edificação em áreas de elevada sensibilidade ecológica.
Assegurar a implementação e manutenção da estrutura ecológica integrada (corredores ecológicos e patrimoniais).	Variação da área de estrutura ecológica integrada.
Monitorizar as intervenções de requalificação dos núcleos rurais.	Reabilitação de edifícios e do centro histórico (numero de edifícios, planos/projetos).
Monitorizar a concretização da carta do património do concelho bem como a valorização e salvaguarda do património existente.	Investimento na Recuperação de Património Nº de áreas com interesse patrimonial em bom estado de conservação. % de recuperação do património classificado e não classificado do município

Diretrizes de Monitorização	Indicadores de Monitorização
Assegurar uma melhor articulação entre as atividades culturais e o quotidiano municipal.	Investimento da CMB em atividades culturais.

## 6.1.6 Quadro de Governança

Quadro 10: Quadro de Governança – FCD #2 Identidade Cultural

Entidades	Diretrizes de Governança
<b>Administração Central</b>	<p>Apoiar a elaboração de programas e projetos de conservação e recuperação do património cultural.</p> <p>Assegurar a gestão e valorização do património cultural que lhe seja afeto.</p> <p>Promover ações de sensibilização de boas práticas, e sua divulgação em articulação com as autoridades locais, de manutenção e valorização do património cultural e natural.</p>
<b>CIM Cávado</b>	<p>Assegurar a articulação entre a CMB e a Administração Central para garantir a adequação da rede de equipamentos culturais de proximidade, bem como para a promoção do desenvolvimento cultural do município.</p>
<b>CM Barcelos</b>	<p>Estabelecer orientações e metas municipais de proteção e salvaguarda do património cultural e natural, assegurando a sua conservação, gestão e monitorização (em colaboração com a CCDR-N, IGESPAR, etc.).</p> <p>Apoiar com os meios adequados atividades de interesse municipal de natureza cultural.</p>
<b>Associações culturais</b>	<p>Assegurar o cumprimento e racionalidade dos apoios concedidos pela CML no âmbito das atividades culturais.</p> <p>Assegurar o diálogo e concertação da CMB com os cidadãos no que respeita a atividades de desenvolvimento da identidade cultural concelhia.</p>
<b>População</b>	<p>Colaborar nos processos de valorização e salvaguarda do património natural e cultural do município</p>

## 6.2 FCD#2 – Valorização dos recursos territoriais

### 6.2.1 Questões e tendências críticas

No que respeita ao FCD Valorização dos recursos territoriais, a situação no concelho de Barcelos apresenta as seguintes tendências principais:

- Aumento do consumo energético (setores doméstico, industrial e edifícios/vias públicas);
- Diminuição da qualidade das águas superficiais;
- Evolução pouco acentuada da percentagem de população servida pela rede de saneamento;
- Atividades agropecuárias e industriais como principais focos de poluição.

### 6.2.2 Análise SWOT

A análise tendencial permitiu sistematizar pontos fortes e fracos, tal como oportunidades e ameaças relativamente à Valorização dos recursos territoriais (Quadro 11).



**Quadro 11: Análise SWOT – FCD #2 Valorização dos recursos territoriais.**

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Crescimento do aproveitamento da energia solar.</p> <p>Recursos para biomassa – floresta, agricultura e pecuária.</p> <p>Disponibilidade de recursos hídricos superficiais e subterrâneos.</p>	<p>Aumento do consumo de combustível fóssil associado à dependência crescente pelo TI.</p> <p>Ausência de uma política municipal para a Eficiência Energética e Alterações Climáticas que solucione a baixa eficiência energética dos setores.</p> <p>Ausência de atividades de aproveitamento dos resíduos agroflorestais (com repercussões no aumento do risco de incêndio).</p> <p>Carência infraestrutural muito significativa no domínio do ciclo urbano da água que originam baixos níveis de qualidade dos recursos hídricos.</p> <p>Ausência de monitorização e controlo sobre os principais focos de poluição.</p> <p>Modelo de pecuária intensiva com elevadas pressões ambientais e conflitualidade gerada pela proximidade a concentrações habitacionais.</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>Política nacional favorece eficiência energética e produção/uso de energias alternativas e renováveis.</p> <p>Acentuação das exigências ambientais, nomeadamente no área da zona vulnerável nº 1, ao nível da gestão dos efluentes e da eco-condicionalidade dos apoios públicos ao sector agrícola no âmbito da PAC pós 2013.</p> <p>Potencial de valorização dos efluentes orgânicos das explorações (valorização agrícola/biomassa).</p>	<p>Existência de focos e riscos de poluição associados às atividades económicas mais significativas: contaminação da água do Cávado e de solos/aquíferos (agricultura, pecuária).</p> <p>Focos de poluição atmosférica e de ruído resultantes do tráfego de pesados (indústria).</p>

### 6.2.3 Avaliação do Modelo

No seguimento da avaliação das opções estratégicas correspondentes à revisão do PDM Barcelos, descreve-se a avaliação referente à Proposta de Plano, para o FCD Valorização dos recursos territoriais.

#### 6.2.3.1 Energia e alterações climáticas

No âmbito da estratégia energética municipal, o PDM Barcelos reflete algumas preocupações para diminuir o consumo energético e emissões de GEE, ao nível da diminuição das necessidades de deslocações patente no objetivo estratégico e) e das novas habitações e sistema logístico espelhadas no Art.º 164º c) e no objetivo estratégico I), indo ao encontro das orientações do PNAEE. Não obstante, existe um risco associado à ausência de incentivos à adoção de sistemas energeticamente mais eficientes ao nível do edificado existente, espaço público, transportes, atividades industriais e serviços, na medida associada à temática da eficiência energética, contrariando as orientações de melhorar o desempenho energético dos edifícios, visando atingir 30% do edificado com classe energética superior a B (PNAEE). Destaca-se ainda o risco de aumento da utilização de TI e, conseqüentemente, emissões de

GEE, pela ausência de medidas para a utilização de transporte coletivo rodoviário no objetivo estratégico h).

Salienta-se a oportunidade de aproveitamento e valorização dos recursos agroflorestais, como fonte alternativa de produção de energia e de permeabilização do solo, seguindo as orientações do PNAC, PNPOT, ENE2020 e PROT-Norte, patente no objetivo estratégico b) e que colmata a ausência de incentivos à valorização deste tipo de resíduos, identificada em fase de diagnóstico. Contudo, esta preocupação não vem refletida na estratégica c) de dotação de solo urbano, que, ao promover a construção em espaços florestais de proteção, coloca em causa a continuação da existência dos mesmos. Não obstante, na proposta de ordenamento, a REN proposta tem uma área inferior à REN em vigor (diminuição de 1,9%) sendo desafetadas áreas de máxima infiltração (107,7 ha) e cabeceiras das linhas de água (50 ha), refletindo-se num risco pela perda de oportunidade referida anteriormente. Assim, recomenda-se que futuras intervenções a efetuar em zonas rurais (que não estejam sujeitas a AIA de acordo com o Decreto-Lei n.º 151-B/2013) sobretudo em áreas anteriormente incluídas em REN bruta, seja precedida de uma análise AIA que garanta que os valores em causa fiquem salvaguardados.

O objetivo estratégico l) materializa uma oportunidade para a salvaguarda de áreas em risco de cheia, através da realocação de indústrias, contudo, este mesmo objetivo estratégico não materializa a realocação das edificações, consubstanciando um risco pelo aumento da insegurança destes locais em caso de eventos climáticos extremos.

#### **6.2.3.2 Gestão sustentável dos recursos hídricos**

Face à tendência de redução da qualidade das águas superficiais e de manutenção da baixa taxa de população servida por sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, os objetivos estratégicos e), f) e k) concretizam oportunidades para contrariar estas situações, na medida em que permitem otimizar as infraestruturas através da concentração dos aglomerados. Contrariamente, o objetivo estratégico c) protagoniza um risco nestes domínios, por contribuir para a dispersão territorial e por sua vez não acautelar medidas de reforço do acesso da população à rede pública de infraestruturas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e de efluentes de atividades agropecuárias. Assim, fica aquém a execução das metas do PEAASAR II de abranger mais de 95% dos alojamentos ligados à rede de abastecimento de água, uma vez que com o PDM permanecerão cerca de 25% de alojamentos sem estarem ligados. E de abranger mais de 90% dos alojamentos ligados à rede de drenagem e tratamento de águas residuais, uma vez que com o PDM permanecerão 53% e 58%, respetivamente, de alojamentos sem estarem ligados.

Destaca-se ainda a necessidade de salvaguardar os impactos das atividades económicas nos recursos hídricos, nomeadamente, através do tratamento de efluentes, no objetivo estratégico n), contribuindo para a orientação de *“promoção da implementação e reabilitação das infraestruturas ambientais que minimizem as agressões das atividades económicas sobre os recursos hídricos”* (ENDS, PEAASAR II e PBH Cávado/Ave/Lima).

### 6.2.3.3 Qualidade ambiental

No que respeita à qualidade física do ambiente, nomeadamente ao nível do tratamento dos resíduos, destaca-se a oportunidade que ocorre do objetivo estratégico b) para a valorização dos resíduos florestais enquanto fonte alternativa de produção de energia. Para a diminuição das principais fontes de poluição do concelho, destaca-se a oportunidade que advém dos incentivos à realocação de indústrias e da concentração de atividades poluidoras em locais específicos, diminuindo a dispersão dos principais focos, patente nos objetivos estratégicos e), f) e l).

Destaca-se o risco associado à manutenção dos níveis de ruído provenientes do transporte rodoviário, nos objetivos estratégicos h) e j) por ausência de medidas concretas e da perda de espaços de fruição ambiental, nomeadamente espaços de proteção no objetivo estratégico c), o que contraria a orientação do PNPT de preservar o quadro natural e paisagístico, em particular, a floresta. A manutenção da fruição dos espaços naturais está patente no objetivo estratégico n), no entanto deverão ser salvaguardadas medidas que evitem impactos no solo, ar e água dos espaços de vocação turística em regulamento.

### 6.2.4 Síntese da Avaliação e Diretrizes de Planeamento e Gestão

No Quadro 12 apresentam-se a síntese da avaliação e as diretrizes da AAE associadas às medidas do PDM Barcelos, relativamente às oportunidades e riscos apresentadas na secção anterior relativamente a este FCD.

Quadro 12: Síntese da Avaliação e Diretrizes de Planeamento e Gestão – FCD #2 Valorização Territorial.

Critério de avaliação	Oportunidade	Regulamento do PDM	Diretrizes de Planeamento e Gestão
<b>Energia e alterações climáticas</b>	Diminuição do consumo energético e das emissões de GEE ao nível das novas habitações e sistema logístico e da diminuição das necessidades de deslocações.	99º a 101º, 109º a 124º, 155º, 164º	Garantir a otimização energética dos edifícios novos e sistema logístico.
	Aproveitamento e valorização dos recursos agroflorestais como fonte alternativa de produção de energia.	37º a 39º, 42º, 48º, 49º, 53º	Assegurar a regulamentação de medidas de aproveitamento de energia proveniente dos recursos agroflorestais.
	Permeabilização do solo e salvaguarda de áreas para recarga de aquífero.	37º a 39º, 155º	Restringir a ocupação em áreas de recarga de aquíferos. Promover a reflorestação e florestação.
	Salvaguarda de indústrias em áreas de risco de cheia.	109º a 124º	Assegurar a realocação de indústrias em áreas de risco de cheia.
<b>Gestão sustentável dos recursos</b>	Aumento da qualidade das águas superficiais e da taxa de população	41º a 45º, 76º a 100º, 155º d)	Garantir a ligação da população às infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem e

Critério de avaliação	Oportunidade	Regulamento do PDM	Diretrizes de Planeamento e Gestão
<b>hídricos</b>	servida por sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais.		tratamento de águas residuais. Garantir o tratamento de efluentes das várias atividades industriais e agropecuárias no concelho, de acordo com Decreto-Lei nº 127/2013, de 30 de agosto. Garantir que os efluentes resultantes das unidades pecuárias não ameçam a qualidade da água superficial e subterrânea, de acordo com o Decreto-Lei nº 81/2013 de 14 de Junho.
<b>Qualidade ambiental</b>	Valorização dos resíduos florestais enquanto fonte alternativa de produção de energia.	35º	Promover a valorização dos resíduos florestais.
	Incentivos à relocalização de indústrias e à concentração de atividades poluidoras em locais específicos.	155º, 164º	Regulamentar a relocalização de indústrias poluidoras.

Os riscos assinalados resultam da ausência/insuficiência de medidas relativas a aspetos críticos para este FCD que podem assim colocar em risco o sucesso do PDM sobre estes aspetos.

Critério de avaliação	Risco	Regulamento do PDM	Diretrizes de Planeamento e Gestão
<b>Energia e alterações climáticas</b>	Manutenção dos elevados consumos energéticos ao nível do edificado existente, espaço público, transportes e setores industrial e de serviços, pela ausência de incentivos à adoção de sistemas energéticos mais eficientes.		Incentivar a integração de sistemas de gestão da eficiência energética em todos os setores e no edificado existente.
	Aumento da utilização de TI e, conseqüentemente, emissões de GEE, pela ausência de medidas para a utilização de transporte coletivo rodoviário.		Estabelecer medidas para a concretização da estratégia de mobilidade e acessibilidade do concelho que promovam a mobilidade suave e fomentem o uso de transporte coletivo rodoviário.
	Perda de espaços florestais de proteção que são potenciais sumidouros de carbono e de fixação	49º	Interditar a construção em espaços florestais de proteção, promovendo a proteção dos

Critério de avaliação	Risco	Regulamento do PDM	Diretrizes de Planeamento e Gestão
	de solo e que promovem a infiltração de água.		mesmos.
	Aumento da insegurança de edificações face a eventos climáticos extremos pela ausência de medidas de relocalização das mesmas.		Relocalizar edificações em zonas de risco de cheias.
<b>Gestão sustentável dos recursos hídricos</b>	Manutenção das fontes de poluição associadas à baixa taxa de população com ligação à rede de drenagem e tratamento de águas residuais, por ausência de medidas concretas de resolução deste problema.		Alargar os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais a toda a população for forma a cumprir o PEASAAR II.
	Aumento dos níveis de poluição proveniente das atividades económicas, pela ausência de medidas para o tratamento dos respetivos efluentes.		Garantir a regulamentação do tratamento de efluentes provenientes das atividades económicas associadas ao setor turístico.
<b>Qualidade ambiental</b>	Manutenção dos níveis de ruído provenientes do transporte rodoviário.	16º, 17º	Estabelecer medidas de controlo dos níveis de ruído em zonas sensíveis.
	Perda de espaços de fruição ambiental (espaços de proteção).	39º, 43º-45º	Salvaguardar espaços de proteção e de fruição ambiental.
	Manutenção dos impactos das atividades turísticas no solo, ar e água pela ausência de medidas concretas para os evitar.		Regulamentar as atividades turísticas de acordo com as boas práticas ambientais.

## 6.2.5 Diretrizes de Monitorização

Quadro 13: Diretrizes de Monitorização – FCD #2 Valorização Territorial

Diretrizes de Monitorização	Indicadores de Monitorização
Monitorizar a eficiência energética e as emissões de GEE nos vários sectores e edificado existente.	Soluções adotadas para a eficiência energética e principais fontes emissoras de GEE nos vários sectores e edificado existente.
Monitorizar o aproveitamento de fontes de energia alternativas.	Programas, medidas e iniciativas municipais para a promoção da utilização de FER (solar).
Monitorizar a adoção de medidas de mitigação e adaptação às alterações	Medidas de mitigação e de adaptação às alterações

Diretrizes de Monitorização	Indicadores de Monitorização
climáticas.	climáticas adotadas para o território e nos vários setores.
Monitorização da qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos.	Percentagem de população servida por sistemas de abastecimento, tratamento e drenagem de águas residuais.
Monitorização dos resíduos produzidos no concelho.	Formas de tratamento e destino final dos resíduos.
Monitorização da qualidade do ar no concelho.	Níveis de qualidade do ar no concelho.
Monitorização das principais fontes de poluição do concelho.	Número de indústrias e agropecuárias produtoras de efluentes sem tratamento.
Monitorização dos níveis de ruído.	Níveis de ruído (decibel) em zonas sensíveis.

## 6.2.6 Quadro de Governança

Quadro 14: Quadro de Governança – FCD #2 Valorização Territorial

Entidades	Diretrizes de Governança
Administração Central	Cooperar com o município na definição de estratégias e medidas de promoção da eficiência energética no ordenamento e gestão do território, no domínio do ambiente e recursos hídricos e abastecimento público.
APA	Cooperar com o município na implementação de estratégias e medidas de combate às AC em linha com as metas estabelecidas pelo PNAC.
CCDR-Norte	Promover e articular projetos regionais e intermunicipais de mitigação e adaptação às alterações climáticas. Desenvolver e manter atualizadas as estimativas regionais de emissões de GEE e o potencial de aproveitamento regional de fontes de energia renovável. Assegurar a divulgação atempada de informações relativas à qualidade do ar.
CIM Cávado	Assegurar a articulação entre a CMB e os serviços da Administração Pública Central na gestão e manutenção das redes de abastecimento público, saneamento básico, tratamento de águas residuais, e resíduos urbanos. Cooperação com a Agência de Energia do Cávado no desenvolvimento de iniciativas de natureza intermunicipal relacionadas com a eficiência energética e com possível interesse municipal.
CMB	Estudar o potencial de produção de energia renovável e melhoria da eficiência energética em colaboração com a DGEG. Assegurar estrategicamente que as emissões de GEE no Concelho mantêm uma tendência decrescente em sintonia com a política nacional nesta matéria (PNAC) em colaboração com a APA. Acompanhar e controlar a vulnerabilidade territorial da população face aos efeitos previsíveis das alterações climáticas e controlar a expansão urbana em função dessa vulnerabilidade através do estabelecimento de mecanismos de gestão adaptativa. Assegurar medidas de mitigação e adaptação às AC ao nível do território e nos vários setores de atividade. Assegurar o cumprimento dos requisitos legais associados à elaboração do plano municipal de redução do ruído.
Águas de Barcelos, S.A.	Promover o acesso à totalidade da população a sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais. Promover a distribuição e abastecimento equitativo de água à população.
ONG e	Adotar comportamentos de prevenção e adaptação aos riscos naturais e a

Entidades	Diretrizes de Governança
<b>População em geral</b>	fenómenos meteorológicos extremos. Participar nos processos de consulta pública dos processos de planeamento e avaliação ambiental. Colaborar nos processos de reciclagem e valorização dos resíduos, gestão eficiente da água e adotar hábitos de consumo energético mais eficientes.

## 6.3 FCD#3 – Competitividade

### 6.3.1 Questões e tendências críticas

No que respeita ao FCD Competitividade, a situação no concelho de Barcelos apresenta as seguintes tendências críticas:

- Queda da produção e abandono da atividade agrícola, nomeadamente da vinícola;
- Fileira do leite com crescimento positivo absoluto e ao nível da produtividade das explorações;
- Manutenção de baixas taxas de ocupação de cama no setor turístico;
- Manutenção de um perfil funcional do setor secundário pouco variado.

### 6.3.2 Análise SWOT

A análise tendencial permitiu sistematizar pontos fortes e fracos, tal como oportunidades e ameaças relativamente à Competitividade (Quadro 15).

Quadro 15: Análise SWOT – FCD #3 Competitividade.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Aumento da produtividade da atividade pecuária e em particular da fileira do leite. Fileira do leite com explorações com dimensão económica e dinâmica empresarial relevante e rejuvenescida e presença de um setor cooperativo forte nos processos de recolha e comercialização leite que correspondem a uma significativa injeção e estabilização de rendimento concelho. Grau de organização e capacitação institucional significativo ao nível dos produtores do setor primário. Condições edafoclimáticas e de localização favoráveis à vitivinicultura, horto-fruticultura e floricultura. Artesanato variado, com significativa colocação internacional e reconhecido como maior recurso turístico do concelho.	Tendência de abandono da atividade agrícola que queda do emprego, do número de empresas e da SAU. Queda da produção vinícola. Escassa expressão de modos de produção mais sustentáveis (Agricultura Biológica, Produção Integrada). Ausência de produtos certificados por origem geográfica (com exceção do vinho) e/ou modos de produção. Número estável de estabelecimentos hoteleiros com baixas taxas de ocupação de cama. Empresas de setor secundário com pouca diversidade funcional. Elevada idade média de artesãos, insuficiência de estruturas de apoio e falta de aconselhamento e assistência técnica no setor do artesanato.
Oportunidades	Ameaças
Níveis de oportunidade de crescimento empresarial acima da média dos concelhos vizinhos. Atividades lucrativas complementares à	Potencial turístico subaproveitado por falta de estratégia de desenvolvimento e equipamentos de apoio, na região Norte. Falta de critérios de ordenamento do espaço

exploração agrícola, na região norte, com potencial económico. Valorização a nível estratégico nacional dos recursos culturais, naturais e paisagísticos no âmbito do turismo do Minho.	industrial cria conflitos de uso do solo, dispersão e ameaçam qualidade do ambiente, na região norte.
--	---

### 6.3.3 Avaliação do Modelo

No seguimento da avaliação das opções estratégicas correspondentes à revisão do PDM Barcelos, descreve-se a avaliação referente à Proposta de Plano, para o FCD Competitividade.

#### 6.3.3.1 Fileira agropecuária

A estratégia de afirmação da identidade rural concelhia do PDM Barcelos constitui, de forma transversal, uma oportunidade para a valorização das atividades ligadas ao setor primário e, em particular, às da fileira agropecuária por promover a salvaguarda do potencial natural e das atividades tradicionais concelhias (objetivo estratégico b)) o que se alinha genericamente com as orientações do PENDR no sentido do aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal.

Através da criação de condições para a edificação de estruturas de apoio às atividades agropecuárias, o modelo territorial do PDM poderá promover a competitividade do setor e estimular o investimento nestas atividades (objetivo estratégico k)). Ao mesmo tempo, o reconhecimento da existência de unidades industriais em solo rural dedicadas à transformação de produtos primários (objetivo estratégico l)) constitui uma oportunidade para a fixação destas unidades no concelho, e conseqüentemente, para o reforço da cadeia produtiva da fileira agropecuária contribuindo também para os objetivos da Estratégia Norte 2015 (*“intensificação tecnológica pela via do aumento considerável do peso de atividades industriais, hoje ainda emergentes”*).

De notar, ainda, que o reforço do solo urbano municipal, em particular em meio rural, poderá ameaçar o setor por ocupação de solo com potencial agrícola.

O reforço do turismo ligado ao meio rural e suas tradições e vivências (objetivo estratégico n)) constitui uma oportunidade para a criação de atividades complementares à agropecuária (por exemplo o agroturismo) contribuindo, potencialmente, para a sua viabilidade financeira e resiliência económica. Também, a aposta na eficiência energética do edificado – desde que efetivamente implementada – poderá promover soluções construtivas mais eficientes energeticamente e potencialmente mais rentáveis economicamente, contribuindo também para a competitividade desta fileira.

Verifica-se uma ausência de medidas para a promoção de métodos de produção sustentáveis (à exceção dos espaços agrícolas de produção – art.º 37º) e de objetivos estratégicos para estimular a criação de produtos certificados e/ou de origem controlada o que constitui uma ameaça à competitividade do setor para além de não ir ao encontro das orientações do PNPOT e do PENDR.



### **6.3.3.2 Fileira do artesanato**

Tal como previamente referido, a conceção de uma estratégia de valorização do património material e imaterial de Barcelos (objetivo estratégico b)), poderá resultar em externalidades positivas para a indústria do artesanato dependendo da forma como for concretizada. Em particular, a intenção de reforçar o turismo ligado ao cariz rural do concelho (objetivo estratégico n)) poderá contribuir para a projeção nacional e internacional do artesanato concelhio, contribuindo para o desenvolvimento desta atividade económica.

Também, a afirmação de núcleos urbanos multifuncionais em meio rural constitui uma oportunidade para criar condições urbanísticas para a instalação de unidades de produção e comercialização de artesanato, permitindo a difusão da atividade pelo concelho e reforçando – potencialmente – a sua base produtiva.

### **6.3.3.3 Valorização do turismo**

A concretização de uma estratégia de salvaguarda e valorização do património natural e construído e de preservação do espaço rural como identidade cultural e paisagística do concelho (objetivo estratégico b)) constitui uma oportunidade para a valorização e salvaguarda de recursos naturais e patrimoniais essenciais à atividade hoteleira e atividades complementares, contribuindo para a afirmação de Barcelos como produto turístico integrado.

Neste sentido, a qualificação dos aglomerados urbanos reconhecendo a identidade rural do concelho e reforçando a sua multifuncionalidade (objetivo estratégico k)) bem como o potencial reforço da competitividade do setor agrícola, poderão consubstanciar uma significativa oportunidade de valorização e salvaguarda de recursos naturais, materiais e imateriais de elevado potencial turístico bem como criar bases para o reforço da imagem de Barcelos como destino integrado de agroturismo, turismo cultural e de natureza.

Para esta imagem integrada de destino turístico qualificado poderá contribuir também a intenção de concentrar as atividades poluentes em polos industriais (objetivo estratégico l)) o que contribui para a redução de conflitos de uso do solo que poderiam, de outra forma, penalizar o potencial turístico do concelho.

A intenção de reforçar a oferta turística através da criação de espaços de lazer e recreio em meio rural e urbano e da valorização de atividades e núcleos tradicionais, inerente ao objetivo estratégico n), poderá promover o potencial de Barcelos como um produto turístico integrado, seguindo as orientações de ART-PN. Por outro lado, a construção de novas unidades hoteleiras em detrimento da qualificação das existentes poderá resultar na degradação das taxas de ocupação na hotelaria já por si baixas, ameaçando assim a qualificação e competitividade do setor e não contribuindo para as metas constantes na ENDS de atingir 65% de estabelecimentos hoteleiros de 4 e 5 estrelas em 2015.

Mais uma vez, importa referir que a ausência de medidas para o reforço da acessibilidade e mobilidade concelhia (objetivos estratégicos g) e h)) implica a perda da oportunidade de facilitar a deslocação de turistas pelo concelho, de tornar Barcelos mais competitivo e atrativo para segmentos de turismo mais jovem e de promover o desenvolvimento do setor nos núcleos servidos por uma rede de transporte público qualificada.

Para o setor hoteleiro a intenção de incentivar a execução de empreendimentos energeticamente eficientes (art.º 164º c)) pode constituir uma vantagem competitiva significativa já que neste segmento a eficiência energética (não só em termos de consumo de energia elétrica mas também de água e da produção de resíduos) pode materializar-se rápida e visivelmente em poupança financeira. No entanto, esta intenção deveria ser alargada à promoção da eficiência também em edificação existente, constituindo assim uma oportunidade mais realista de ganhos para a sustentabilidade ambiental e económica do concelho.

#### **6.3.3.4 Diversidade funcional**

A proposta de estimular a fixação de atividades económicas que explorem recursos endógenos, nomeadamente associados à fileira florestal e turística (objetivo estratégico b)), poderá contribuir para a diversidade funcional do concelho reforçando a sua resiliência económica, além de se alinhar com as orientações constantes da ENDS, do PENDR e da ENF.

A promoção da instalação de atividades terciárias em meio rural (objetivo estratégico c)) e a consolidação dos aglomerados urbanos respeitando a sua identidade rural (objetivos estratégicos e), j), k)) constituem oportunidades de reforço do perfil funcional concelhio já que a redução de distâncias produtor-consumidor poderão aumentar a competitividade das atividades económicas e incentivar a aposta em atividades como o comércio e serviços, lazer, recreio e turismo que interessa fixar. A intenção de criar espaços de vocação turística multifuncionais (objetivo estratégico n)) é uma das importantes componentes desta oportunidade do ponto de vista da sua sustentabilidade já que fomenta a instalação de atividades económicas diversas que exploram direta e indiretamente o potencial endógeno do concelho.

Concretizar polos industriais poderá promover a instalação de indústrias e atividades económicas de elevado perfil tecnológico (e não só). O estabelecimento de sinergias reforça a competitividade e diversidade funcional, pelo que constitui também uma oportunidade do ponto de vista deste critério de avaliação.

Mais uma vez, a ausência de medidas que concretizem a estratégia de acessibilidade e mobilidade do concelho (objetivos estratégicos g) e h)) poderá resultar na perda da oportunidade de redução dos custos estruturais da atividade económica, de incentivo à instalação de novas atividades e de reforço da competitividade económica do concelho em geral. Denota-se também uma ausência de estratégias e medidas no sentido do reforço da inovação e do conhecimento – orientações presentes no PON.

#### **6.3.4 Síntese da Avaliação e Diretrizes de Planeamento e Gestão**

No Quadro 16 apresentam-se a síntese da avaliação e as diretrizes da AAE associadas às medidas do PDM Barcelos, relativamente às oportunidades e riscos apresentadas na secção anterior relativamente a este FCD.

**Quadro 16: Síntese da Avaliação e Diretrizes de Planeamento e Gestão – FCD #3 Competitividade.**

Critério de avaliação	Oportunidade	Regulamento do PDM	Diretrizes de Planeamento e Gestão
<b>Fileira Agropecuária</b>	Estimular o investimento e a produtividade do setor da agropecuária e reforçar a sua competitividade.	2º - 2k) e l), 41º a 45º, 60º, 61º 99º a 101º	Criar condições ao nível da cadeia produtiva para promover a competitividade dos produtos locais no mercado concelhio e regional e reduzir a necessidade de importação de produtos agroalimentares.
	Valorizar as atividades ligadas ao setor primário e, em particular, as da fileira agropecuária através da promoção e salvaguarda do potencial agropecuário e das atividades tradicionais concelhias.	2º - 2b), 18º, 19º a 27º, 33º, 37º a 42º, 48º a 53º, 155º c)	Promover a salvaguarda do potencial agropecuário e das atividades tradicionais concelhias.
	Reforçar a resiliência económica da agropecuária através da instalação de atividades complementares como o agroturismo.	2º - 2n), 21º, 27º, 39º c), 42º c), 52º c), 53º c), 62º a 64º, 106º a 108º	Promover a qualidade das unidades a criar.
<b>Fileira Artesanato</b>	Projetar nacional e internacionalmente o artesanato concelhio.	2º - 2n), 13º, 21º, 27º, 39º, 42º, 52º, 53º, 62º a 64º, 106º a 108º, 127º, 130º, 131º	Promover o artesanato como parte integrante do produto turístico de Barcelos.
	Promover a instalação de unidades de produção e comercialização de artesanato em núcleos urbanos emergentes.	2º - 2c) e k), 99º a 101º	Gerar incentivos para a criação de espaços comerciais de artesanato.
<b>Valorização do Turismo</b>	Afirmar Barcelos como destino turístico integrado, qualificado e sustentável através da promoção do agroturismo, da criação de espaços qualificados de lazer e recreio, da qualificação e valorização do património.	2º - 2b), k) e n), 13º, 18º a 27º, 32º, 33º, 37º, 39º c), 42º c), 48º, 49º, 51º a 56º, 62º a 64º, 96º, 101º, 106º a 108º 125º a 134º 135º a 137º, 155º c), 164º d)	Promover o concelho como produto turístico integrado junto do mercado nacional e internacional.
	Promover a instalação de atividades terciárias nos aglomerados urbanos em solo urbano e rural, fomentando a integração destes aglomerados nas rotas turísticas.	2º - 2k), 21º, 41º a 45º, 99º a 101º	Divulgar as rotas turísticas do concelho, qualificar a oferta e facilitar o acesso aos aglomerados urbanos.
	Reduzir conflitos de uso do solo e aumentar a atratividade turística do concelho através da concentração das atividades poluentes em polos industriais.	2º - 2l), 164º a), 109º a 124º, 155º e)	Garantir que o investimento em polos industriais e zonas similares se adequa a expectativas realistas da sua concretização.

Critério de avaliação	Oportunidade	Regulamento do PDM	Diretrizes de Planeamento e Gestão
	Promover soluções construtivas mais eficientes energeticamente e potencialmente mais rentáveis economicamente particularmente críticas no setor do turismo.	164º c)	Alargar a intenção de promoção da eficiência energética à construção existente.
<b>Diversidade Funcional</b>	Incentivar a instalação de atividades económicas de elevado perfil tecnológico e o estabelecimento de sinergias entre atividades através da criação de polos industriais e Áreas de Localização Empresarial (ALE), contribuindo assim para a diversidade funcional e competitividade do concelho.	2º - 2l), 164º a), 109º a 124º, 155º e)	Promover a criação de relações interempresariais e interindustriais, fomentando atividades económicas de elevado perfil tecnológico.
	Promover a instalação de atividades terciárias nos núcleos urbanos em solo urbano e rural contribuindo para a diversificação funcional do concelho.	2º - 2c), e), j) e k), 41º a 45º, 99º a 101º	Gerar incentivos para a criação de espaços de atividades terciárias.
	Reforçar a competitividade global do concelho de uma forma sustentável através da salvaguarda e valorização do património natural e da identidade rural e por outras como o comércio e serviços, lazer, recreio e turismo que interessa fixar por forma a diversificar o perfil funcional do concelho.	2º - 2b), k) e n), 13º, 18º a 27º, 32º, 33º, 37º a 39º, 40º a 45º, 48º a 56º, 62º a 64º, 96º, 99º a 101º, 106º a 108º, 125º a 134º, 135º a 137º, 155º c), 164º d)	Assegurar a salvaguarda e valorização do património natural e da identidade rural, como parte integrante da diversidade funcional.

Os riscos assinalados resultam da ausência/insuficiência de medidas relativas a aspetos críticos para este FCD que podem assim colocar em risco o sucesso do PDM sobre estes aspetos.

Critério de avaliação	Risco	Regulamento do PDM	Diretrizes de Planeamento e Gestão
<b>Fileira Agropecuária</b>	Reforço do solo urbano municipal e da edificação em geral, em particular em meio rural, poderá ameaçar o setor por ocupação de solo com potencial agrícola.	39º, 43º a 45º, 49º, 96º a 101º, 138º, 139º, 165º, 155º f)	Garantir que as novas edificações não condicionam a produtividade das explorações, a disponibilidade de solo e que não ameaçam a qualidade e disponibilidade dos recursos aquíferos.
	Ausência de medidas para a promoção de métodos de produção sustentáveis e de estratégias para estimular a criação de produtos		Promover e incentivar a certificação dos produtos e métodos de produção do setor primário (Agricultura

Critério de avaliação	Risco	Regulamento do PDM	Diretrizes de Planeamento e Gestão
	certificados e/ou de origem controlada constitui uma ameaça à competitividade do setor.		Biológica, Produção Integrada) podendo explorar-se comercialmente essa vantagem competitiva, associando-a – por exemplo – a campanhas de promoção de Barcelos enquanto destino turístico.
<b>Valorização do Turismo</b>	Construção de novas unidades hoteleiras em detrimento da qualificação das existentes poderá resultar na degradação das taxas de ocupação na hotelaria já por si baixas, ameaçando assim a qualificação e competitividade do setor.	21º, 27º, 39º, 42º, 53º, 62º a 64º, 106º a 108º, 127º, 130º, 131º	Desincentivar a nova construção no setor da hotelaria e promover a qualificação das unidades existentes.
	Ausência de medidas claras para a concretização da estratégia de mobilidade e acessibilidade poderá resultar na perda da oportunidade de facilitar a deslocação de turistas, de tornar Barcelos mais competitivo e atrativo junto de segmentos de turismo mais jovens e de promover o desenvolvimento do setor nos núcleos servidos por rede de transporte público.		Estabelecer medidas para a concretização da estratégia de mobilidade e acessibilidade do concelho que ofereçam alternativas reais e competitivas ao transporte individual.
<b>Diversidade Funcional</b>	Ausência de medidas claras para a concretização da estratégia de mobilidade e acessibilidade poderá resultar na perda da oportunidade de redução dos custos estruturais da atividade económica, de incentivo à instalação de novas atividades e de reforço da competitividade económica do concelho em geral.		Estabelecer medidas para a concretização da estratégia de mobilidade e acessibilidade do concelho que ofereçam alternativas reais e competitivas ao transporte individual.
	Ausência de estratégias e medidas concretas no sentido do reforço da inovação e do conhecimento.		Identificar setores de vocação concelhia e promover o conhecimento e a formação especializada (seja no setor público ou no privado), o desenvolvimento tecnológico e a relação entre escolas e empresas.

### 6.3.5 Diretrizes de Monitorização

Quadro 17: Diretrizes de Monitorização – FCD #3 Competitividade.

Diretrizes de Monitorização	Indicadores de Monitorização
Monitorizar a ocupação do solo agrícola	Percentagem de solo de elevado potencial agrícola edificado.
Monitorizar a produtividade do setor agropecuário	Produtividade agrícola e pecuária média.
Monitorizar a qualificação e ocupação das unidades hoteleiras	Percentagem de estabelecimentos hoteleiros de agroturismo.
Monitorizar o peso das explorações agropecuárias sustentáveis	Percentagem de explorações agropecuárias integradas e com produção biológica.
Monitorizar os produtos certificados e a sua difusão	Nº de produtos certificados e sua colocação nos mercados nacional e internacional.
Monitorizar a concretização dos polos industriais e áreas de localização empresarial	Grau de concretização das áreas de localização empresarial previstas.
Monitorizar o contributo das atividades tradicionais para o PIB concelhio	Contributo do artesanato, atividades culturais e setor primário para o PIB.

### 6.3.6 Quadro de Governança

Quadro 18: Quadro de Governança – FCD #3 Competitividade.

Entidades	Diretrizes de Governança
<b>Organismos sectoriais da Administração Pública Central</b>	<p>Contribuir para a articulação e criação de sinergias entre as políticas setoriais e o desenvolvimento territorial concelhio.</p> <p>Adotar critérios de sustentabilidade na viabilização das explorações e promover a implementação de práticas e modos de produção sustentáveis.</p> <p>Promover a implementação das regras para o licenciamento das explorações pecuárias.</p>
<b>Turismo do Porto e Norte de Portugal</b>	<p>Dinamizar os produtos turísticos e canalizar a promoção de Barcelos numa lógica regional, nomeadamente através da elaboração de planos de ação promocional de turismo.</p> <p>Classificar e promover os sítios e locais de interesse turístico do concelho.</p> <p>Promover a cooperação e complementaridade com outras entidades regionais de turismo e do planeamento do território.</p> <p>Monitorizar e avaliar o desempenho da atividade turística.</p> <p>Desenvolver planos conjuntos de animação e promoção turística em parceria com a CMB.</p>
<b>CIM Cávado</b>	<p>Promover o planeamento e gestão da estratégia de desenvolvimento económico prevista para o município de Barcelos</p> <p>Apoiar ativamente a sustentabilidade municipal, nomeadamente no que toca ao desenvolvimento económico, redução de custos e atração de investimentos</p> <p>Apoiar e reforçar, sempre que possível, o desenvolvimento de iniciativas no domínio do acolhimento empresarial que possam promover o desenvolvimento económico do município</p>

Entidades	Diretrizes de Governança
<b>CMB</b>	Assegurar a articulação entre os vários setores económicos. Promover a criação de sinergias entre os vários agentes económicos. Promover e apoiar o desenvolvimento de ações e eventos relacionados com a promoção de atividades económicas de interesse municipal e, articulando com os meios financeiros necessários, promover parcerias e colaborações com entidades terceiras com interesse para o desenvolvimento municipal.
<b>Privados</b>	Fomentar a associação e cooperação económica que resulte de sinergias e aumento da produtividade e qualificação das atividades do concelho de Barcelos.
<b>População em geral</b>	Contribuir ativamente e participar na tomada de decisão e implementação do PDM. Ter iniciativas individuais e comunitárias proactivas em relação à valorização sustentável dos recursos económicos do município

## 6.4 FCD#4 – Organização e gestão municipal

### 6.4.1 Questões e tendências críticas

No que respeita ao FCD Organização e gestão municipal, a situação no concelho de Barcelos apresenta as seguintes tendências principais:

- Pouca clarificação da hierarquização e competências para a gestão territorial, que intensificam a elevada fragmentação de centros de poder local;
- Ineficácia dos processos de envolvimento público e inexistência de orçamentos participativos;
- Contensões orçamentais municipais;
- Diminuição do investimento empresarial e insuficientes mecanismos de incentivo à localização empresarial.

### 6.4.2 Análise SWOT

A análise tendencial permitiu sistematizar pontos fortes e fracos, tal como oportunidades e ameaças relativamente à Organização e gestão municipal (Quadro 19).

**Quadro 19: Análise SWOT – FCD #4 Organização e gestão municipal.**

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Programa SIMPLEX autárquico. Estratégias municipais e intermunicipais existentes entre a CMB e entidades diversas, em áreas como a agricultura, turismo, cultura e social.	Hierarquia complexa de centralização de poder na gestão territorial. Insustentabilidade financeira municipal e das empresas municipais. Inexistência de orçamentos participativos e cultura de participação pública nos processos decisórios. Ausência de despesas funcionais de turismo no orçamento municipal de 2013. Ausência de ‘balcão único’ de atendimento. Problemas de ordem política, contratual e social Parceria público-privada CMB e ADB. Diminuição do número de empresas sediadas no concelho de Barcelos.

Oportunidades	Ameaças
Inserção da cidade de Barcelos no RUCI (Quadrilátero). Atividades, iniciativas e projetos de qualificação territorial da CIM Cávado. Financiamentos do QREN para qualificação ambiental e territorial. Posicionamento geoestratégico em parcerias de natureza intermunicipal. ACIB com papel preponderante no apoio ao tecido empresarial. Política regional de cofinanciamento para a promoção de áreas de acolhimento empresarial <sup>34</sup> .	Práticas de Restrição Orçamental - condições de financiamento autárquico para demais investimentos. Conjuntura económica e financeira nacional (cortes nas transferências para as autarquias locais). Diminuição do valor de investimento empresarial na região do Cávado.

### 6.4.3 Avaliação do Modelo

No seguimento da avaliação das opções estratégicas correspondentes à revisão do PDM Barcelos, descreve-se a avaliação referente à Proposta de Plano, para o FCD Organização e gestão municipal.

#### 6.4.3.1 Organização e comunicação interna e externa

A reestruturação da administração pública municipal, pela fusão de freguesias em agrupamentos homogéneos, é uma oportunidade de reorganização administrativa para a desconcentração e descentralização dos poderes atribuídos à CMB e para a gestão partilhada de equipamentos de utilização coletiva a servir os cidadãos das freguesias associadas, com vista à redução de desigualdades territoriais, nomeadamente em relação aos seguintes objetivos estratégicos:

- Objetivo estratégico b): a aposta na identidade cultural e paisagística do concelho cria oportunidades de articulação de competências técnicas e administrativas para a conservação do património edificado. Tal oportunidade é potenciada pela delegação de competências da CMB para as freguesias<sup>1</sup>, nomeadamente na gestão, conservação e reparação de equipamentos culturais e parques de lazer e conservação e reparação do património histórico não classificado, e pela competência legalmente definida<sup>2</sup> das freguesias de administrar e conservar o património das mesmas;
- Objetivo estratégico f): a aposta na constituição de Unidades Territoriais, através de uma nova organização do território em agrupamentos de freguesias, cria oportunidades de gestão partilhada, redução de desigualdades territoriais e reforço da descentralização camarária. Tais oportunidades refletem as orientações do PROT-Norte para a interação entre os diferentes níveis da Administração Pública na promoção de valências e partilhas de responsabilidades. As competências das

<sup>1</sup> <http://www.cm-barcelos.pt/noticias/arquivo/2013/marco/camara-e-freguesias-assinam-protocolos-de-quase-5-milhoes-de-euros>

<sup>2</sup> Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro



freguesias sobre a rede viária municipal<sup>3</sup> e sobre o património cultural e desportivo de utilização coletiva sustentam tais oportunidades. Contudo, verifica-se uma carência de estratégias e medidas explícitas apoiadas no princípio de subsidiariedade (ausência de definição do nível de intervenção das autoridades locais e dos cidadãos com vista a competências de gestão territorial partilhadas);

- Objetivo estratégico j): A aposta na revitalização e requalificação dos núcleos de freguesias e respetivas áreas identitárias é uma oportunidade para a redução de desigualdades territoriais e valorização da identidade das freguesias, como oportunidade para a promoção de envolvimento dos cidadãos na vida ativa concelhia<sup>4</sup>. Contudo, verifica-se a ausência de estratégias explícitas que promovam tal participação de forma ativa e responsável pelos cidadãos ou organizações de moradores.

O estabelecimento de UE, assegurados por UOPG (objetivo estratégico d)), e preconizado pelo PNPOT, é uma oportunidade de gestão adaptativa para o reforço da qualidade e eficiência da gestão territorial. Em contrapartida, salienta-se a ausência de medidas e mecanismos de resposta à possível incapacidade de intervenção em território e de resolução de riscos de sobreposição de competências e conflitos de interesse. Importante salientar a incerteza associada aos objetivos das unidades territoriais previstas, nomeadamente na forma como uma gestão adaptada e partilhada está contemplada no modelo organizacional da CMB e nos processos administrativos (incerteza que sustenta a perda de oportunidade de uma gestão adaptada e partilhada apoiada pela reestruturação da administração pública municipal).

A possibilidade de compensações e compatibilização de taxas urbanísticas e mecanismos de perequação (concretizada pelo objetivo estratégico d)) é uma aposta no princípio da igualdade perante a possibilidade de oportunidades urbanísticas e pela definição de técnicas perequativas com o município. É uma oportunidade de promoção de situações *win-win* entre município e proprietários.

Verifica-se também uma oportunidade da CMB explorar a sua participação no RUCI Quadrilátero (Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação), procurando promover estratégias de âmbito cultural para o aumento da atratividade territorial (objetivo estratégico b)). Contudo, é visível a ausência de estratégias que combatam os possíveis interesses múltiplos na gestão dos recursos endógenos de suporte à atividade económica (de focar a diminuição orçamental descrita na análise tendencial).

Associado ao objetivo estratégico e) está o risco de ausência de medidas que promovam a adequação dos serviços municipais aos usos de solo urbano (orientação preconizada pelo PROT-Norte e sustentada pelos objetivos da reorganização administrativa territorial autárquica) quando afirma a necessidade de *“conformação e concretização dos sistemas/redes fundamentais de conectividade”* e *“valorizar e melhorar as articulações intersectoriais e*

---

<sup>3</sup> <http://www.cm-barcelos.pt/noticias/arquivo/2013/marco/camara-e-freguesias-assinam-protocolos-de-quase-5-milhoes-de-euros>

<sup>4</sup> Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

*reforçar as parcerias interinstitucionais numa base territorial com vista à organização da rede de equipamentos e serviços”.*

Verifica-se a ausência de medidas e mecanismos de simplificação dos procedimentos administrativos. A inexistência de tais medidas poderá intensificar o peso da CMB nas atividades administrativas – dificuldade na racionalização da gestão, celeridade dos processos, qualidade dos serviços prestados. Este risco está associado ao anterior (ausência de medidas que promovam a proximidade dos serviços municipais e a inclusão das freguesias na gestão territorial), pela atual ausência de um ‘balcão único’, considerado no PROT-Norte, que foca a necessidade de assegurar a correta gestão dos equipamentos e a redução da necessidade de deslocação através da concentração de serviços.

Ainda no âmbito deste critério destaca-se a ausência de estratégias para a promoção da participação pública no processo de construção do município o que representa um risco, uma vez que não fomenta a incorporação de conhecimento não-técnico nos processos de tomada de decisão, nem a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições (PNOPOT, PROT-NORTE) fundamentais para a tomada de decisão.

#### **6.4.3.2 Gestão financeira e promoção de dinamismo económico**

A racionalização financeira municipal é uma das orientações preconizadas pelo POCAL. A análise dos diversos objetivos estratégicos do PDM-Barcelos, tendo em conta a tendência de contenção orçamental, potencia um risco associado à reconhecida diminuição do orçamento municipal em termos de dificuldade na implementação dos objetivos estratégicos associados à habitação – c) e m), e aos transportes – g) e h).

Verifica-se uma clara aposta no dinamismo económico, pela criação de áreas afetas ao acolhimento empresarial (objetivo estratégico d)), oportunidade potenciadora da economia municipal, estímulo a novos investimentos, e diminuição dos custos de contexto de investimento com vista à promoção de competitividade. Este objetivo estratégico é concordante com as orientações do PROT-Norte, que reforçam a necessidade de reordenamento das áreas de acolhimento empresarial como instrumento proactivo na captação de investimentos. Em contrapartida, existe um risco associado: ausência de medidas de suporte para a criação de mecanismos de incentivo fiscal e administrativo à localização de infraestruturas de base tecnológica de apoio à inovação atividade económica (objetivo estratégico d).

É explícita a promoção da identidade concelhia para aumentar a atratividade municipal e fomentar dinamismo económico concelhio, avaliação suportada pelo FCD#3. Contudo, são inexistentes medidas de gestão eficientes que promovam o incentivo à participação empresarial e à comunicação vertical entre executivo e sociedade civil nas estratégias de desenvolvimento económico do concelho (como presente no PENDR, que orienta os destinatários da política de incentivos ao desenvolvimento empresarial a participarem no mesmo).

#### **6.4.3.3 Evolução da dinamização de projetos de cooperação intermunicipal**

Destaca-se a oportunidade gerada pelo objetivo estratégico n) de proporcionar um equilíbrio harmónico em relação à atividade turística, pela sua relação com os demais objetivos

estratégicos do PDM Barcelos de carácter interdisciplinar. É assim visível a existência de objetivos estratégicos que criam oportunidades ao concelho de projeção identitária, como o b), l), n) e o artigo sobre a eficiência energética. Constatam-se, contudo, riscos associados aos objetivos estratégicos de projeção identitária, pela ausência de medidas que promovam a cooperação e participação empresarial para a concretização de projetos estruturantes de qualificação territorial (aqui considerados os mecanismos de financiamento e fiscalização).

O objetivo estratégico l) é uma clara aposta na dinamização de projetos de cooperação. Cria a oportunidade de desenvolver iniciativa públicas e privadas para a exploração de novas (e das já existentes) atividades industriais, como previsto pelas orientações do PENDR e PROT-Norte, através da promoção da eficácia da intervenção das entidades públicas, privadas e associativas na gestão sectorial, e cooperação e concertação entre entidades públicas e atores privados, respetivamente. Contudo, com base nas orientações do PNACE, é necessário fomentar o crescimento económico pela incrementação do investimento público. Com base nesta orientação, o objetivo estratégico l) tem o risco associado da inexistência de medidas estratégicas que promovam e facilitem as economias de escala.

A nível social, o objetivo estratégico m) cria oportunidades de incentivo à definição e realização de projetos supramunicipais de âmbito social, e colaboração entre freguesias para a promoção de projetos locais de natureza social.

#### 6.4.4 Síntese da Avaliação e Diretrizes de Planeamento e Gestão

No Quadro 20 apresentam-se a síntese da avaliação e as diretrizes da AAE associadas às medidas do PDM Barcelos, relativamente às oportunidades e riscos apresentadas na secção anterior relativamente a este FCD.

Quadro 20: Síntese da Avaliação e Diretrizes de Planeamento e Gestão – FCD #4 Organização e Gestão Municipal.

Critério de avaliação	Oportunidade	Regulamento do PDM	Diretrizes de Planeamento e Gestão
<b>Organização e comunicação interna e externa</b>	Reforço da descentralização camarária. Articulação de competências técnicas e administrativas.	27º, 33º, 38º, 49º, 63º, 71º, 107º, 127º, 148º, 153º a 155º	Clarificar a distribuição e delegação de competências e responsabilidade na gestão territorial. Assegurar os recursos necessários que permitam a descentralização camarária. Apostar na criação de valências técnicas que assegurem a conjugação alcance de interesses comuns. Assegurar o reforço de competências das freguesias através da celebração de contratos interadministrativos.
	Possibilidade de oportunidades urbanísticas com base no princípio da	153º, 154º, 156º, 159º a 163º, 164º -2	Implementação de um sistema de organização entre proprietários para uma fácil, efetiva, equitativa e responsável repartição de custos de

Critério de avaliação	Oportunidade	Regulamento do PDM	Diretrizes de Planeamento e Gestão
	igualdade – promoção de situações <i>win-win</i> entre município e proprietários.		urbanização. Assegurar a articulação entre município e proprietários para a conjugação dos interesses comuns.
	Envolvimento dos cidadãos na vida ativa concelhia	27º - 3, 86º a 88º, 155º b)	Incentivar a participação dos cidadãos nos processos de consulta pública de âmbito de planeamento territorial. Apostar na criação de orçamentos participativos.
<b>Gestão financeira e promoção do dinamismo económico</b>	Aposta no dinamismo económico e incentivo ao investimento e localização empresarial.	49º 109º a 124º	Assegurar a criação de mecanismos de incentivo fiscal e administrativo à localização empresarial.
	Aumento da atratividade municipal.	20º a 27º 38º, 39º, 42º 53º, 60º a 64º 106º a 108º 135º, 136º, 155º, 164º	Promover a criação de políticas de cooperação nos diversos domínios estratégicos que fomentem autonomia orçamental sustentável.
<b>Evolução da dinamização de projetos de cooperação intermunicipal</b>	Sustentabilidade municipal através da criação de projetos de natureza supramunicipal de projeção identitária.	34º 109º a 124º 164º	Criar redes de apoio e cooperação entre os agentes interessados com vista à prossecução de projetos de desenvolvimento e de projeção identitária.
	Desenvolvimento de iniciativas públicas e privadas para exploração de atividades locais.	20º a 27º 38º, 39º, 42º 54º a 64º 106º a 108º 135º, 136º, 155º, 164º	Promover o desenvolvimento de projetos criativos, a partir de iniciativas públicas e/ou privadas para a dinamização das atividades locais. Dinamizar parcerias público-privadas para a valorização das atividades locais.

Os riscos assinalados resultam da ausência/insuficiência de medidas relativas a aspetos críticos para este FCD que podem assim colocar em risco o sucesso do PDM sobre estes aspetos.

Critério de avaliação	Risco	Regulamento do PDM	Diretrizes de Planeamento e Gestão
<b>Organização e comunicação interna e externa</b>	Ausência de definição dos níveis de intervenção dos diversos atores na gestão territorial.	148º 155º	Garantir a melhor relação custo-benefício dos diversos sectores de intervenção municipal. Assegurar o envolvimento dos diversos atores na estrutura de gestão territorial.
	Carência de mecanismos de simplificação administrativa.	162º	Apostar na criação do 'balcão único'

Critério de avaliação	Risco	Regulamento do PDM	Diretrizes de Planeamento e Gestão
			de atendimento.
	Ausência de mecanismos de envolvimento da população de forma ativa, responsável e equitativa nos processos decisórios concelhios.		Criar plataformas de diálogo entre autarquia local (CMB e freguesias) e cidadãos.
	Possibilidade de incapacidade de intervenção e sobreposição de competências e múltiplos conflitos de interesse.  Ausência de mecanismos de proximidade de serviços municipais.	153º a 155º, 164º	Criar plataformas de diálogo entre a administração central, administração local e proprietários com vista à diminuição dos conflitos existentes e à clarificação das diversas competências e responsabilidades.  Garantir a proximidade dos serviços municipais e atividades económicas de acordo com o novo modelo de ocupação e gestão territorial.
<b>Gestão financeira e promoção do dinamismo económico</b>	Dificuldade de implementação (a nível fiscal e administrativo) de medidas das estratégias associadas ao sector da habitação, serviços e transportes.	43º a 45º  99º a 101º, 165º, 164º	Apostar a implementação de mecanismos incentivo ao financiamento, através da criação de estratégias de cooperação empresarial, institucional, municipal e entre cidadãos.
	Ausência de medidas de apoio à criação de infraestruturas de base tecnológica e inovação.		Desenvolver, implementar e valorizar mecanismos de incentivo fiscal e administrativo à localização empresarial..
<b>Evolução da dinamização de projetos de cooperação intermunicipal</b>	Ausência de medidas de promoção à cooperação e participação empresarial supramunicipal.		Criação de estratégias de articulação e envolvimento de agentes públicos e privados para a criação de sinergias de promoção à cooperação intermunicipal.
	Inexistência de estratégias para a promoção de economias de escala.		Desenvolver e assegurar a integração dos diversos agentes económicos e produtivos do concelho para promover as economias de escala num contexto regional, através da elaboração de políticas de apoio à dinamização de projetos de desenvolvimento.

### 6.4.5 Diretrizes de Monitorização

Quadro 21: Diretrizes de Monitorização – FCD #4 Organização e Gestão Municipal.

Diretrizes de Monitorização	Indicadores de Monitorização
<b>Monitorizar a capacidade de implementação das estratégias de gestão territorial.</b>	Grau de concretização de estratégias de sustentabilidade regional, municipal e local. Fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares, com sistematização e justificação de situações de inconformidade e desadequação. Projetos de execução de partilha e disseminação de conhecimento a nível interdepartamental e sociedade civil.
<b>Monitorizar o funcionamento e manutenção do modelo territorial proposto.</b>	Variação da despesa orçamental em projetos de I&D e por classificação funcional. Taxa de concretização de projetos de desenvolvimento. Nº de sessões de envolvimento público para esclarecimento sobre o funcionamento e implementação do modelo territorial proposto pelo PDM Barcelos.
<b>Monitorizar a eficácia de plataformas colaborativas.</b>	Nº de ações de cooperação territorial envolvendo a CMB. Incentivos fiscais e administrativos à localização empresarial. Nº, tipo e frequência de sessões de envolvimento público.

### 6.4.6 Quadro de Governança

Quadro 22: Quadro de Governança – FCD #4 Organização e Gestão Municipal.

Entidades	Diretrizes de Governança
<b>Administração Central</b>	Contribuir para a articulação e cooperação institucional, pela promoção e criação de plataformas colaborativas relacionadas com as suas respetivas áreas de atividade, com vista a apoiar a ação do município de Barcelos nas suas demais ações e atividades de gestão municipal.
<b>CCDR-Norte</b>	Assegurar que os critérios de interpretação do PROT-Norte à escala local são claros para a CMB, monitorizando e garantindo a correta implementação de estratégias de desenvolvimento. Assegurar a divulgação pela CMB da monitorização do PDM Barcelos. Promover condições institucionais para a ‘fusão de freguesias’ em estrita articulação com a CMB.
<b>CIM Cávado</b>	Assegurar a articulação de atividades entre a CMB e os serviços da Administração Pública Central na gestão municipal. Incentivar o estabelecimento de modelos de cooperação público-privada ao nível local. Incentivar a participação pública dos cidadãos na elaboração, concretização e monitorização de estratégias de cooperação intermunicipais.
<b>CMB</b>	Assegurar articulação com os diversos sectores económicos de natureza geoestratégica. Promover a reestruturação da administração pública local de forma informada e responsável. Assegurar e reforçar o papel liderante, desempenhando uma função catalisadora e dinamizadora de projetos futuros. Promover a partilha de informação com os demais interessados. Promover sessões públicas de esclarecimento e debate descentralizado por

Entidades	Diretrizes de Governança
	<p>agrupamento de freguesias, em conjunto com as juntas de freguesias e outros agentes relevantes, no âmbito dos processos de consulta pública.</p> <p>Implementar plataformas colaborativas ao nível intra e intermunicipal, de maneira a integrar horizontalmente os diversos departamentos e agências municipais e as juntas de freguesia.</p> <p>Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parcerias com outras entidades terceiras que desenvolvam a sua atividade na área do município.</p>
<b>Privados</b>	<p>Adotar modelos que procurem a sustentabilidade municipal na gestão operacional das suas atividades.</p> <p>Incentivar o estabelecimento de modelos de cooperação público-privada.</p>
<b>ONG e população em geral</b>	<p>Assegurar a iniciativa individual e comunitária proactiva para a valorização da sustentabilidade municipal.</p> <p>Participar ativamente nos processos de decisão relativos à gestão e implementação do PDM Barcelos, assegurando o cumprimento e salvaguarda dos seus interesses.</p>

## 6.5 FCD#5 – Ordenamento territorial

### 6.5.1 Questões e tendências críticas

No que respeita ao FCD Ordenamento territorial, a situação no concelho de Barcelos apresenta as seguintes tendências principais:

- Assimetrias na distribuição das infraestruturas, nomeadamente dos equipamentos escolares;
- Modelo territorial concelhio decorrente de uma dispersão não regulada e de padrões de inércia de decisão em matéria de ordenamento;
- Êxodo rural;
- Fraca oferta de transporte coletivo e multimobilidade.

### 6.5.2 Análise SWOT

A análise tendencial permitiu sistematizar pontos fortes e fracos, tal como oportunidades e ameaças relativamente ao Ordenamento territorial (Quadro 23).

**Quadro 23: Análise SWOT – FCD #5 Ordenamento Territorial.**

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Amplio território rural.</p> <p>Boa integração em redes e sistemas de transportes para fora dos limites do concelho.</p> <p>Aumento recente da oferta de equipamentos de saúde.</p>	<p>Dispersão territorial não regulada</p> <p>Assimetrias na distribuição de equipamentos escolares e carência de oferta de ensino.</p> <p>Sistema viário interno e serviços de transporte deficitários: rede viária não “hierarquizada” e baixo nível de cobertura (temporal e espacial) por transporte coletivo rodoviário.</p> <p>Instituição de ensino superior implantada no concelho (IPCA) insuficientemente conectada com a economia local em termos de oferta de serviços avançados.</p> <p>Desqualificação do modelo territorial concelhio devido à edificação em zonas não infraestruturadas.</p>

Oportunidades	Ameaças
Boa integração com eixos rodoviários de grande capacidade e com centros urbanos – Área Metropolitana do Porto e a Galiza, e pontos de importância logística.	Estratégia territorial regional insuficiente para corrigir disfunções do desenvolvimento territorial local.

### 6.5.3 Avaliação do Modelo

No seguimento da avaliação das opções estratégicas correspondentes à revisão do PDM Barcelos, descreve-se a avaliação referente à Proposta de Plano, para o FCD Ordenamento Territorial.

#### 6.5.3.1 Equipamentos

O PDM potencia a oportunidade de criação de equipamentos, uma vez que promove a disponibilização de solos para esse efeito (objetivo estratégico f)), e recupera práticas de cedência para equipamentos fundamentais à criação de uma qualidade de vivência urbana (objetivo estratégico d)), na linha das orientações do PROT-Norte. No entanto, a tipologia dos equipamentos não é especificada. Assim o PDM não dá resposta à tendência crescente de carência de equipamentos escolares nem são definidas medidas de articulação entre o meio rural e urbano como critério orientador do desenho dos equipamentos, como explanado nas orientações do PNPOT, o que constitui como um risco.

#### 6.5.3.2 Ocupação Urbana

O PDM Barcelos reflete uma clara aposta na promoção de um modelo de ocupação mais qualificado, oportunidade apresentada em múltiplos objetivos estratégicos: b), d), i), j), e k), seguindo as orientações de aposta na qualificação do sistema urbano, promovendo a qualificação da rede urbana (PNPOT e PON 2007/2013) e criação de espaços que respondam a procura de origem residencial e constituam fator de consolidação e qualificação urbana (PROT-Norte), ressaltando o défice de equipamentos, supra mencionado.

Outra oportunidade presente no Plano é a contenção da expansão do solo urbano contrariando a dispersão urbana em solo rural, presente nos objetivos estratégicos b) e e). Materializadas em relatório e regulamento, nomeadamente com o reforço de habitação nos aglomerados urbanos e com a revisão dos perímetros urbanos, criam uma oportunidade de mudar o cenário tendencial do modelo de dispersão atual, estando em consonância com os documentos de hierarquia superior PNPOT e PROT-Norte.

Não obstante, o objetivo estratégico c) - também materializada em relatório e regulamento - protagoniza um risco para a dispersão urbana, e conseqüentemente contraria a as orientações dos documentos a cima referidos. E acima de tudo, contraria os objetivos estratégicos b) e e), acima referidos, que promovem a contenção do solo urbano.

De notar, ainda, que as medidas referidas, que materializam a intenção de contrariar a dispersão urbana, carecem de um mecanismo de fiscalização que garanta a eficácia das políticas que visam a contenção da edificação sob pena de se continuar a assistir ao aumento da dispersão desregrada.



### **6.5.3.3 Ruralidade**

Relativamente ao critério Ruralidade, são apresentadas que geram uma oportunidade para colmatar o êxodo rural, através da criação de fatores atrativos e de fixação populacional.

Nos objetivos estratégicos b) e i), são potenciadas a valorização e proteção do espaço rural, através da manutenção das características vivenciais do espaço construído (alinhadas com as orientações de ENDS, PNPOT, PROT-Norte e, PENDR) o que cria uma oportunidade para a obtenção de bens e serviços de qualidade e promoção de movimentos sociais de reocupação dos territórios.

O Plano reflete uma clara intenção de aposta na diversificação funcional sobretudo ao nível do turismo associado aos valores paisagísticos, ambientais, culturais e históricos (objetivos estratégicos n) e k)). Este objetivo estratégico (alinhado com as orientações do ENDS, PNPOT, PROT-Norte e, PENDR) favorece a geração de novos projetos agroflorestais multiobjetivo assentes não só na produção destes espaços mas também na manutenção da sua conservação e na valorização dos serviços dos ecossistemas concelhios.

O objetivo estratégico c) constitui-se como uma oportunidade uma vez que alivia as restrições à edificação em aglomerados rurais aumentando a possibilidade de construir habitação própria em espaço rural que - segundo o Relatório da proposta de Plano - se trata de uma das maiores causas para o êxodo rural. Contudo caso não sejam salvaguardadas medidas preventivas à dispersão habitacional, este objetivo estratégico c) pode constituir-se como um risco, pois pode conduzir a uma descaracterização do espaço rural.

A qualificação dos principais acessos e a proposta de uma rede de transportes públicos eficaz (objetivos estratégicos g) e h)) alinhadas com as orientações do PNPOT, PROT Norte, PNAEE e PET poderiam contribuir para um melhoramento do ordenamento dos espaços rurais e consequentemente da sua atração. Contudo isto constitui um risco de perda de oportunidade uma vez que não existem medidas no Plano que materializem este objetivo estratégico.

### **6.5.3.4 Acessibilidades**

No que diz respeito às acessibilidades destacam-se as oportunidades, originadas pela melhoria da qualidade no sistema de mobilidade, gerada pelos objetivos estratégicos f) e i), e a criação de novas infraestruturas de transportes que advêm dos objetivos estratégicos d) e g). Estas oportunidades concretizam-se através de uma boa integração com os eixos rodoviários com grande capacidade e com os centros urbanos – Área Metropolitana do Porto e Galiza e pontos de importância logística. No que diz respeito à concretização de novas vias e ligações salvaguarda-se a necessidade de elaboração de um Estudo de Tráfego que permita avaliar quais os impactos produzidos.

Verifica-se, também, que os objetivos estratégicos g) e h) destacam a necessidade de minimizar o uso de TI e promover o transporte coletivo ou modos suaves, e por isso estão em consonância com as orientações dos planos PNPOT, PNAEE, PROT-Norte e PET.

No entanto o Plano é omissos em medidas que possam promover a melhoria do serviço de transporte público/coletivo ou que contribuam para a melhoria do sistema de mobilidade

suave, desta forma, é potenciada a necessidade dos habitantes recorrerem ao TI, constituindo um risco devido ausência de medidas concretas.

#### 6.5.4 Síntese da Avaliação e Diretrizes de Planeamento e Gestão

No Quadro 24 apresentam-se a síntese da avaliação e as diretrizes da AAE associadas às medidas do PDM Barcelos, relativamente às oportunidades e riscos apresentadas na secção anterior relativamente a este FCD.

Quadro 24: Síntese da Avaliação e Diretrizes de Planeamento e Gestão – FCD #5 Ordenamento territorial.

Critério de avaliação	Oportunidade	Regulamento do PDM	Diretrizes de Planeamento e Gestão
<b>Equipamentos</b>	Organização da rede de equipamentos através da disponibilização de solos e definição de um programa das intervenções a executar no âmbito do Plano e da gestão urbanística.	71º, 153º, 154º, 156º, 159º a 163º	Garantir que a dotação de novos equipamentos se adequa às carências de equipamento escolar identificadas. Promoção da articulação entre o meio rural e urbano como critério orientador do desenho dos equipamentos.
<b>Ocupação Urbana</b>	Promoção de um modelo de ocupação mais qualificado que pretende preservar as características morfológicas dos núcleos tradicionais e valorizá-los e que contraria a tendência de dispersão urbana e promove a contenção da expansão.	18º a 27º, 33º, 42º, 62º a 64º, 106º a 108º, 127º, 130º, 164º d), 27º - 3, 42º a 45º, 56º, 60º, 71º a 74º, 76º a 101º, 147º, 153º, 154º, 156º, 159º a 163º, 164º - 2, 165	Garantir um desenvolvimento urbano mais compacto, racional e qualificado, explorando as economias de aglomeração.
<b>Ruralidade</b>	Criação de fatores atrativos e de fixação populacional em meio rural, consubstanciados com a valorização dos espaços naturais e culturais, promovendo a multifuncionalidade agrícola e manutenção das características vivenciais do espaço construído através da requalificação dos núcleos tradicionais.	9º, 18º a 27º, 37º a 39º, 42º, 43º a 45º, 48º, 49º, 53º, 62º a 64º, 96º, 99º a 101º, 106º a 108º, 135º a 137º, 164º d, 165º	Assegurar a salvaguarda e valorização do património natural e construído. Garantir a melhoria das acessibilidades e do sistema de mobilidade. Garantir aglomerados urbanos multifuncionais em meio rural.
<b>Acessibilidades</b>	Promoção de construção de novas infraestruturas de transportes.	72º a 74º, 147º, 148º, 153º, 154º, 156º, 159º a 163º, 164º - 2.	Assegurar a criação de novas infraestruturas de transporte e de modos suaves.

Os riscos assinalados resultam da ausência/insuficiência de medidas relativas a aspetos críticos para este FCD que podem assim colocar em risco o sucesso do PDM sobre estes aspetos.

Critério de avaliação	Risco	Regulamento do PDM	Diretrizes de Planeamento e Gestão
<b>Ocupação Urbana</b>	Manutenção da tendência de dispersão urbana.	42º a 45º 99º a 101º, 165º	Adequar os aglomerados urbanos à identidade rural e padrão ocupacional do concelho bem como às atuais exigências de qualidade de vida, sem comprometer a valorização e conservação do espaço rural.
<b>Ruralidade</b>			
<b>Acessibilidades</b>	Aumento de uso do TI por ausência de medidas concretas para a estratégia de mobilidade e acessibilidade e incentivos para melhorar o serviço de transporte público.	43º a 45º, 49º	Definir e concretizar uma estratégia de mobilidade e acessibilidade do concelho que aumente a diversidade de rotas e frequência de transporte público de modo a criar alternativas ao TI como solução viável.

### 6.5.5 Diretrizes de Monitorização

Quadro 25: Diretrizes de Monitorização – FCD #5 Ordenamento Territorial.

Diretrizes de Monitorização	Indicadores de Monitorização
<b>Avaliar os equipamentos de educação/ ensino.</b>	Nº e capacidade de equipamentos de educação por nível de ensino.
<b>Monitorizar os equipamentos de saúde.</b>	Nº e capacidade de equipamentos de saúde por tipologia.
<b>Avaliação dos padrões de ocupação territorial.</b>	Evolução % população residente habitação dispersa.
<b>Monitorização do espaço industrial.</b>	Espaços industriais qualificados.
<b>Avaliação de sistemas de mobilidade.</b>	Áreas de influência e graus de cobertura do transporte público. Medidas de incentivo ao uso de transportes públicos.
<b>Avaliação de infraestruturas de acessibilidade.</b>	Evolução das redes de mobilidade suave, viária e rede ferroviária.

## 6.5.6 Quadro de Governança

Quadro 26: Quadro de Governança – FCD #5 Ordenamento Territorial.

Entidades	Diretrizes de Governança
<b>Administração Pública Central</b>	<p>Promover a cooperação das autoridades regionais e locais no domínio do ordenamento do território.</p> <p>Garantir a articulação institucional, coordenação de esforços entre os seus organismos sectoriais e as autoridades locais, e colaboração na monitorização das componentes relacionadas com as suas áreas de competência.</p>
<b>CCDR-Norte</b>	<p>Dinamizar e acompanhar, e sempre que necessário apoiar, as boas práticas de gestão territorial de âmbito local.</p> <p>Garantir o diálogo institucional entre municípios no âmbito das orientações regionais para o desenvolvimento rural.</p>
<b>CIM Cávado</b>	<p>Promover o planeamento integrado e coordenação do desenvolvimento do território abrangido, fomentando a cooperação entre municípios na procura de coesão territorial.</p> <p>Promover o desenvolvimento de iniciativas e projetos intermunicipais no domínio das redes de mobilidade e transportes, e habitação e urbanismo.</p> <p>Assegurar uma articulação entre a CMB e os serviços da administração pública central nas áreas de atividade de ordenamento do território.</p>
<b>CMB</b>	<p>Controlar a dispersão urbana fora dos perímetros urbanos e as tendências de expansão.</p> <p>Garantir a qualificação do solo urbano e rural, através da participação em ações de desenvolvimento do meio urbano e rural.</p> <p>Colmatar carências de infraestruturas e equipamentos que estejam sob a sua administração direta.</p> <p>Criar soluções de transporte público atrativas e competitivas.</p> <p>Criar infraestruturas de modo a gerar alternativas de percurso utilizando o modo suave.</p> <p>Concertar objetivos e atuações a nível intermunicipal numa lógica de funcionamento global do sistema de mobilidade.</p> <p>Fomentar e apoiar os processos de participação pública e sensibilizar a população para as mais-valias das áreas rurais.</p> <p>Articular as ações de planeamento e gestão municipal com as estratégias regionais em matéria de ordenamento do território.</p>
<b>População Geral</b>	<p>Participar de forma pró-ativa para a resolução dos problemas locais de mobilidade e aspetos a eles associados.</p> <p>Participar ativamente nas ações conjuntas entre municípios.</p>

## 6.6 FCD#6 – Coesão social e potencial humano

### 6.6.1 Questões e tendências críticas

No que respeita ao FCD Coesão social e potencial humano, a situação no concelho de Barcelos apresenta as seguintes tendências principais:

- Aumento da taxa de desemprego;

- Carência de alternativas na formação profissional para as fileiras estratégicas;
- População com baixos níveis de qualificação;
- Aumento do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI);
- Défice na capacidade de resposta a questões típicas pelo tecido institucional local;
- Insuficientes programas de integração social.

### 6.6.2 Análise SWOT

A análise tendencial permitiu sistematizar pontos fortes e fracos, tal como oportunidades e ameaças relativamente à Coesão social e potencial humano (Quadro 27).

Quadro 27: Análise SWOT – FCD #6 Coesão social e potencial humano.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Decréscimo da taxa de abandono escolar. Plano Operacional da Rede Social de Barcelos. Rede Social inovadora, com aposta nos mecanismos de comunicação da Rede e iniciativas no terreno com perspetiva pluridisciplinar e pluritemática de intervenção <sup>5</sup> .	Crescimento do número de falências e cessação de atividades no sector têxtil. Tendência de envelhecimento da população. Aumento da taxa de desemprego. Crescente dependência populacional de prestações sociais. Debilidades de uma concertação institucional ao nível da Plataforma Interconcelhias da Rede Social <sup>6</sup> . Níveis baixos de qualificação da população residente.
Oportunidades	Ameaças
Formação profissional de ativos e iniciativas de empreendedorismo e inovação social	Crescente dependência da população face a mecanismos de proteção e assistência social <sup>21</sup> . Tendência generalizada de terciarização do tecido económico (exigência de emprego mais qualificado). Decréscimo do tecido empresarial/industrial do setor têxtil. Condições gerais de financiamento da atividade autárquica (seleção de investimentos de afetação de recursos municipais às questões sociais) <sup>21</sup> . Lacunas na oferta de formação profissional para o setor terciário.

### 6.6.3 Avaliação do Modelo

No seguimento da avaliação das opções estratégicas correspondentes à fase preliminar de revisão do PDM Barcelos, descreve-se a avaliação referente à Proposta de Plano, para o FCD Coesão social e potencial humano.

#### 6.6.3.1 Capacitação e reconversão de desempregados

O aumento da atratividade das atividades económicas associadas às fileiras estratégicas da agropecuária e floresta, patente nos objetivos estratégicos b), c) e k), e a promoção da fileira económica associada à indústria e ao turismo promovidos nos objetivos estratégicos l) e n),

<sup>5</sup> Retirado da SWOT do Relatório Estratégia Municipal Barcelos 2020, Parte 1, maio 2011

<sup>6</sup> Retirado da SWOT do Relatório Estratégia Municipal Barcelos 2020, Parte 1, maio 2011

geram a oportunidade de criação de novos postos de trabalho para o concelho. Contudo, os objetivos estratégicos acima referidas podem ser ameaçadas pela ausência de incentivos à qualificação, formação e integração de desempregados locais nas fileiras estratégicas do concelho, o que coloca em risco a possibilidade de contrariar o aumento da taxa de desemprego e a orientação de “promover o nível, qualidade e mobilidade do emprego através do apoio à integração no mercado de trabalho de desempregados” (POPH).

#### 6.6.3.2 Disfunções sociais

No âmbito das disfunções sociais, destaca-se a oportunidade de promoção de programas de integração social, ajustados às necessidades da população com maiores dificuldades económicas e associada ao objetivo estratégico m), em linha com as orientações do POPH e Norte 2015.

Não obstante, a potenciação da atividade turística promovida pelo objetivo estratégico n) cria o risco de aumentar as assimetrias sociais por não promover a necessidade de integração do capital humano do município através da sua capacitação em iniciativas que venham a ter lugar nos espaços de vocação turística.

#### 6.6.4 Síntese da Avaliação e Diretrizes de Planeamento e Gestão

No Quadro 28 apresentam-se a síntese da avaliação e as diretrizes da AAE associadas às medidas do PDM Barcelos, relativamente às oportunidades e riscos apresentadas na secção anterior relativamente a este FCD.

**Quadro 28: Síntese da Avaliação e Diretrizes de Planeamento e Gestão – FCD #6 Coesão social e potencial humano.**

Critério de avaliação	Oportunidade	Regulamento do PDM	Diretrizes de Planeamento e Gestão
<b>Capacitação e reconversão de desempregados</b>	Atratividade económica associada à agropecuária, floresta, e turismo e criação de novos postos de trabalho.	34º, 39º, 41º a 45º, 53º, 60º, 62º a 64º, 106º, 108º, 109º a 124º, 164º a)	Promover a fixação e geração de atividades económicas que privilegiem o capital humano municipal através da sua capacitação e emprego.
<b>Disfunções sociais</b>	Promoção de programas de integração social ajustados às necessidades da população com maiores dificuldades económicas.	164º	Promover programas de integração social ajustados aos problemas maiores do concelho e a grupos-alvo específicos (como grupos minoritários, jovens, desempregados, idosos ou pessoas portadoras de deficiência)

Os riscos assinalados resultam da ausência/insuficiência de medidas relativas a aspetos críticos para este FCD que podem assim colocar em risco o sucesso do PDM sobre estes aspetos.

Critério de avaliação	Risco	Regulamento do PDM	Diretrizes de Planeamento e Gestão
<b>Capacitação e reconversão de desempregados</b>	Ausência de incentivos à integração de desempregados locais nas fileiras estratégicas.		Garantir que as fileiras estratégicas promovem a integração de desempregados locais nos novos postos de trabalho.
	Ausência de incentivos à qualificação e integração de desempregados locais na fileira do turismo.		Criar programas de qualificação e integração de desempregados na fileira do turismo.
<b>Disfunções sociais</b>	Ausência de incentivos à alocação de desempregados locais na atividade turística.		Garantir que as fileiras estratégicas promovem a integração de desempregados locais nos novos postos de trabalho.

### 6.6.5 Diretrizes de Monitorização

Quadro 29: Diretrizes de Monitorização – FCD #6 Coesão Social e Potencial Humano.

Diretrizes de Monitorização	Indicadores de Monitorização
<b>Monitorizar o desenvolvimento das principais fileiras estratégicas.</b>	Número de postos de trabalho criados/extintos em cada fileira estratégica. Taxa de desemprego/emprego local.
<b>Monitorizar a implementação de programas de integração social.</b>	População reintegrada socialmente
<b>Monitorizar a implementação de programas de qualificação e integração profissional.</b>	Número de programas de qualificação e integração profissional por fileira estratégica. Porcentagem de população com formação profissional adequada às fileiras estratégicas do concelho.

### 6.6.6 Quadro de Governança

Quadro 30: Quadro de Governança – FCD #6 Coesão Social e Potencial Humano.

Entidades	Diretrizes de Governança
<b>CCDR-Norte</b>	Dinamizar o diálogo e a cooperação institucional para promover a coesão social intra e intermunicipal. Acompanhar necessidades de qualificação humana (a todos os níveis) e emprego junto das entidades competentes (Câmara municipal, IEF, Ensino Superior, Institutos Politécnicos, etc.).
<b>CIM Cávado</b>	Assegurar a articulação de atividades entre a CMB e os serviços da Administração Pública Central no domínio da rede educativa e formação profissional, bem como assegurar a promoção do desenvolvimento social. Promover a cooperação entre parceiros institucionais ou empresariais na procura de soluções que promovam o bem-estar da população. Promover a cooperação intermunicipal na área da solidariedade social através de um atendimento integrado pelos conselhos locais de ação social.
<b>CMB</b>	Promover a criação de programas de ação social, e qualificação e formação profissional da população, devidamente enquadradas com os correspondentes meios financeiros, em conjunto com entidades terceiras que desenvolvam a sua atividade na área do

Entidades	Diretrizes de Governança
	<p>município.</p> <p>Criar condições/incentivos para a fixação de atividades económicas estratégicas para o desenvolvimento do concelho e para a fixação da população.</p> <p>Participar ativamente na prestação de serviços a famílias desfavorecidas em parcerias com as entidades competentes da administração pública central.</p>
<b>Associações</b>	<p>Promover e desenvolver atividades comunitárias para o apoio social e voluntariado</p> <p>Promover o diálogo e concertação entre a CMB e os cidadãos sobre atividades municipais de natureza social.</p>
<b>População em geral</b>	<p>Participar nos processos de consulta pública no decurso dos processos de planeamento.</p> <p>Participar ativamente nos processos e programas de integração social e formação profissional.</p>



## 7 Conclusões

A AAE do PDM Barcelos teve um processo atípico já que durante o período em que decorreu mudou de equipa de AAE e mudou igualmente de Executivo Municipal e de orientações e prioridades estratégicas. Apesar disso pode referir-se que houve uma sucessiva iteração entre a AAE e o respetivo processo de planeamento do PDM, desde outubro 2009.

O PDM Barcelos contém objetivos estratégicos claros no que diz respeito à valorização dos recursos endógenos, promoção das fileiras económicas associadas à agropecuária, floresta e turismo e contenção do fenómeno de dispersão urbana.

Contudo existem alguns conflitos a nível estratégico, bem como ausência de medidas que assegurem a execução de objetivos estratégicos, o que representa riscos potenciais que podem vir a condicionar o sucesso do PDM. Destaca-se em particular a materialização de medidas que concretizem os objetivos estratégicos relativos à promoção de uma rede de transportes públicos no concelho. Também relativamente à adaptação às alterações climáticas não foram concretizadas medidas no Modelo Territorial. O mesmo se passa com as temáticas relativas à qualidade da água e do solo que são tratadas de uma forma indireta não representando a relevância adequada face à dimensão desta problemática no concelho.

Seguidamente, apresenta-se uma síntese de oportunidades e riscos associadas a cada objetivo estratégico do PDM (conforme referidas no Art.2º do Regulamento do Plano):

**a) Integração dos valores naturais, agrícolas e florestais numa base que assegure a sustentabilidade do território e que estructure a distribuição das funções do mesmo.**

Através da materialização deste objetivo estratégico no modelo territorial é fomentada a competitividade das fileiras agrícola, florestal e turística com a criação de condições para a instalação de estruturas de apoio à produção em espaços agrícolas.

**b) Conceção de uma estratégia de salvaguarda e valorização do património natural e construído e preservação do espaço rural como identidade cultural e paisagística do concelho, servindo de suporte à atividade turística.**

Fomenta o aproveitamento dos espaços de usos múltiplos criando oportunidades para a manutenção do património natural em articulação com o património cultural concelhios de modo a reforçar o seu valor, potenciando o seu usufruto por parte das populações, bem como para fins turísticos. Contribui também para a competitividade do concelho, criando condições para a valorização dos resíduos agroflorestais (como fonte alternativa de produção de energia) e para o desenvolvimento de atividades tradicionais (agropecuária e artesanato) fortemente dependente dos recursos naturais e culturais. Concorre igualmente para outras atividades como o comércio e serviço, lazer, recreio e turismo que interessa fixar por forma a diversificar o perfil funcional do concelho, e conseqüentemente a valorização do espaço rural e diminuição da ocupação dispersa.

**c) Dotação de solo urbano adequado para dar resposta às necessidades habitacionais da população nas freguesias em espaço rural.**

Este objetivo estratégico promove a fixação populacional em espaço rural, e a criação de condições para a instalação de atividades terciárias em pequenos aglomerados, o que pode constituir uma oportunidade se contribuir para a diversidade funcional do concelho. Contudo, a dotação de solo urbano em espaço rural tem demonstrado noutros territórios constituir um risco potencial à geração de situações de conflito entre o processo de urbanização e a valorização, ou apenas manutenção, do património natural e cultural, acentuando a fragmentação territorial, ameaçando a atividade agropecuária, por via da competição pelo recurso solo, e reduzindo serviços dos ecossistemas relevantes como a produção de alimentos, fibra e madeira, a captação de carbono, a fixação de solo e a infiltração de água. Este objetivo estratégico não acautela medidas de reforço do acesso da população à rede pública de infraestruturas de drenagem e tratamento de águas residuais, o que constitui um dos riscos potenciais deste plano em matéria de recursos territoriais e qualidade ambiental. Por esse motivo este objetivo estratégico constitui um risco que pode conduzir à desvalorização do território municipal e deverá ser implementado de forma muito cautelosa para evitar os riscos identificados.

Importa ainda realçar que a conjuntura económica nacional e a estagnação do setor da construção constituem ameaças à concretização deste objetivo estratégico. Nesta tendência enquadra-se também a redução significativa no orçamento municipal previsto para as funções sociais da habitação e serviços coletivos.

**d) Definição de critérios de gestão fundiária através da regulamentação de um regime de cedências e compensações e compatibilização de taxas urbanísticas e introdução de mecanismos de perequação.**

Este objetivo estratégico gera oportunidades para a criação de um modelo de ocupação mais qualificado pois promove a partilha dos custos e benefícios da urbanização fomentando assim o alinhamento de intenções públicas e privadas. Potencia igualmente a redução das desigualdades territoriais e cria oportunidade para a gestão adaptativa através da aposta no princípio da igualdade e promoção de situações *win-win* entre municípios e proprietários.

Verifica-se igualmente uma oportunidade potenciadora de promover a sustentabilidade das despesas orçamentais municipais, nomeadamente pela diminuição dos custos de contexto de investimento através do reordenamento das áreas de acolhimento empresarial. Fomenta, como já foi referido, um alinhamento de intenções públicas e privadas. Contudo, mesmo com a consideração de mecanismos de perequação, não é explorado o regulamento de taxas urbanísticas associadas a estas atividades com a operabilidade desses mecanismos, constituindo por si um risco pela ausência de medidas que suportem as orientações executórias e perequativas.

**e) Consolidação dos aglomerados urbanos e contenção dos fenómenos de povoamento difuso.**

A promoção da contenção da expansão do solo urbano e da dispersão urbana em solo rural, promove a valorização e salvaguarda do património cultural e natural e a diminuição das necessidades deslocação (diminuição emissões GEE e o consumo energético) reduzindo as

distâncias produtor-consumidor aumentando assim a competitividade das atividades económicas, em particular do setor primário.

Contudo, permanece o risco associado à ausência de medidas que promovam a adequação dos serviços municipais aos usos de solo urbano.

**f) Racionalização e rentabilização das redes de infraestruturas territoriais e de equipamentos de utilização coletiva e otimização da mobilidade através de uma nova organização do território em agrupamentos de freguesias (Unidades Territoriais);**

Este objetivo estratégico promove a otimização das infraestruturas ambientais (saneamento, abastecimento e distribuição de água) através da concentração dos aglomerados, fazendo face às necessidades da população nesta temática. Contribui igualmente para uma melhoria na qualidade nos sistemas de mobilidade apesar do modelo territorial não explicitar a promoção de formas de mobilidade sustentáveis.

Por outro lado, este objetivo estratégico tem uma dimensão de governança importante pois promove a reorganização administrativa para a desconcentração e descentralização dos poderes atribuídos à CMB, apostando no reforço da descentralização camarária, o que pode constituir uma oportunidade.

**g) Melhoria das acessibilidades ao centro urbano e h) Definição de uma nova estratégia para os transportes públicos rodoviários.**

A ausência de medidas que conduzam à concretização dos objetivos estratégicos g) e h) para o reforço da acessibilidade e mobilidade concelhia implica uma perda da oportunidade que se poderia traduzir na redução do uso do transporte individual, redução das emissões de GEE, redução dos custos operacionais das atividades económicas e, conseqüentemente, reforço da competitividade concelhia, mantendo-se o risco associado aos níveis de ruído provenientes do transporte rodoviário.

Destaca-se que a intenção de melhoria dos acessos à cidade de Barcelos poderá ver a sua implementação ameaçada pela tendência de diminuição orçamental para esse tipo de obra pública.

**i) Adequação dos perfis da rede viária municipal, às funções desenvolvidas.**

O presente objetivo estratégico promove a qualidade do sistema viário e cria oportunidade para aumento da atratividade empresarial do município, pese embora algum risco de congestionamento rodoviário em face da ausência de materialização dos objetivos estratégicos g) e h).

**j) Revitalização e requalificação dos núcleos de freguesia ou respetivas áreas identitárias.**

A criação e reforço de núcleos urbanos promove a valorização e proteção do espaço e identidade rural através da manutenção das características vivenciais do espaço construído e da redução das desigualdades territoriais.

Este objetivo estratégico possibilita igualmente a instalação de atividades terciárias contribuindo para a diversificação funcional do concelho pelo que constitui uma oportunidade para o concelho.

**k) Adequação dos aglomerados urbanos à identidade rural do concelho bem como às atuais exigências de qualidade de vida, identificando e delimitando os espaços onde coexistem a função habitacional e as atividades agropecuárias.**

Este objetivo estratégico promove, um modelo de ocupação mais qualificado através da criação de espaços que respondam à procura residencial e constituam fator de consolidação e qualificação urbana, concretizando oportunidades para a melhoria da qualidade dos recursos ambientais.

A afirmação dos aglomerados com reforço da multifuncionalidade, poderá fomentar a instalação de atividades diversas como o artesanato, comércio e serviços e aumentar a atratividade de fileiras estratégicas para a criação de postos de trabalho. A forma como este objetivo estratégico se materializa no regulamento poderá estimular a integração destes aglomerados nas rotas turísticas e valorizar o agroturismo contribuindo também para a afirmação de Barcelos como produto turístico integrado explorando recursos endógenos.

Destaca-se a ameaça à implementação deste objetivo estratégico originada pela tendência de diminuição da dotação orçamental para os serviços coletivos.

**l) Agrupar as atividades poluentes e dar expressão aos polos industriais.**

A criação de polos industriais e ALE promove a instalação de atividades económicas de elevado perfil tecnológico e o estabelecimento de sinergias entre atividades contribuindo para a diversidade funcional e competitividade global. A criação de espaços dedicados à indústria agroalimentar constitui uma oportunidade para estimular a produtividade da fileira agropecuária.

Este objetivo estratégico, também, gera oportunidade de diminuição das emissões de GEE associado ao sistema logístico e a novos edifícios, de relocalização de indústrias poluentes, e consequentemente promove a qualificação e atratividade do espaço rural. Contudo, a ausência de incentivos à integração de desempregados locais nestas fileiras, podem gerar riscos.

Tendo em conta a dinâmica económica nacional, há que assegurar que a implementação destes espaços se adequa a perspetivas realistas sobre a sua procura e concretização.

**m) Criação de novas formas de apoio à habitação e alargamento dos estratos de população abrangida.**

O presente objetivo estratégico revela uma preocupação para situações de vulnerabilidade social de âmbito habitacional, e possibilita a aposta na criação de instrumentos de apoio social ajustados às necessidades da população com maiores dificuldades económicas. Verifica-se também uma oportunidade de aumentar a capacidade do tecido institucional local de dar resposta às vulnerabilidades sociais observadas no concelho, nomeadamente ao nível do desemprego e qualificação profissional.

É também uma possibilidade de redução da segregação e das assimetrias sociais. Contudo, focamos a necessidade de contínuo e sistemático levantamento por parte do executivo (apoiado pelo tecido institucional local) das existentes situações de isolamento de grupos vulneráveis e de exclusão social.

É importante referir de novo as principais tendências críticas a nível social: aumento da taxa de desemprego, baixos níveis de qualificação, aumento do número de dependentes de programas de inserção social e diminuição dos mesmos programas. Todas estas questões poderão ser acauteladas pela adoção de uma política social inovadora dirigida às necessidades da população, apoiada por incentivos à realização de projetos de âmbito social entre a CMB e as demais entidades existentes no concelho.

**n) Potenciar a atividade turística como contraponto à crise estrutural das indústrias tradicionais.**

Este objetivo estratégico promove o reforço de Barcelos como destino turístico integrado pela criação de espaços qualificados de lazer e recreio e pelo estímulo que pode constituir para atividades económicas com potencial turístico (agropecuária e artesanato) reforçando a sua resiliência económica.

Pode também promover a fixação de atividades terciárias que reforcem a diversidade funcional, e a projeção identitária, quer pela atratividade municipal e fomento do dinamismo económico, quer pela promoção dos recursos endógenos existentes e também pelo estímulo à fixação populacional em espaço rural.

Não obstante, destaca-se o risco associado ao agravamento das baixas taxas de ocupação das unidades hoteleiras resultante da criação de novas unidades em detrimento da qualificação das existentes e ainda, a ausência de incentivos à integração de desempregados locais na fileira do turismo.

No âmbito da qualidade ambiental deverão ser salvaguardadas em regulamento medidas destinadas a evitar impactos no solo, ar e água dos espaços de vocação turística.

No âmbito da medida introduzida pela AAE no objeto de avaliação relativa à temática da eficiência energética, foi possível identificar oportunidades associadas à sua materialização na proposta de plano. Esta medida promove soluções construtivas mais eficientes energeticamente e potencialmente mais rentáveis economicamente o que poderá dar margem competitiva ao setor turístico em particular. Contudo, mantém-se a ausência de incentivos à adoção de sistemas energéticos mais eficientes ao nível do edificado existente, espaço público, transportes e setores de atividade presentes.

Grande parte dos riscos identificados pela AAE estão associados não a medidas mas à **ausência destas ou da sua concretização no Plano**. Muitas medidas geradoras de oportunidades relevantes, acabam por ver estas oportunidades abandonadas por falta de concretização das mesmas. Destaca-se a ausência de:

- Identificação clara de medidas de dotação de equipamentos escolares, que colmatem a carência mencionada;
- Medidas que salvaguadem as edificações em zonas vulneráveis a eventos extremos;
- Estratégia de promoção da eficiência energética transversal a todos os setores;

- Mecanismos de incentivos à modernização tecnológica e ambiental;
- Estratégias de promoção da participação pública nos processos de tomada de decisão;
- Mecanismos de visem estimular a qualificação profissional;

## Referências Bibliográficas

PARTIDÁRIO, MR (2012). “Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas para o pensamento estratégico em AAE”. Lisboa. Agência Portuguesa do Ambiente e REN, S.A..

## Anexo I – Lista de entidades relevantes para consulta

### Entidades relevantes definidas pelo Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho

#### [Consulta prevista no Artigo 7º do DL 232/2007]

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P (que integra as atribuições do Instituto da Água, I.P., e da Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P.)

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.

Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I.P.

Municípios envolventes (Vila Nova de Famalicão, Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, Ponte de Lima, Vila Verde, Esposende, Braga)

#### Outras entidades recomendadas

Agência para a Modernização Administrativa, I.P.

Águas do Cávado, S.A.

Águas de Barcelos, S.A.

Agência Regional de Turismo Porto e Norte

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Direção Geral do Território

Direção Regional de Economia do Norte

EDP – Energias de Portugal, S.A.

Entidade integradas na CA da Revisão do PDM Barcelos, como disposto no Aviso n.º15561/2011 de 8 de Agosto

Guarda Nacional Republicana

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.

Operadores de Transportes

Organizações Não-Governamentais de Ambiente

REN, S.A.

RESULIMA – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

## Anexo II – Objetivos e metas relevantes do QRE

Quadro 31: Orientações de Ambiente e Sustentabilidade por FCD

FCD #1 Identidade cultural	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<p>Privilegiar as áreas de excelência regionais, tendo em vista assegurar que os valores culturais (naturais, paisagísticos, arquitetónicos e arqueológicos) constituam uma mais-valia no contexto do desenvolvimento regional. <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Criar uma estratégia regional de incentivo à requalificação dos centros históricos/centros cívicos dos aglomerados urbanos progressivamente extensiva aos aglomerados ruais e de maior expressão e valor vernacular. <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Promover projetos e <i>clusters</i> de turismo cultural e das empresas/indústrias de cariz identitário e cultural. <b>(PROT-Norte)</b></p>	
<p>Estimular o surgimento de redes de valorização, conservação e proteção do património histórico, cultural (material e imaterial) e natural, nomeadamente através de medidas que os integrem na gestão do planeamento territorial regional e municipal, numa perspetiva de coesão territorial e reforço da identidade regional. <b>(ENCNB, PNPOT)</b></p> <p>Promover a reabilitação e regeneração urbana dos centros históricos das cidades e dos bairros degradados ou abandonados, através de ações públicas e do apoio às iniciativas dos particulares, nomeadamente pela atribuição de incentivos ou de reduções fiscais. <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Promoção de operações integradas em zonas prioritárias de regeneração urbana através da revitalização socioeconómica de espaços urbanos degradados. <b>(POR-Norte)</b></p> <p>Definir uma estratégia regional para a gestão e conservação de monumentos, sítios e conjuntos classificados, ou de interesse patrimonial. <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Desenvolver um modelo de valorização do património, através da definição de áreas culturais temáticas e a sua inclusão em redes patrimoniais da Região, com vista a promover a consideração do património enquanto fator determinante das decisões, em detrimento da apetência por novas construções. <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Qualificar e valorizar os centros históricos com identidade histórico-cultural e patrimonial e os paços urbanos de carácter excecional. <b>(PROT-Norte)</b></p>	
<p>Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições. <b>(PNPOT)</b></p> <p>Assegurar que as cidades constituem espaços de cidadania, coesão e identidade cultural, tornando mais eficientes os processos de participação, integração e valorização patrimonial e combatendo ativamente os fatores geradores de obsolescência, risco, insegurança e exclusão. <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Maximizar a participação dos cidadãos nos processos de decisão. <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Definir um modelo de governança que concilie o património cultural com as demais componentes sectoriais, coordenando as medidas e interesses públicos e privados, como o turismo, educação, formação e ambiente. <b>(PROT-Norte)</b></p>	



FCD #2 Valorização dos recursos territoriais	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<p>Aumento da eficiência energética no transporte particular, por via da renovação de equipamentos e estímulo à aquisição de veículos e produtos energeticamente eficientes. <b>(PNAEE)</b></p> <p>Melhorar o desempenho energético dos edifícios, através da melhoria da classe média de eficiência energética do parque edificado, mediante a implementação do Sistema de Certificação Energética. <b>(PNAEE)</b></p> <p>Promover a substituição do consumo de energia não renovável por energia renovável através da maior facilidade de acesso a tecnologias de microgeração e de aquecimento solar. <b>(PNAEE)</b></p> <p>Desenvolver e promover tecnologias que permitam a redução, limitação ou eliminação das emissões de GEE incluindo a sua captura e fixação nos vários setores. <b>(PNAC, PNPOT, ENDS)</b></p> <p>Dinamizar uma maior participação das fontes renováveis de energia na produção de eletricidade. <b>(PNAC, PNPOT)</b></p> <p>Promover o aproveitamento energético dos recursos florestais. <b>(PNAC, PNPOT)</b></p> <p>Melhorar as condições de acesso e utilização de energia, compreendendo as vertentes de eficiência energética, aproveitando, de um modo sustentável, os recursos endógenos e redes de distribuição, com atenção ao potencial da região para produtos e serviços energéticos exportáveis. <b>(PROT-Norte, PNPOT)</b></p> <p>Promover uma economia hipocarbónica, tornando o aparelho produtivo mais eficiente em termos de recursos ao mesmo tempo que se reforça a nossa competitividade. <b>(Estratégia Europa 2020)</b></p> <p>Reduzir a dependência energética (saldo importador) do País face ao exterior através da utilização sustentável de recursos endógenos para a produção, apostando nas FER e assegurando a garantia da segurança no abastecimento através da diversificação do “mix” energético, de políticas de planeamento do licenciamento urbanístico, de sensibilização e educação de populações e agentes económicos. <b>(ENE 2020, PNPOT, PNAC)</b></p> <p>Continuar a desenvolver o <i>cluster</i> industrial associado à promoção da eficiência energética e consolidar o <i>cluster</i> das energias renováveis. <b>(ENE 2020)</b></p> <p>Promoção de ações de eficiência energética através da melhoria da eficiência das redes de transportes e de distribuição de eletricidade, da promoção de projetos-piloto e da concretização de planos de investimento relativos ao sistema de abastecimento do gás natural. <b>(POR-Norte)</b></p>	<p>Reduzir as emissões médias de CO<sub>2</sub> dos novos veículos vendidos para 120 gr/km em 2010, 110 gr/km em 2015 e 100 gr/km em 2020;</p> <p>Assegurar a transferência modal (acumulada face a 2005) de 5% do transporte individual para coletivo até 2015;</p> <p>Aumento % veículos de baixa emissão de 0% para 1% em 2010 e 10% em 2015;</p> <p>% de CFL no parque de iluminação de 15% para 39% em 2010 e 61% em 2015;</p> <p>N.º total de fogos com janelas e isolamentos eficientes (renovação de superfícies vidradas e instalação de materiais isolantes): 90000 para 2010 e 300000 para 2015;</p> <p>N.º total de fogos com recuperadores de calor alimentados a biomassa, microgeração ou bombas de calor com COP &gt;= 4;</p> <p>Número certificados emitidos em edifícios residenciais: 170308 em 2010 e 475159 em 2015;</p> <p>% fogos (edifícios residenciais) classe &gt;= B- : 1% em 2010 e 7% em 2015;</p> <p>Grandes reparações &gt;= A: 10% em 2010 e 50% em 2015;</p>

Número certificados emitidos em edifícios de serviços: 9427 em 2010 e 22705 em 2015;

% do parque de edifícios de serviços com classe  $\geq$  B- : 5% em 2010 e 30% em 2015. (PNAEE)

Atingir 39% da produção de eletricidade a partir de fontes de energia renovável (especialmente hídrica, eólica, fotovoltaica) até 2010. (ENDS)

**ENE 2020/Estratégia Europa 2020 (Metas Europeias para Portugal):**

- Aumentar em 20% da eficiência energética;

- Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 1% relativamente aos níveis registados em 1990, relativamente às emissões não abrangidas pelo regime de comércio de emissões;

- Criação de mais de 120 mil postos de trabalho associados às energias renováveis, com estas a representar 31% de toda a energia final consumida (60% eletricidade e 10% no sector dos transportes);

- Redução, até 2020, para 74% da dependência energética exterior e em 25% nas importações de energia.

Redução de consumo da energia final em 10% até 2015 e 20% em

	2020. (ENE 2020)
<p>Redução das cargas poluentes emitidas para o meio hídrico, através de uma estratégia específica para as atividades económicas que constituem fontes de poluição hídrica, baseada em Planos de Ação que visem a eliminação dos incumprimentos legais e que tenham em conta, para cada trecho da rede hidrográfica, a classificação de qualidade da água em função das utilizações. <b>(PBH Cávado/Ave/Lima)</b></p> <p>Otimizar os sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais. <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Cumprir os valores limite estipulados para os poluentes regulamentados, em termos de qualidade do ar ambiente em todo o território nacional e com especial incidência para os centros urbanos. <b>(ENDS)</b></p> <p>Assumir nos modelos de gestão (sectoriais e municipais) princípios de gestão eficaz do recurso hídrico e de melhoria da qualidade química e ecológica das águas superficiais, bem como da quantidade e estado químico das águas subterrâneas. <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Promover a defesa das áreas suscetíveis à erosão e desertificação, assumindo a defesa do solo e dos recursos hídricos como objetivos fundamentais a ter em conta nas opções de ordenamento, e assegurando a adoção de práticas para o melhoramento da eficiência do uso dos recursos hídricos na atividade agrícola. <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Melhoria da garantia da disponibilidade de recursos hídricos utilizáveis por forma a dar satisfação às necessidades das atividades sociais e económicas, através da melhoria da eficiência da utilização da água e da regularização de caudais, tendo em conta como importante condicionante a definição de um regime de caudais ambientais. <b>(PBH Cávado/Ave/Lima)</b></p> <p>Implementar as disposições da Lei da Água e da demais legislação ambiental diretamente relacionada com o abastecimento de água, complementarmente à integração de soluções de carácter plurimunicipal que tomem em consideração a ocupação atual e futura do território, prevendo a minimização de situações de risco de acidentes de poluição e promovendo a implementação e reabilitação das infraestruturas ambientais que minimizem as agressões das atividades económicas sobre os recursos hídricos e considerem a integração do ciclo urbano da água (abastecimento/rejeição), contribuindo para melhorar as condições ambientais e de abastecimento. <b>(ENDS, PEAASAR II, PBH Cávado/Ave/Lima)</b></p> <p>Proteger e recuperar a qualidade das massas de água através da gestão integrada das bacias hidrográficas, de forma a garantir o equilíbrio dos ciclos da água e dos nutrientes e a existência de corredores ecológicos, a par com a recuperação dos ecossistemas e o condicionamento da utilização de recursos e das zonas a preservar. <b>(ENDS, PBH Cávado/Ave/Lima)</b></p> <p>Manter e promover a instalação de agroecossistemas adequados à função prioritária de proteção do solo e da recarga dos aquíferos, defesa dos solos nas encostas declivosas e das principais cabeceiras de linhas de água, defesa dos sistemas tradicionais de armação dos terrenos em socacos e defesa dos modelos de exploração extensiva que minimizem as práticas de mobilização solo e promovam a permanência do revestimento vegetal. <b>(PROT-Norte)</b></p>	<p><b>PEASAR II:</b></p> <p>≥ 95% dos alojamentos servidos por sistemas públicos de abastecimento de água (com variação entre 80 e 100%);</p> <p>≥ 99% dos resultados de qualidade da água em conformidade com a legislação;</p> <p>≥ 80% da água captada efetivamente utilizada e não perdida;</p> <p>≥ 95% da água captada proveniente de captações com perímetro de proteção ou plano de ordenamento de albufeira de águas públicas definido;</p> <p>≥ 90% dos alojamentos servidos por sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais (com variação entre os 70% e os 100%);</p> <p>≥ 10% de reutilização de águas residuais tratadas;</p> <p>≤ 20% de águas pluviais e de infiltração afluentes aos sistemas de drenagem.</p>
<p>Promover a gestão integrada dos resíduos sólidos, designadamente dos resíduos urbanos, industriais e hospitalares, visando a sua redução, reutilização e reciclagem na fonte e posterior valorização, bem como a sua eliminação de forma segura e eficaz, em particular, dos resíduos industriais perigosos, reduzindo a sua quantidade na deposição em aterro e maximizando a vida útil dos resíduos sólidos. <b>(ENDS, PERSU II)</b></p> <p>Reduzir a quantidade e perigosidade dos resíduos, promovendo uma política integrada de gestão que aumente a coerência e articulação das políticas dirigidas para os diferentes tipos de resíduos que fomente a valorização dos resíduos sólidos urbanos, reutilização e reciclagem, diminuindo a quantidade para deposição em aterro e maximizando a vida útil destes. <b>(ENDS, PERSU II)</b></p>	<p>Redução de 225 000 t de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU. vs. crescimento previsto em 1995):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 12,1% em peso na produção de Resíduos Industriais, (RI vs. 2001);</li> <li>- 20,7% em peso na produção de Resíduos Industriais Perigosos (RIP</li> </ul>

	<p>vs. 2001);</p> <p>Reciclagem: Para os Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB): limites de deposição em aterro: 75%, 50% e 35%, a alcançar faseadamente em 2006, 2009 e 2016, respetivamente. <b>(ENDS)</b></p> <p>Valorização orgânica e material (em milhares de toneladas): 974 (21%), 1274 (26%) e 1646 (36%) respetivamente em 2009, 2011 e 2016;</p> <p>Reciclagem (em milhares de toneladas): 660 (14%), 282 (17%) e 823 (18%) nos mesmos horizontes temporais respetivos;</p> <p>Variação de 64% em 2005 para 8% em 2016 dos RSU destinados diretamente a aterro. <b>(PERSU II)</b></p>
<p>Desenvolver processos de gestão dos leitos de cheia nas áreas urbanas consolidadas ou em expansão com espaços vocacionados para atividades de lazer e recreio com recurso a infraestruturação de apoio, de fraca densidade e baixo investimento económico. <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Melhorar as condições ambientais da Região, tanto as relacionadas com a qualidade de vida dos cidadãos como as exigidas pelos novos parâmetros de funcionamento das atividades económicas de valor acrescentado, nomeadamente através da resolução dos défices ambientais associados ao modelo de industrialização, nos domínios de abastecimento de água e tratamento de efluentes, emissões atmosféricas e qualidade ambiental, aplicando soluções que garantam o uso eficiente dos recursos naturais envolvidos. <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Prevenção de impactos de outros riscos naturais e tecnológicos, designadamente cheias, secas e acidentes de poluição. <b>(ENDS)</b></p> <p>Acréscimo da segurança de pessoas e bens, relacionada com o meio hídrico, através da prevenção e da mitigação de situações de risco do tipo hidrológicas extremas ou acidentais de poluição. <b>(PBH Cávado/Ave/Lima)</b></p> <p>Acautelar a compatibilidade da classificação e de qualificação do solo com a salvaguarda das áreas de risco natural e tecnológico e implementar medidas específicas de prevenção e proteção civil nas áreas já ocupadas. <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Definição de áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, da sensibilidade à erosão e da importância ecológica, social e cultural. <b>(PNAC)</b></p> <p>Promover o aumento dos espaços florestais arborizados com espécies bem adaptadas às diferentes condições ecológicas, visando um desenvolvimento sustentável da floresta portuguesa na perspetiva do uso múltiplo, voltado para o incremento progressivo da percentagem das folhosas autóctones, em</p>	

<p>detrimento de resinosas e eucalipto, com maior vulnerabilidade a incêndios florestais e fraco contributo para a biodiversidade. <b>(ENDS)</b></p> <p>Favorecer a requalificação dos povoamentos florestais e inverter a degradação destes bem como a sua subexploração;</p> <p>Defender o espaço florestal da pressão de construção, evitando a disseminação urbanística</p> <p>Controlar o avanço das invasoras lenhosas;</p> <p>Diversificar a arborização utilizando espécies ecologicamente bem adaptadas;</p> <p>Fomentar a produção de madeira ditas “nobres” nos solos de melhor aptidão florestal. <b>(PROF do Baixo Minho)</b></p> <p>Prevenir os incêndios através de um correto ordenamento do território e sensibilizar as populações, identificando todas as situações de risco de ignição e áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio de forma a adotar de estratégias preventivas nas áreas florestais. <b>(ENDS, PENDR, PNAC)</b></p> <p>Identificar a distribuição espacial dos perigos naturais, tecnológicos e ambientais no território regional, tendo em conta a segurança de pessoas e bens, a ocupação atual do território e as projeções da sua utilização futura e não descurando a organização rigorosa da preparação do País para o risco sísmico e o estabelecimento de planos de contingência para os sistemas de mobilidade devido às ameaças decorrentes de catástrofes naturais. <b>(ENDS, PET)</b></p>	
<p>Identificar e garantir a conservação de áreas com valores naturais e corredores ecológicos de conectividade com relevância à escala local que contribuam para assegurar os níveis adequados de qualidade ambiental e enquadramento dos espaços urbanizados e de defesa contra riscos. <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Valorização e gestão de áreas ambientalmente críticas, prevenindo riscos naturais, tecnológicos e sanitários;</p> <p>Promoção da qualidade e eficiência dos serviços coletivos territoriais de proximidade, nomeadamente, saneamento básico. <b>(POR-Norte)</b></p> <p>Qualificação ambiental e valorização económica de recursos específicos, enquanto elementos-chave de uma estratégia de desenvolvimento regional, assente na trilogia economia-ambiente-cultura, territorialmente diferenciada. <b>(POR-Norte)</b></p>	
<p>Conservação e valorização do suporte territorial (valores naturais e patrimoniais);</p> <p>Gestão sustentada dos recursos territoriais (exploração das potencialidades / atenuação das fragilidades). <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Preservar o quadro natural e paisagístico, em particular os recursos hídricos, a zona costeira, a floresta e os espaços de potencial agrícola;</p> <p>Articular o sistema de “espaços abertos” de natureza ambiental e paisagística com o sistema urbano e as redes de infraestruturas;</p> <p>Recuperar e preservar o património natural efetivando zonas tampão que protejam os valores paisagísticos e culturais e promovendo atividades de educação cultural. <b>(PNPOT)</b></p> <p>Melhor ambiente e valorização do património: a proteção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, para que o património natural seja evidenciado como fator de diferenciação positiva e a preservação e valorização do património construído. <b>(ENDS)</b></p>	
<b>FCD #3 Competitividade</b>	
<b>Orientações de Ambiente e Sustentabilidade</b>	<b>Metas relevantes</b>
<p>Promover a adoção de modelos de silvicultura com vista a uma maior valorização dos espaços florestais no âmbito de uma gestão ambiental profissional, estabilizando-os e recuperando os espaços florestais degradados com vista à sua valorização quer em termos económicos quer em termos ecológicos, nomeadamente como fator de fixação de populações e atividades e através do aumento da procura de novos mercados para os produtos florestais. <b>(ENDS, PENDR)</b></p> <p>Melhorar a competitividade do sector florestal aumentando o valor económico direto e indireto da floresta e reduzindo o risco de incêndio. <b>(ENF)</b></p>	

<p>Promover a diversificação integrada de atividades ligadas aos espaços florestais com planos de gestão multifuncional em áreas de pelo menos 1000 há. <b>(ENF)</b></p> <p>Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal. <b>(PENDR)</b></p>	
<p>Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética: assente num crescimento mais significativo da produtividade. <b>(ENDS)</b></p> <p>Assegurar, sustentadamente, a competitividade regional: desenvolvimento dos aspetos sistémicos da competitividade (integração da proteção ambiental como fator de competitividade das empresas, redes de logística, produção e distribuição de energia). <b>(Norte 2015)</b></p> <p>Competitividade, inovação e conhecimento, enquanto fatores que contribuem, de forma decisiva, para o reforçada intensificação tecnológica da base produtiva regional: intensificação tecnológica das indústrias tradicionais; intensificação tecnológica pela via do aumento considerável do peso de atividades industriais, hoje ainda emergentes; intensificação tecnológica sob forma de desenvolvimento de uma plataforma de prestação de serviços de elevado valor acrescentado. <b>(Norte 2015, POR-Norte)</b></p> <p>Desenvolver uma economia baseada no conhecimento, educação, inovação e numa sociedade digital. <b>(Estratégia Europa 2020)</b></p> <p>Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global, promovendo programas estratégicos que potenciem a competitividade dos principais espaços de internacionalização da economia nacional. <b>(PNPOT)</b></p> <p>Apoiar a instalação de <i>start-up</i> de base tecnológica e o “<i>cluster</i>” de indústrias criativas e o desenvolvimento de PME em sectores estratégicos para a competitividade regional. <b>(QREN, POR-Norte)</b></p> <p>Consolidação dos serviços coletivos regionais de suporte à inovação e promoção do sistema regional de inovação, estimulando a cooperação entre diferentes atores e desenvolvendo polos universitários;</p> <p>Apoio à criação e consolidação de “<i>clusters</i>” emergentes e de empresas de base tecnológica em sectores que promovam o interface com as competências e capacidades regionais em ciência e tecnologia;</p> <p>Promoção e desenvolvimento da rede de parques de ciência e tecnologia e de operações integradas de ordenamento e de acolhimento empresarial;</p> <p>Requalificação, inovação e reforço das cadeias de valor nos sectores de especialização, apoiando a intensificação tecnológica e a inovação não tecnológica em empresas ligadas às “atividades tradicionais”;</p> <p>Promoção de ações coletivas de desenvolvimento empresarial (estruturas associativas empresariais, oferta integrada de serviços inovadores de apoio às empresas, demonstrações de novas tecnologias);</p> <p>Promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento através da criação e divulgação de novos conteúdos e serviços <i>online</i> e da generalização da utilização da internet. <b>(POR-Norte)</b></p>	<p><b>Estratégia Europa 2020</b></p> <p>(Metas Europeias para Portugal):</p> <p>Aumentar para 2,7-3,3% do PIB da EU o investimento (público e privado) em I&amp;D e inovação.</p> <p><b>QREN</b> (metas para 2015):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 100 <i>start-ups</i> apoiadas nos sectores de média e alta tecnologia e nos sectores intensivos em conhecimento</li> </ul>
<p>Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais. <b>(PENDR)</b></p> <p>Requalificar e consolidar a agricultura de regadio através da modernização dos regadios coletivos tradicionais e da promoção da sustentabilidade dos regadios públicos, sem esquecer a sua articulação com a promoção de mecanismos sustentáveis de gestão das infraestruturas e dos recursos naturais e o redimensionando das estruturas de transformação e comercialização. <b>(PENDR)</b></p>	

<p>Apostar nas produções de qualidade que possam viabilizar e fomentar as explorações agrícolas de reduzida dimensão. <b>(PNPOT)</b></p> <p>Qualificar e valorizar os recursos turísticos, potenciando os produtos turísticos prioritários, e criar as infraestruturas de suporte ao turismo regional; Desenvolver a oferta de alojamento e animação assente em padrões de qualidade e sustentabilidade. <b>(ART-PN)</b></p> <p>Promover a qualificação e formação dos recursos humanos. <b>(ART-PN)</b></p> <p>Projetar, promover e valorizar a excelência da oferta turística do Norte de Portugal, afirmando os seus subespaços e produtos turísticos prioritários;</p> <p>Promover um processo de dinamização, acompanhamento e informação do turismo regional. <b>(ART-PN, POR-Norte)</b></p>	<p>Melhorar a qualidade da oferta turística atingindo em 2015 uma quota de 65% dos estabelecimentos de 4 e 5 estrelas no total da capacidade. <b>(ENDS)</b></p> <p>Atingir em 2015 uma quota de 65% dos estabelecimentos de 4 e 5 estrelas no total da capacidade. <b>(ENDS)</b></p> <p>Ultrapassar até 2015 os 10 milhões de dormidas de estrangeiros (crescimento anual de 6,7%). <b>(PENT)</b></p>
<p>Promover a diversificação da economia e o emprego em meio rural, aumentando a competitividade dos setores agrícola e florestal e diversificando atividades económicas complementares, revitalizando económica e socialmente as zonas rurais, assegurando em particular que o investimento em turismo residencial se realize em condições que garantam a sustentabilidade e a preservação dos valores ambientais e paisagísticos. <b>(PNPOT, PENDR, ENDS)</b></p> <p>Estruturar sistemas urbanos sub-regionais de forma a constituir polos de competitividade, nomeadamente racionalizando e qualificando os espaços para a implantação de atividades económicas, tendo em vista a exploração de economias de aglomeração <b>(PNPOT, PENDR)</b></p>	
<b>FCD #4 Organização e gestão municipal</b>	
<b>Orientações de Ambiente e Sustentabilidade</b>	<b>Metas relevantes</b>
<p>Simplificar os procedimentos administrativos, valorizar as tecnologias da informação e comunicação, adotar boas práticas no domínio da sustentabilidade <b>(ENDS)</b></p> <p>Assegurar uma maior rentabilização dos equipamentos e redução das necessidades de deslocação através da concentração de serviços e, “balcão único” e o recurso às TIC, proporcionando o desenvolvimento de novas atividades e serviços menos dependentes da sua localização <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Coordenar as políticas sectoriais e territoriais aplicadas na Região Norte através da implementação de políticas transversais integradas <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Interação entre os diferentes níveis da Administração Pública com vista à promoção de uma política integradora de múltiplas valências e responsabilidades <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Assegurar a cooperação transfronteiriça nos processos de ordenamento do território, nomeadamente quanto à elaboração, revisão, execução e monitorização e avaliação dos planos, e da troca de informações sobre os usos do solo e dos recursos naturais e na gestão de emergências <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Promover a criação de portas regionais que concentrem a oferta económica/cultural, envolvendo as diversas Associações Empresariais e Culturais, e promover a sua articulação com a administração local para promover o uso das TIC junto de empresas com potencial exportador e das PME, com vista à</p>	

<p>redução dos custos de contexto da atividade empresarial e da administração local (<b>PROT-Norte</b>)</p> <p>Reforçar a credibilidade, consolidando as contas públicas e apostando em políticas fortes, transparentes, focalizadas e direcionadas para a solução dos pontos críticos que limitam o desenvolvimento do País e a sua capacidade de atrair capitais e recursos interno e externos (<b>PNACE</b>)</p> <p>Implementar um plano tecnológico que acresça a capacidade de gerar competitividade nas pessoas, empresas e instituições, através do conhecimento, da tecnologia e da inovação, eliminando as práticas burocráticas de forma a tornar o País mais atrativo para os negócios (<b>PNACE</b>)</p> <p>Fomentar o crescimento económico, apostando na confiança e no melhoramento do contexto jurídico-legal, afirmando políticas públicas coerentes e estrategicamente enquadradas, incrementando o investimento público em sectores chave e atraindo e apoiando o investimento privado e a modernização do tecido empresarial (<b>PNACE</b>)</p> <p>Promover o crescimento sustentado através, especialmente, dos objetivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atração e estímulo ao investimento empresarial qualificante. (<b>QREN</b>)</p>	
<p>Preparar Portugal para a «Sociedade do Conhecimento»: acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico como base para a inovação e a qualificação (<b>ENDS</b>)</p> <p>Um Papel Ativo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional (<b>ENDS</b>)</p> <p>Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública (<b>PNPOT</b>)</p> <p>Introduzir mecanismos de contratualização entre o Estado e as Autarquias Locais ou Associações de Municípios para o desenvolvimento de programas e projetos diferenciadores nos domínios da economia, da investigação e desenvolvimento (<b>PNPOT</b>)</p> <p>Conformação e concretização dos sistemas / redes fundamentais de conectividade (suportes dos fluxos de pessoas, de bens, de serviços e de informação) (<b>PROT-Norte</b>)</p> <p>Governança e capacitação institucional, contribuindo, de forma predominantemente instrumental, para a modernização do quadro institucional de apoio ao desenvolvimento regional e local (<b>POR-Norte</b>)</p> <p>Estabelecimento de acordos com Municípios, Associações de Municípios ou Áreas Metropolitanas, e colaboração com entidades governamentais que tenham a seu cargo o ordenamento do território, com fim de financiamento de infraestruturas de transportes e de endogeneizar a preocupação da mobilidade sustentável e seus objetivos nos instrumentos de gestão do território (<b>PET</b>)</p> <p>Melhoria do sistema de governança do sector, nomeadamente, através da articulação do planeamento urbano/regional com o planeamento do sistema de transportes, da elaboração de planos de mobilidade às escalas local e regional da articulação entre o planeamento de transportes com o planeamento do território e com as políticas energéticas, ambiental e social e o estabelecimento de contratos de parcerias com o setor privado que defendam de forma adequado o interesse público (<b>PET, POR-Norte</b>)</p> <p>Contribuir para a eliminação de fatores introduzidos pela atuação do Estado que dificultem ou mesmo impeçam o normal desenvolvimento das atividades económicas e a criação de riqueza; Promover a utilização de soluções tecnológicas e organizacionais que tenham efeito direto sobre a capacidade da sociedade civil para, partindo das interações com a Administração Pública, criar riqueza (<b>PGETIC</b>)</p> <p>Assegurar a participação dos destinatários da política de incentivos ao desenvolvimento empresarial, através de gestão adequada, organizada e seletiva, para a concretização de parcerias estratégicas e corresponsabilização de resultados (<b>PENDR</b>)</p>	<p>Promover a aquisição de bens e serviços, pela Administração Pública, que integrem critérios ambientais: em 2013, 15 a 25% dos contractos (<b>ENDS</b>)</p>



<p>Promover a eficácia da intervenção das entidades públicas, privadas e associativas na gestão setorial e do território rural, bem como aumentar os níveis de participação e responsabilização dos agentes na conceção e gestão das políticas <b>(PENDR)</b></p> <p>Modernização do Governo Eletrónico e melhoria da relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local;</p> <p>Promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional e local;</p> <p>Capacitação da Autoridade de Gestão para o eficaz desenvolvimento das suas competências. <b>(POR-Norte)</b></p>	
<p>Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública <b>(PNPOT)</b></p> <p>Valorizar e melhorar as articulações intersectoriais e reforçar as parcerias interinstitucionais numa base territorial com vista à organização da rede que equipamentos e serviços <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Atrair capital estrangeiro para o exercício de atividades mais intensivas do ponto de vista tecnológico, seja para a produção de bens industriais, seja para a produção de serviços <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Melhorar as condições de organização e decisão sobre o sistema de transportes e logística à escala regional, potenciando a articulação sectorial e intersectorial <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Articular e reforçar infraestruturas, e acessibilidades alargadas e qualificadas, incluindo o alargamento das capacidades logísticas e funcionais. <b>(QREN)</b></p>	
<p>Asegurar que as cidades constituem espaços favoráveis à criatividade e à inovação, tornando-se mais abertas ao exterior, competitivas e internacionalizadas com base nos recursos que possuem, produzem ou atraem e nas formas de organização que promovem ou estabelecem entre diferentes entidades e com distintas cidades <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Reordenamento das áreas de acolhimento empresarial, na lógica da qualificação e concentração de recursos, fomento das economias de aglomeração e de densificação de interações criativas e inovadoras, como forma de instrumento proactivo na captação de investimentos <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Criar oportunidades para os investigadores nacionais e promover a incorporação da inovação do sector dos transportes, contribuindo para o desenvolvimento de centros de competência e de excelência neste domínio, para a associação entre empresas e centros de investigação, e para o desenvolvimento de projetos-piloto e de demonstração <b>(PET)</b></p>	
<p>Cooperação e concertação entre as entidades públicas e os atores privados <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Divulgar estudos, planos e projetos estruturantes para o OT da Região Norte, nomeadamente através da internet e em suporte digital georreferenciado <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Fomentar a constituição de parcerias e processos de cooperação entre as entidades públicas, científicas e privadas, ao serviço da eficiência dos agentes e processos económicos e da qualificação dos seus atores, valorizando os polos de competitividade e tecnologia e outros <i>clusters</i> regionais <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Criar sistemas e mecanismos de incentivo à gestão ativa e continuada das explorações e perenidade das estruturas agrícolas, à agregação e reestruturação fundiária, e ao rejuvenescimento e profissionalização da população rural ativa <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Orientar a atuação dos agentes públicos na sua atividade de planeamento e gestão, incluindo a atividade de licenciamento; Veicular o comprometimento de agentes públicos e privados, nomeadamente através de compromissos específicos no domínio da promoção do uso eficiente da água, especialmente nos setores urbano, agrícola e industrial <b>(PNUEA)</b></p>	
<b>FCD #5 Ordenamento territorial</b>	

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<p>Rede de equipamentos e serviços a atender adequadamente à diversidade dos contextos territoriais presentes no Norte, considerando as características das estruturas sociais e económicas, e devem assentar em sistemas de articulação, de forma a dar coerência à oferta, rentabilizar recursos humanos e físicos, e permitir uma melhor adaptação aos novos desafios da sociedade e da economia;</p> <p>Reorganizar e hierarquizar as redes de infraestruturas e equipamentos, ao nível municipal e numa perspetiva suprafreguesias, considerando os serviços coletivos de proximidade na lógica do acesso ao serviço, promovendo a articulação (funcionalidade e mobilidade) dos polos urbanos com as áreas rurais envolventes. <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Promover a conectividade do sistema urbano regional. <b>(POR-Norte)</b></p> <p>Implementar iniciativas que tornem as cidades mais amigáveis para a “terceira idade”, nomeadamente através da instalação de centros de dia, de centro residenciais e “hospitais de retaguarda”. <b>(ENDS)</b></p> <p>Definir a articulação entre o meio rural e urbano como critério orientador do desenho das infraestruturas e de equipamentos coletivos, nomeadamente através de um desenvolvimento policêntrico, numa perspetiva de complementaridade e especialização, assegurando a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social e a liberdade de opção por diferentes espaços e modos de vida com incidência sobre a qualificação dos espaços de baixa densidade através da melhoria de acessibilidades locais, infraestruturização e dotação em equipamentos coletivos. <b>(PNPOT)</b></p>	
<p>Implementar os novos regulamentos de classificação e reclassificação do solo, bem como o enquadramento da reclassificação do solo rural em solo urbano;</p> <p>Proceder à reformulação da fiscalidade que incide sobre o sector fundiário e imobiliário, bem como da regulamentação das operações de urbanização;</p> <p>Promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico, contrariando a construção dispersa e a urbanização difusa e incentivando o reforço de centralidade intraurbanas;</p> <p>Reforçar a integração do território nacional através de uma organização mais policêntrica do sistema urbano;</p> <p>Valorizar a diversidade dos territórios e a articulação dos centros urbanos com as áreas rurais, garantindo em todo o País o acesso ao conhecimento e aos serviços coletivos e boas condições de mobilidade e comunicação, favorecendo a liberdade de opção por diferentes espaços e modos de vida;</p> <p>Reordenar e qualificar os espaços industriais para a transformação das estruturas empresariais, apostando em espaços de qualidade e em relações de proximidade e forte interação, o que implica uma rutura com o modelo atual de unidades dispersas e estruturas industriais locais fortemente especializadas;</p> <p>Controlar os impactos ambientais da urbanização difusa e dos previsíveis processos de abandono de algumas instalações industriais, através da valorização do património e dos espaços públicos;</p> <p>Desenvolver uma rede supramunicipal articulada de equipamentos desportivos e de lazer ativo que atendam às necessidades dos vários grupos etários e sociais;</p> <p>Dotar o espaço rural de uma multifuncionalidade que permita enquadrar produção, preservação, conservação, recreio, manutenção da identidade e património cultural de modo a assegurar a qualidade de vida das populações, e estimular as redes de valorização do património histórico e cultural (material e imaterial), e natural <b>(PNPOT)</b></p> <p>Assegurar que as cidades constituem espaços de qualidade ambiental e bem-estar, promovendo formas sustentáveis de uso dos recursos, de desenho</p>	

<p>urbano, de edificação, de mobilidade e de paisagem, e condições adequadas de acesso à habitação, aos equipamentos e serviços e aos diversos tipos de amenidades;</p> <p>Nos centros urbanos, nos diversos níveis da rede policêntrica, deve promover-se uma estrutura comercial diversificada, que contribua para a competitividade do sistema urbano e favoreça a sociabilidade urbana e a qualidade de vida das populações, incluindo a identificação, nas novas centralidades urbanas, de áreas a afetar ao uso comercial e de serviços, que respondam a procura de origem residencial e constituam fator de consolidação e qualificação urbana;</p> <p>Consolidação do sistema urbano (pontos nodais da estrutura de apropriação do território);</p> <p>Ordenar e disciplinar a localização das atividades produtivas (existentes e a instalar), criando condições para a instalação de novas atividades e funções económicas, assegurando a qualificação de oferta de acolhimento empresarial em espaços destinados a esses usos, e garantindo a dotação de infraestruturas, equipamento e serviços adequados (<b>PROT-Norte</b>)</p> <p>Valorizar recursos paisagísticos e patrimónios singulares, vencer obstáculos à mobilidade e tornar mais eficiente a gestão do espaço público, e desenvolver estruturas de gestão ecológicas dos recursos naturais e paisagens da região através do seu uso racional, despistagem de alternativas amigas do ambiente e qualidade e eficácia. (<b>QREN</b>)</p>	
<p>Promover a cooperação entre cidades próximas para, explorando complementaridades e sinergias, esbaterem assimetrias de carácter regional e desenvolverem equipamentos, infraestruturas e serviços de nível superior, nomeadamente ao nível dos espaços para implantação de atividades económicas, gerando economias de aglomeração, e qualificando o seu posicionamento nacional e internacional (<b>PNPOT, Plano Tecnológico</b>)</p> <p>Organizar o sistema territorial de mobilidades, de modo a reforçar polarizações urbanas e a estruturar sistemas urbanos sub-regionais, e conciliar o serviço público de transportes rodo e ferroviário com a racionalização do uso do automóvel;</p> <p>Assegurar a equidade territorial no provimento de suporte à acessibilidade e à mobilidade em função de um maior equilíbrio no acesso às funções urbanas de nível superior (<b>PNPOT</b>)</p> <p>Melhorar a sustentabilidade e as condições de mobilidade urbana e metropolitana de forma a garantir ganhos na produtividade total dos fatores. (<b>QREN</b>)</p> <p>Estimular a utilização de meios de transporte energeticamente mais eficientes como os transportes coletivos em detrimento do transporte individual nas deslocações pendulares, não deixando de aumentar sempre que possível a eficiência energética dos primeiros.</p> <p>Redução do consumo de energia no transporte de passageiros e mercadorias, por via da transferência para sistemas de transporte energeticamente mais eficientes e introdução de medidas de melhoria da eficiência nos transportes rodoviários. (<b>PNAEE</b>)</p> <p>Assegurar níveis de mobilidade de pessoas e bens, designadamente nos territórios de baixa densidade e, por outro lado, organizar os serviços em função do tipo de mobilidade a incrementar, identificando se deve ser o serviço que se desloca ao utente ou se é o utente que se desloca ao serviço</p> <p>Promover o aumento da mobilidade sustentável de pessoas e mercadorias, a par do reforço da coesão interna das estruturas urbanas, através do reequilíbrio entre modos de transporte</p> <p>Promover o reequilíbrio da rede rodoviária da Região, melhorando a hierarquia estabelecida pelos níveis nacional, regional e municipal, e criando condições de planeamento para a futura gestão de uma rede de itinerários regionais</p> <p>Promover os TP, TC e TI, atuando sobre a dimensão empresarial do sector e sobre a procura de transportes, maximizando a utilização da oferta disponível e tendo em vista melhorar a repartição modal com a diminuição da dependência dos cidadãos e das organizações ao TI motorizado</p> <p>Consolidar e expandir as redes ferroviárias de transportes urbanos, como alternativa de futuro à excessiva dependência do modo rodoviário nas</p>	<p>Reduzir o peso das viaturas ligeiras com mais de 10 anos de 37% para 35% em 2010, 30% em 2015 e 20% em 2020.</p> <p>Aumentar a % veículos híbridos no total do parque automóvel de 3% em 2010 para 10% em 2015 e 20% em 2020</p> <p>Criar planos de mobilidade urbana para centros empresariais com mais de 100 trabalhadores até 2010 e com mais de 500 até 2015.</p> <p>Aumento % de <i>minibus</i> nas frotas de transporte público: 5% em 2010 e 15% em 2015.</p> <p>% de GPS com otimização de trânsito: 0% para 0% em 2010 e 5% em 2015 (<b>PNAEE</b>).</p>

<p>principais cidades da Região Norte (<b>PROT-Norte</b>)</p> <p>Explorar os serviços de transporte, assegurando a prestação dos serviços mínimos que garantam a coesão e a equidade dentro do território nacional;</p> <p>Desenvolver sistemas de transporte público com uma oferta flexível, estabelecendo tarifas que não poderão ser inibidoras do uso do transporte público pelas camadas da população menos desfavorecidas, capazes de responder à diversidade da procura nas áreas de mais baixa densidade populacional, nomeadamente pela criação de alternativas de transporte público onde estes não existam ou pela melhoria da acessibilidade e mobilidade das populações mais isolada.</p> <p>Melhoria da articulação entre os diferentes modos de transporte, promovendo a intermodalidade, particularmente com o transporte ferroviário, e a transferência modal, de forma a aumentar a utilização dos transportes coletivos (TC) em detrimento do transporte individual (TI), através da oferta de novos modos de transporte, melhoria das condições de circulação com a implementação de corredores BUS e das condições de interface entre os diversos modos de TC</p> <p>O sistema de transporte público de passageiros deverá promover a densificação das redes, disponibilizando combinações múltiplas de modos de transporte e dando especial atenção à articulação modal e intermodal através da integração física e de serviços (Infraestrutura e equipamentos de transporte, horários, sistemas tarifários e de bilhética e informação ao público)</p> <p>Promoção de “modos suaves” de mobilidade como as deslocações a pé e em bicicleta, para que os “modos suaves” representem uma alternativa eficiente, segura e fiável de transporte urbano, através da criação e promoção do uso de redes cicláveis e do desenvolvimento de uma rede de circuitos pedonais e de transportes urbanos em condições de segurança e conforto que incluam vias específicas por modo de transporte (ciclovias e faixas ‘Bus’), organizando também o estacionamento, em articulação com os transportes, deslocação pedonal e criação de locais adequados de articulação modal, bem como propondo medidas urbanísticas que diminuam os pontos de conflito e de congestionamento viário de modo a diminuir o número e a gravidade dos acidentes viários (<b>PET</b>)</p>	
<p>Preservar os espaços de potencial agrícola, recuperando, conservando e protegendo os solos com maior produtividade agrícola, designadamente da erosão, contaminação e ocupação urbana, e incentivar a agricultura competitiva em termos sustentáveis (<b>ENDS, PNPOT</b>)</p> <p>Assegurar a continuidade, coerência e correlação funcional das componentes da ERPVA no território municipal, a articulação com a EEM, bem como a continuidade física e articulação com os territórios municipais vizinhos (<b>PROT-Norte</b>)</p> <p>Proteger e valorizar os recursos e as paisagens, partindo da promoção da coerência na aplicação dos diversos instrumentos de política de conservação e biodiversidade, como forma de apoiar a manutenção dos sistemas agroflorestais em todas as áreas classificadas da Rede Natura 2000 e articular o sistema de “espaços abertos” de natureza ambiental e paisagística com o sistema urbano e as redes de infraestruturas, não esquecendo a integração dos custos de sustentabilidade e de modos de produção sustentáveis (<b>PNPOT, PENDR</b>)</p> <p>Promoção de intervenções integradas de gestão ativa de espaços de sustentabilidade com incidência territorial nos sítios da Rede Nacional de Áreas Protegidas, Rede Natura 2000 ou na envolvente de albufeiras de águas públicas que disponham de planos de ordenamento aprovados. (<b>POR-Norte</b>)</p> <p>Promover a conservação, recuperação e valorização da biodiversidade, dos recursos e do património natural, paisagístico, cultural e geológico, designadamente ao nível das áreas pertencentes à Rede Fundamental de Conservação da Natureza e com especial atenção para os valores naturais de interesse comunitário ou que se encontram ameaçados, assegurando a manutenção dos processos ecológicos essenciais ao funcionamento dos sistemas ecológicos e à sua conectividade (<b>ENDS, ENCNB, PNPOT, PSRN2000</b>)</p> <p>Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território, com vista a garantir a conservação, a médio e a longo prazo, dos valores naturais desse território (<b>PSRN2000</b>)</p>	<p>Alcançar 10% da SAU em 2013 (<b>ENDS</b>)</p> <p>Aumento em 30% da SAU até 2015 de Sistemas agroflorestais com elevado interesse ambiental (<b>ENDS</b>)</p>

<p>Assegurar a defesa dos valores naturais e a existência de áreas mais sensíveis na escolha de locais de construção de áreas de estacionamento e de implantação de infraestruturas, de acessos viários e circulação pedonal. <b>(PSRN2000)</b></p> <p>Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção especial integrados no processo da Rede Natura 2000 <b>(ENCNB)</b></p> <p>Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrado neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas <b>(ENCNB)</b></p>	
<p>Reordenar e qualificar os espaços industriais para a transformação das estruturas empresariais, apostando em espaços de qualidade e em relações de proximidade e forte interação, implicando uma rutura com o modelo atual de unidades dispersas e estruturas locais fortemente especializadas. <b>(PNPOT)</b></p> <p>Estruturar sistemas urbanos sub-regionais de forma a constituir polos de competitividade, nomeadamente racionalizando e qualificando os espaços para a implantação de atividades económicas, tendo em vista a exploração de economias de aglomeração. <b>(PNPOT, PENDR, POR-Norte)</b></p>	
<p>Valorizar o património rural, mantendo a sua paisagem e reforçando a coesão territorial e social pelo correto ordenamento do espaço rural, preservando assim a ruralidade do concelho e o seu património cultural e natural como fonte de riqueza a explorar de forma sustentável, em conjunto com a permanência dos melhores solos agrícolas em utilizações agropecuárias ou atividades compatíveis com a fixação das populações em áreas rurais. <b>(ENDS, PENDR)</b></p> <p>Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;</p> <p>Implementação de serviços básicos para a população rural, nomeadamente serviços de proximidade. <b>(PENDR)</b></p> <p>Valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade e diversificação da atividade económica dos territórios rurais, promovendo um <i>standard</i> mínimo de serviços no meio rural e polos de excelência rural. <b>(POR-Norte)</b></p>	
<b>FCD #6 Coesão social e potencial humano</b>	
<b>Orientações de Ambiente e Sustentabilidade</b>	<b>Metas relevantes</b>
<p>Promover e assegurar a inclusão social e territorial, visando a melhoria da igualdade de género, da igualdade de oportunidades e da equidade de acesso dos cidadãos aos principais bens e serviços públicos, impondo-se definir para cada território as suas oportunidades de desenvolvimento e identificar e valorizar os seus recursos e potencialidades endógenas. <b>(POPH, Norte 2015)</b></p> <p>Apoiar a natalidade e a infância;</p> <p>Promover o envelhecimento ativo com qualidade e prevenir e apoiar a dependência;</p> <p>Promover a inclusão social ativa através da redução das desigualdades, prevenção de situações de pobreza, favorecendo a melhoria do rendimento e das condições de vida em territórios mais vulneráveis e de grupos específicos, nomeadamente pessoas com deficiências ou incapacidades, imigrantes e minorias étnicas e pessoas sem-abrigo, apoiando a integração socioprofissional; <b>(ENPSIS, PNAI)</b></p> <p>Reforçar a coesão social como fator de competitividade e desenvolvimento sustentável. <b>(PNACE)</b></p> <p>Garantia da satisfação das necessidades básicas na área da saúde, educação, formação, cultura, justiça e segurança social, de modo a favorecer a qualidade de vida;</p> <p>Generalizar programas de segurança solidária que aumentem a segurança e combatam a criminalidade urbana;</p>	<p><b>PII 2010-2013:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio prestado a 50 000 cidadãos;</li> <li>- 0% de recusa de acesso dos imigrantes ao SNS até 2013;</li> <li>- Contratação anual de 120 fogos para imigrantes, entre adquiridos, construídos e reabilitados.</li> </ul> <p><b>Estratégia Europa 2020</b></p> <p>(Metas Europeias para Portugal):</p>

<p>Promover um programa de qualificação e reinserção urbana de bairros críticos. <b>(ENDS)</b></p> <p>Desenvolver programas e incentivar ações que melhorem as condições de habitabilidade e apoiar o acesso ao mercado habitacional da população com dificuldades de acesso ao mercado, regulando as dinâmicas habitacionais para uma melhor harmonia da relação entre oferta e procura <b>(PNPOT, PEH)</b></p> <p>Garantir a articulação entre a política de habitação e outras políticas nomeadamente políticas sociais e políticas de cidade <b>(PEH)</b></p> <p>Desenvolver ações de promoção das TIC com vista a combater a infoexclusão, particularmente nas zonas mais desfavorecidas e junto das camadas mais vulneráveis (idosos, deficiente, etc.) e promover, em locais de acesso público, boas condições de acesso e utilização de TIC. <b>(PROT-Norte)</b></p> <p>Promover uma economia com altas taxas de emprego que assegure a coesão social e territorial, aumentando a taxa de participação no mercado de trabalho, aquisição de qualificações e luta contra a pobreza, permitindo que as camadas mais pobres e socialmente excluídas da população desempenhem um papel ativo na sociedade. <b>(Estratégia Europa 2020)</b></p> <p>Garantir a coesão social atuando, em particular, nos objetivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o caráter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como fator de produtividade e medida de inclusão social <b>(QREN, ENPSIS)</b></p> <p>Estabelecer mecanismos que garantam a igualdade de oportunidades no acesso ao conforto urbano e corrigir os desequilíbrios de partida e dos processos segregacionistas, reforçando, quando necessário, medidas de discriminação positivas que garantam a coesão social e territorial <b>(QREN)</b></p> <p>Apoiar a criação e desenvolvimento de serviços de proximidade dirigidos à população com necessidades especiais de apoio e promover a qualidade de vida e o bem-estar urbano <b>(QREN)</b></p> <p>Desenvolver e apoiar iniciativas inovadoras em todas as áreas de suporte da vida social, da produção de bens e serviços, à educação e formação passando pela cultura e convivencialidade urbana <b>(QREN)</b></p> <p>Apoio humanitário a situações de pobreza extrema, desenvolvido pelo MNE, MSSS e MS <b>(PII 2010-2013)</b></p> <p>Desenvolvimento de parcerias para a promoção do acesso dos imigrantes à saúde em Portugal e ao SNS, e institucionalização de procedimentos com vista a uma melhor gestão dos acordos de saúde e agilização do acesso dos imigrantes e seus acompanhantes aos serviços de saúde <b>(PII 2010-2013)</b></p> <p>Consolidar os Centros Locais de Apoio à integração dos Imigrantes e reforçar a Rede Nacional de Informação ao Imigrante, o atendimento ao público do SEF e a dimensão local da interculturalidade e da integração dos imigrantes <b>(PII 2010-2013)</b></p> <p>Desenvolver o mercado de habitação social em articulação com as autarquias e encontrar novas soluções de habitação social, em parcerias com associações de imigrantes, IPSS, ONG e cooperativas <b>(PII 2010-2013)</b></p> <p>Combate à exclusão social, escolar e profissional dos descendentes de imigrantes, à segregação territorial e à vulnerabilidade socioeconómicos imigrantes idosos através da divulgação das respostas institucionais disponíveis <b>(PII 2010-2013)</b></p> <p>Reforço do incentivo ao empreendedorismo imigrante, da informação/formação dos trabalhadores imigrantes sobre os seus direitos e deveres no domínio laboral, bem como da atividade inspetiva sobre entidades empregadoras que utilizem ilegalmente mão-de-obra imigrante <b>(PII 2010-2013)</b></p> <p>Facilitação e promoção do acesso à formação e ao emprego, bem como a criação de um sistema de informação sobre imigrantes altamente qualificados</p>	<p>Reduzir, pelo menos, em 200 mil o número de pessoas em risco ou situação de pobreza ou exclusão social;</p> <p>Aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos.</p> <p><b>PII 2010-2013:</b></p> <p>Elaboração de um referencial ético promotor da diversidade e do diálogo intercultural em 2012;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Certificação de 200 imigrantes</li> <li>- Apoio a 10 iniciativas por ano, das quais 3 realizadas em equipamentos culturais;</li> <li>- 200 formandos por ano/15 negócios criados por ano;</li> <li>- Aumento anual de 5% da atividade inspetiva;</li> <li>- 20 experiências de parcerias escolas-empresas.</li> </ul>
--	---

<p><b>(PII 2010-2013)</b></p> <p>Monitorização da implementação das Recomendações do MEC para a constituição de turmas equilibradas e adequação das estratégias das escolas no acolhimento dos estudantes estrangeiros e descendentes de imigrantes <b>(PII 2010-2013)</b></p> <p>Reforço da expressão da diversidade cultural em todos os domínios e atividades, com incidência na cultura e promoção do associativismo junto das comunidades imigrantes <b>(PII 2010-2013)</b></p> <p>Consolidação do Programa de Intervenção para trabalhadores Desempregados Imigrantes, formação de literacia básica para os beneficiários do RSI, e incentivo à responsabilidade social das organizações, com base em princípios éticos e de valorização da diversidade <b>(PII 2010-2013)</b></p> <p>Aumentar o nível de saúde nas diferentes fases do ciclo de vida e reduzindo o peso da doença, intervindo ao nível de medidas urbanísticas e dos fatores ambientais a que a população está exposta, através da sensibilização de profissionais e da população em geral, para incrementar a saúde do indivíduo e das comunidades e promovendo a comunicação do risco, nomeadamente através de uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde <b>(PNAAS)</b></p> <p>Aumentar a responsabilidade pela promoção de estados e estilos de vida saudáveis, promovendo a mudança de cultura, de hábitos de trabalho, e de formas de responsabilização, para o desenvolvimento eficiente, participado e informado do estado de saúde da população. <b>(PNAAS, PNS)</b></p> <p>Criar e Desenvolver programas específicos na área da educação para a saúde, autogestão da doença e capacitação dos cuidados informais <b>(PNS)</b></p> <p>Reforçar o contributo articulado dos serviços de saúde e dos agentes locais na melhoria da saúde da população, e investir em cuidados de saúde primários através de estratégias de promoção de saúde, considerando uma abordagem centrada na promoção e proteção da saúde, prevenção e tratamento da doença, minimização do risco de doença e consequente necessidade de apoio por respostas sociais <b>(PNS)</b></p> <p>Investir num sistema/rede de cuidados que permita às pessoas idosas em casa manterem-se independentes e autónomas, e implementar iniciativas que tornem as cidades mais amigáveis para a “terceira idade”, nomeadamente através da instalação de centros de dia, centros de residenciais e “hospitais de retaguarda” <b>(ENDS, PNS)</b></p> <p>Reforçar o contributo dos serviços de saúde, a nível local, na redução do impacto dos determinantes sociais, enquadrando o acesso e as iniquidades em saúde como fatores-chave para a redução das desigualdades e trabalhando com outros sectores nas respostas integradas e proactivas às necessidades em saúde dos grupos vulneráveis <b>(PNS)</b></p>	
<p>Promover a formação com prioridade para a instalação de jovens agricultores, planos integrados de fileira, intervenções territoriais e projetos de investimentos. <b>(PENDR)</b></p> <p>Apostar na qualificação de recursos humanos qualificados, valorizando a oferta de ensino básico, secundário, profissional e politécnico, para alcançar níveis muito mais satisfatórios nas competências profissionais, técnicas e tecnológicas, bem como na qualificação técnica para a agricultura e florestas. <b>(ENDS)</b></p> <p>Elevar a qualificação dos jovens, promovendo a sua empregabilidade e a adequação das suas qualificações às necessidades de desenvolvimento sustentado, de aumento da competitividade e de coesão social da economia portuguesa. <b>(POPH)</b></p> <p>Reforçar a qualificação da população adulta ativa – empregada e desempregada. <b>(POPH)</b></p> <p>Reforçar a educação e qualificação da população numa ótica de aprendizagem contínua. <b>(PNACE)</b></p>	<p>Garantir a frequência da educação pré-escolar a 95% das crianças entre os 3 e os 5 anos em 2010 (Atual: 78%);</p> <p>Aumentar a taxa das pessoas (com 22 anos ou +) com o nível secundário para 65% em 2010 e para 90% em 2015 (Atual: 40%);</p> <p>Aumentar para 50% o número de pessoas entre os 25 e os 64 anos com 12 anos de educação formal</p>

	<p>em 2015 (Atual 20%; Média Europeia: 60%);</p> <p>Reduzir para metade os níveis de abandono e saída precoce do sistema educativo em 2010 (Taxa de Abandono Escolar Atual: 2,7%; Taxa de Saída Precoce Atual: 44,8%);</p> <p>Introduzir até 2008 o tema do Desenvolvimento Sustentável nos curricula de todos os graus de ensino. <b>(ENDS)</b></p> <p>Reduzir para menos de 10% a taxa de abandono escolar;</p> <p>40% da geração mais jovem dispor de um diploma de ensino superior. <b>(Estratégia Europa 2020)</b></p>
Promover o nível, a qualidade e a mobilidade do emprego, privado e público, nomeadamente, através do incentivo ao espírito empresarial, do apoio à integração no mercado de trabalho de desempregados, do apoio à transição de jovens para a vida ativa e do incentivo à mobilidade. <b>(POPH)</b>	



## **Anexo III – Síntese da Avaliação das Opções Estratégicas**

(De acordo com o Relatório de Avaliação de Opções Estratégicas entregue em julho de 2011)

Quadro 32: Síntese da Avaliação de Opções Estratégicas.

Objetivos do PDM	Temas críticos	Opções/alternativas	Síntese da Avaliação das Opções Estratégicas
1. Ordenar a ocupação territorial de modo a assegurar a qualidade do ambiente e a sustentabilidade do território	Gestão de riscos e qualidade da água e do solo	A. Impedir a ocupação de zonas vulneráveis à contaminação da água e do solo com novas atividades de risco, e criar condições para a realocação das existentes (ex. vacarias em REN)	Oportunidade de melhoria das condições essenciais à gestão sustentável dos recursos territoriais, contribuindo, por exemplo, com a redução de custos de descontaminação, e de salvaguarda dos serviços dos ecossistemas ligados aos recursos água e solo. <b>Complexidade dos processos de realocação de atividades existentes e custos na implantação de novas atividades.</b> <b>Desresponsabilização da iniciativa privada e afirmação do ambiente como obstáculo.</b>
		B. Estabelecer critérios de boa prática nas atividades de risco existentes e no licenciamento de novas atividades	Oportunidade de melhoria do desempenho ambiental das atividades poluidoras (particularmente a pecuária), contribuindo para a diminuição da intensidade de carga poluente em territórios vulneráveis. <b>Risco de manutenção da tendência de ocupação dispersa em zonas vulneráveis à contaminação de água e solo.</b>
		C. Desincentivar a ocupação de novas atividades de risco em zonas vulneráveis à contaminação da água e do solo e estabelecer critérios de boa prática para as existentes (e.g. inclusão de fatores de risco nos mecanismos de perequação urbanística e taxas municipais)	Oportunidade de melhoria das condições essenciais à gestão sustentável dos recursos territoriais, prevenindo a tendência de ocupação em zonas vulneráveis (oportunidade de criação de critérios de adaptação e mitigação às AC), e de salvaguarda dos serviços dos ecossistemas ligados aos recursos água e solo. Oportunidade de diminuição do risco de contaminação e melhoria do desempenho ambiental das explorações económicas (potencial de promoção empresarial). Oportunidade de prevenção de custos de manutenção e reconversão (redução de eventuais conflitos), e de coresponsabilização da iniciativa privada na gestão ambiental do território.
	Eficiência energética e FER	A. Adiar a adoção de medidas	<b>Risco de perda de oportunidade de otimização da utilização de energia, de investimento em FER, como mitigação face às AC, e de manutenção dos consumos e custos elevados.</b> <b>Risco de falta de estímulos à alteração de hábitos de consumo energético.</b>
		B1. Promover a eficiência energética nos edifícios e iluminação municipal	Oportunidade de recuperação de práticas tradicionais e de valorização dos recursos energéticos endógenos. Oportunidade de criação de sinergias favoráveis à mitigação e à adaptação às AC. Oportunidade de melhoria do desempenho energético e ambiental das atividades económicas (potencial de promoção empresarial), promotoras de desenvolvimento financeiro a nível municipal.
		B2. Estabelecer critérios de eficiência energética no licenciamento de novas edificações (transversal a todos os sectores de atividade)	
	Gestão sustentável das	B3. Estabelecer incentivos (e.g. isenção de taxas) ao aproveitamento de FER	
		A. Adiar a adoção de medidas	<b>Risco de perda sucessiva de práticas tradicionais de valor sustentável, de abandono sucessivo das atividades primárias, e de aumento da vulnerabilidade às AC.</b>

Objetivos do PDM	Temas críticos	Opções/alternativas	Síntese da Avaliação das Opções Estratégicas
	atividades primárias		Risco de degradação contínua dos recursos territoriais e de sobre-exploração pondo em causa a sua sustentabilidade e das atividades económicas que deles dependem.
		B1. Estabelecer critérios de exploração	Oportunidade de melhoria da prática sustentável (associadas a práticas tradicionais e a novas tecnologias) nos sectores agrícolas e florestais, salvaguardando os recursos naturais e os serviços dos ecossistemas, promovendo a sustentabilidade económica dos mesmos e aumentando o seu valor económico.
		B2. Incentivos (e.g. isenção de taxas, prémios) às práticas reconhecidamente sustentáveis	Oportunidade de criação de novas dinâmicas municipais, aumentando a atratividade e identidade do município.
2. Salvaguarda e valorização do património natural, construído e imaterial	Estrutura ecológica e Biodiversidade	A. Cingir a estrutura ecológica às áreas classificadas	Risco de falta de incentivos para salvaguardar a paisagem minhota e o património natural, com conseqüente perda de oportunidade de salvaguarda de recursos territoriais, dos espaços naturais e rurais e das atividades associadas, bem como da requalificação da EE.
		B. Condicionar o uso nas áreas não classificadas com interesse ecológico e para a preservação da biodiversidade	Oportunidade de promoção da salvaguarda dos espaços rurais, da conservação da paisagem minhota e do património natural. Risco por não criar condições de valorização da paisagem minhota. Risco de criação de constrangimentos na implantação de novas atividades nestas áreas.
		C. Promover atividades de valorização das áreas com interesse ecológico e com interesse para a biodiversidade, e das áreas fundamentais para a ligação entre corredores (classificadas e não classificadas)	Oportunidade de conservação e valorização da paisagem minhota, do património natural, e usufruto sustentável dos recursos territoriais. Oportunidade de promoção da qualidade da EE a nível municipal e supramunicipal (atração da população para os espaços rurais, e envolvimento das atividades económicas na solução).
	Património edificado	A. Revitalizar os bens imóveis de interesse patrimonial com vista à sua preservação e potencial utilização pública	Oportunidade de salvaguarda e requalificação de bens imóveis de interesse patrimonial e criação de oportunidade para os dotar de funções culturais. Oportunidade de revitalização e promoção de efeitos multiplicadores de atividades.
		B. Estabelecer critérios de valorização dos bens imóveis de interesse patrimonial (situações ganhadoras público-privado)	Oportunidade de incentivo ao envolvimento privado na salvaguarda e requalificação de bens imóveis de interesse patrimonial e oportunidade de definir critérios de valorização económica (contribuindo para a sua requalificação).
	Património e inovação	A. Adiar a adoção de medidas	Risco de agravamento da perda da herança histórico-cultural, da paisagem, e transformação dos atuais valores identitários. Risco de desvalorização económica das atividades relacionadas com o património cultural (particularmente o

Objetivos do PDM	Temas críticos	Opções/alternativas	Síntese da Avaliação das Opções Estratégicas
	cultural		artesanato e turismo).
		B1. Estabelecer critérios de preservação do património e inovação cultural para a atribuição de incentivos	Oportunidade de promoção e incentivo à inovação dos atuais valores identitários através do envolvimento de agentes.
		B2. Incentivar o desenvolvimento das indústrias criativas vocacionadas para as atividades culturais	Oportunidade de desenvolvimento das atividades atuais relacionadas com o património cultural e sua salvaguarda, e dinamização de atividades inovadoras. Oportunidade de promoção de dinâmicas sociodemográficas e culturais.
3. Preservação e valorização do espaço rural como identidade cultural e paisagística do concelho, servindo de suporte à atividade turística	Função habitacional	A. Incentivar a função habitacional de primeira e segunda residência em espaço rural, sem política ambiental específica associada	Oportunidade de aproximação aparentemente do barcelense aos recursos naturais. Oportunidade de atração do investimento imobiliário. <b>Risco de alteração sucessiva dos padrões de ocupação territorial (maior dispersão), e de atratividade paisagística.</b> <b>Risco de alterações da estrutura social e das relações de vizinhança em espaço rural (possíveis conflitos de interesse), e possível abandono das atividades tradicionais.</b>
		B. Estabelecer critérios de compatibilização entre a função habitacional e a função paisagística e económica dos espaços rurais, desincentivando expansões motivadas por segundas residências	Oportunidade para valorização do espaço rural com critérios que promovam e assegurem a identidade cultural e a paisagem minhota (valorização económica do território). Oportunidade de aproximação do barcelense aos recursos naturais, melhorando a sua perceção e estima pela envolvente, promovendo o seu bem-estar e diminuindo disfunções sociais.
	Identidade rural	A. Promover a expansão indiferenciada das atividades de exploração rural	Oportunidade de multiplicação de atividades económicas de exploração rural, <b>com risco associado de descaracterização da identidade rural devido a dispersão de infraestruturas e custos das mesmas (e.g. TER).</b> <b>Risco de diminuição da disponibilidade e qualidade de recursos territoriais e aumento do risco dos impactos das AC no espaço rural.</b> <b>Risco do agravamento da perda da herança cultural rural e de descaracterização da paisagem tradicional minhota.</b>
		B1. Estabelecer incentivos à exploração de atividades de uso tradicional e promover produtos locais (e.g. “maçã à-porta-da-loja” e “melão casca de	Oportunidade para salvaguardar as atividades de uso tradicional e incentivar a inovação e valorização no uso de produtos locais, e atividades mais resilientes às AC.. Oportunidade de aumento das relações município/população.

Objetivos do PDM	Temas críticos	Opções/alternativas	Síntese da Avaliação das Opções Estratégicas
		carvalho”)	<b>Risco de exigência de mais recursos para a gestão municipal.</b>
		B2. Estabelecer critérios de promoção da identidade rural no licenciamento de iniciativas TER, nomeadamente as associadas a explorações de carácter rural (e.g. quinta biológica)	
		B3. Promover a figura de “núcleo tradicional” como um espaço edificado e identitário e os aglomerados rural como zonas edificadas com a presença de atividade agrícola	
	Função agrícola e florestal	A. Promover o desenvolvimento de atividades agroflorestais em minifúndio	Oportunidade de aumento da qualidade dos recursos devido à exploração menos intensivas (promoção da prática da agricultura biológica e de explorações de pequena dimensão), e oportunidade de promoção de atividades agroflorestais que dão expressão e continuidade à identidade cultural local e às formas de subsistência. <b>Risco de aumento da pressão urbanística sobre o espaço agroflorestal, de menor eficiência na utilização dos recursos naturais (contração de produtividade), e de ausência de estratégia de adaptação às AC.</b>
		B. Promover o emparcelamento fundiário, viabilizando explorações agrícolas de grande dimensão	Oportunidade de maior eficiência na utilização dos recursos naturais (na sua componente de gestão e manutenção), e de aumento significativo da produtividade do setor agrícola. <b>Risco de diminuição da qualidade dos recursos por exploração mais intensiva, e de ausência de estratégia de adaptação às AC.</b> <b>Risco de alienar a população local da atividade rural e de se potenciais desigualdades sociais.</b>
	Centro histórico	A. Promover a função residencial	Oportunidade de criação de bem-estar social. Oportunidade de promoção da conservação e valorização do centro histórico, apesar da fraca atratividade económica do mesmo. <b>Risco dos custos de gestão recaírem sobre os munícipes.</b> <b>Risco de polarização da revitalização tornando o espaço menos dinâmico.</b>
B. Promover a coexistência das funções residencial, serviços, turismo e lazer		Oportunidade de promoção da revitalização e valorização económica do centro histórico, através da dotação de funções ligadas à promoção cultural e aos imóveis com interesse patrimonial (setor turístico) – otimização de recursos e de dinâmicas sociais e de multiuso.	

Objetivos do PDM	Temas críticos	Opções/alternativas	Síntese da Avaliação das Opções Estratégicas
			Oportunidade de maior repartição de custos, apoiada por uma gestão diversificada.
4. Qualificação dos aglomerados urbanos e contenção dos fenómenos de povoamento difuso	Qualidade do ambiente urbano	A. Assegurar a gestão infraestrutural de saneamento básico, abastecimento e resíduos e salvaguardar os espaços públicos e EEU existentes	Oportunidade de aumento da qualidade dos recursos territoriais e salvaguarda da EEU potenciando a adaptação às AC. Oportunidade de criação de uma gestão corrente com maior ênfase na fiscalização e custos derivados de acréscimos de pressões. <b>Risco de manutenção de uma gestão ambiental dos centros urbanos com parâmetros de qualidade mínimos.</b>
		B1. Assegurar a gestão infraestrutural, requalificar os espaços públicos existentes e incrementar a atual EEU, na lógica de conectividade ecológica	Oportunidade de otimização de recursos territoriais, favorecendo a sua disponibilidade e qualidade, potenciando a mitigação e adaptação às AC ao incrementar a EEU e consequentemente a valorização do território e aumento da atratividade turística dos centros urbanos.
		B2. Monitorizar o estado do ambiente e desenvolver critérios de sustentabilidade e planos de gestão ambiental	Oportunidade de gestão ativa e inovadora e controlo sistemático.
5. Reorganização territorial e rentabilização das redes de infraestruturas e de equipamentos e otimização da mobilidade	Mobilidade	A. Promover o Transporte Individual	<b>Ausência de aposta estratégica de mitigação às AC e risco de contaminação dos recursos naturais.</b> <b>Risco de redução das acessibilidades a prazo por aumento de congestionamento e de aumento dos custos de manutenção da rede viária e estacionamento.</b>
		B. Promover a qualidade e abrangência da rede de Transporte Coletivo	Oportunidade de potenciação da mitigação às AC, melhoria do acesso e qualidade dos recursos territoriais e potenciação de uma maior coesão social.
	Reestruturação do território	A. Manter a situação existente	<b>Risco de manutenção de custos desnecessários e da tendência de proliferação da edificação.</b> <b>Risco devido à fraca estratégia de aproximação à população na resolução de problemas sociais.</b>
		B1. Criar agrupamentos de freguesias (unidades territoriais) no sentido da otimização de recursos	Oportunidade de otimização de infraestruturas, recursos territoriais e redução de custos.
		B2. Revitalizar e modernizar os centros cívicos ao nível de equipamentos e infraestruturas	Oportunidade de criação de condições favoráveis ao aumento da eficácia e eficiência de respostas a problemas sociais.
	Ordenamento da atividade industrial	A. Potenciar a dispersão de atividades industriais de grande dimensão fora do sistema urbano	Oportunidade de aumento da dinâmica económica a curto prazo. <b>Risco de proliferação de infraestruturas e espaços industriais (passíveis de afetar negativamente a qualidade ambiental), subaproveitando sinergias económicas e aumentando a fragmentação territorial, a descaracterização da paisagem tradicional minhota e os custos de infraestruturização e reduzindo a eficácia de</b>

Objetivos do PDM	Temas críticos	Opções/alternativas	Síntese da Avaliação das Opções Estratégicas
			adaptação às AC.
		B. Requalificar os espaços de acolhimento (polos industriais) e controlar a dispersão de atividades industriais dentro e fora do sistema urbano	Oportunidade de otimização dos recursos territoriais, aproveitando sinergias de desenvolvimento estratégico, induzindo um dinamismo económico captando incentivos financeiros e respetivos efeitos multiplicadores. Oportunidade de implementação facilitada de uma estratégia eficaz para adaptação às AC, considerando a implementação ordenada de atividades industriais em solo rural, gerindo fontes de poluição.
6. Desenvolvimento da economia municipal	Turismo	A. Promover a expansão sem critério de implantação de iniciativas turísticas	Oportunidade de expansão do sector turístico a curto prazo e de maior dinamismo económico. <b>Risco de proliferação indiferenciada de produtos sem garantia de viabilidade económica (retorno de investimento).</b> <b>Risco de proliferação de recursos e infraestruturas descaracterizando o território.</b> <b>Risco de aumento das desigualdades sociais.</b>
		B1. Promover a expansão turística em função de metas faseadas de sustentabilidade económica	Oportunidade de criação de sinergias estratégicas entre o turismo e os valores identitários, como fatores de desenvolvimento económico local assentes na diferenciação de produtos e na valorizando dos recursos endógenos.
		B2. Promover a atratividade turística em torno dos valores identitários do concelho (e.g. TER, rotas patrimoniais, caminho português de Santiago)	Oportunidade de integração da população residente nas atividades turísticas caso estas não produzam desigualdade social.
	Requalificação tecnológica e ambiental	A. Incentivar os processos de modernização tecnológica e ambiental dos sectores primário e secundário	Oportunidade de incentivo à modernização, potenciando a transformação e criação de novos valores identitários. Oportunidade de melhoria do desempenho ambiental e produtivo das atividades primárias e secundárias. <b>Fraca estratégia para a qualificação profissional, mão-de-obra especializada e criação de massa crítica que assegure a evolução tecnológica (subaproveitamento económico).</b> <b>Risco de perda de práticas tradicionais enquanto valor identitário.</b>
		B. Incentivar os processos de modernização tecnológica e ambiental dos sectores primário e secundário, e promover a formação especializada	Oportunidade de incentivo à modernização, potenciando a transformação e criação de novos valores identitários. Oportunidade de melhoria do desempenho ambiental e produtivo das atividades primárias e secundárias e da qualificação de mão-de-obra especializada (otimização dos recursos tecnológicos). <b>Risco de perda de práticas tradicionais enquanto valor identitário.</b>

Objetivos do PDM	Temas críticos	Opções/alternativas	Síntese da Avaliação das Opções Estratégicas
7. Promoção da equidade, participação e educação cultural e social	Inclusão e coesão social	A. Assegurar a existência em número adequado de equipamentos sociais e de educação	Oportunidade de revitalização e otimização de recursos e valorização do território. <b>Risco devido à fraca comunicação entre os vários agentes locais.</b>
		B. Assegurar o acesso a equipamentos e estabelecer mecanismos de ação social em conjunto com agentes locais (e.g. freguesias, escolas) e criar um programa de incentivos	Oportunidade de promoção da identidade cultural como elemento de inclusão e coesão social. Oportunidade de revitalização e otimização de recursos e valorização do território.
	Requalificação profissional	A. Apoiar programas de requalificação profissional	Oportunidade de qualificação generalizada da mão-de-obra. <b>Risco devido às poucas condições para a reabilitação de desempregados.</b>
		B. Promover ações de recondução e requalificação profissional em função das opções estratégicas da economia municipal (e.g. centros de saber)	Oportunidade de reencaminhamento profissional para adoção de práticas e atividades tradicionais entretanto preteridas. Oportunidade de sinergia estratégica entre o desenvolvimento económico e o emprego especializado, diminuindo o número de desempregados.
	Participação pública	A. Manter prática atual	<b>Perda de oportunidade de sensibilização e envolvimento da população na conservação dos valores identitários.</b> <b>Fraca estratégia para cativar a população para as dinâmicas da sociedade.</b>
		B1. Reforçar uma rede de informação em diversos pontos do concelho (e.g. juntas de freguesia) para divulgação de ações e processos de decisão	Oportunidade de potenciar e melhorar o envolvimento e participação dos cidadãos no planeamento e gestão dos recursos endógenos do concelho e a divulgação das políticas e ofertas culturais à população.
		B2. Promover plataformas de participação pública (e.g. orçamento participativo)	Oportunidade de convergência de prioridades e legitimação das decisões estratégicas para a economia municipal, promovendo um aumento da eficiência da gestão municipal.



## Anexo IV – Análise Tendencial

### A3.1 – FCD#1 – Identidade Cultural

#### *Memória e inovação na construção da identidade local*

No que respeita ao **património material**, o concelho de Barcelos detém uma concentração considerável de valores patrimoniais de natureza arqueológica, arquitetura civil, religiosa e património ligado ao meio rural. No contexto do património religioso, o Relatório Barcelos 2020 (2011) destaca a inserção e a posição de Barcelos num importante “caminhos português” dos Caminhos de Santiago de Compostela o qual tem sido dinamizado pelo município através de apoio logístico como alojamento, informação ao peregrino e divulgação do artesanato local.

Além do património já referido, o concelho de Barcelos apresenta manifestações culturais como a gastronomia, o folclore e as atividades tradicionais (desfolhadas, vindimas), que constituem o seu **património imaterial**. No sentido da salvaguarda, valorização e divulgação deste património, o município tem em curso um projeto de inventariação e divulgação do teatro popular e das lendas do concelho. Segundo o Relatório Barcelos 2020 (2011) o município encontra-se ainda a desenvolver um conjunto de Roteiros Culturais para o concelho nomeadamente Roteiros Literários.

O município apoia ainda monetariamente mediante protocolo as associações culturais do concelho a realização das suas atividades e possui ainda dois novos projetos de criação de espaços de natureza museológica o Projeto de musealização da oficina de Rosa Ramalho e o Núcleo Museológico do Rio que visam promover a área da cultura popular e das artes e ofícios tradicionais (Relatório Barcelos 2020 (2011)).

Surgem igualmente como potencialidades concelhias os valores ecológico-naturais e paisagísticos onde se incluem o rio Cávado, Neiva, as suas margens e os miradouros, a par com uma paisagem tipicamente minhota marcada por uma estrutura de povoamento rural assente no minifúndio. Para estas zonas existem **mecanismos de valorização do património natural e paisagístico** de carácter intermunicipal com a CIM Cávado (Relatório Barcelos 2020 (2011)):

- Monitorização das Águas Balneares dos Rios Cávado e Homem
- Rede de Praias Fluviais dos Rios Cávado
- Estudo de Valorização e de Desenvolvimento Estratégico dos Rios Cávado e Homem
- Aqua Cávado

Na obstante o Relatório Síntese (2012) salienta a ausência de estratégias espaciais que salvaguardem este potencial. Contribuem para a degradação do património natural as atividades agrícolas e florestais que pela tecnologia utilizada reduz a biodiversidade e dá origem diversas formas de poluição. A degradação do património existente é ainda agravada pelos processos de “densificação e expansão crescentes dos núcleos urbanos, verificando-se que os valores naturais sofreram fragmentações e os valores construídos suportaram descaracterizações ao nível das envolventes e dos próprios edifícios”.

### Cultura e participação dos cidadãos

Os **equipamentos culturais** de referência incluem a Biblioteca Municipal, o Museu de Olaria, o Museu Arqueológico de Barcelos, o Museu Etnográfico de Chavão e o Museu Regional e Etnográfico de Alvito S. Pedro e ainda dois novos projetos de criação de espaços de natureza museológica, que visam complementar a oferta de equipamentos já existente como é o caso do Projeto de musealização da oficina de Rosa Ramalho e Núcleo Museológico do Rio. Na sua maioria, estes encontram-se concentrados na sede de concelho o que acaba por condicionar o acesso da população que reside fora da cidade (Relatório Barcelos 2020, 2011).

É possível, no entanto, comparar a adesão do público a certas iniciativas culturais entre diferentes escalas territoriais, conforme apresentado no Quadro 33, adiantando ainda o peso relativo das despesas autárquicas em cultura.

**Quadro 33: Indicadores culturais.**

Fonte: INE, Anuário Estatístico - Norte 2003, 2006, 2008.

Indicadores culturais	Cinema						Museus			Despesa da cultura no total de despesas (%)		
	Taxa de ocupação (%)			Espectadores por habitante (N.º)			Visitantes por museu (N.º)					
	2003	2006	2008	2003	2006	2008	2003	2006	2008	2003	2006	2008
Portugal	14,7	14,5	12,5	1,8	1,5	1,5	34 315	35 447	36 286	11,6	11,2	10,8
Continente	14,7	14,6	12,6	1,8	1,6	1,5	36 412	36 909	36 982	11,8	11,3	10,9
Norte	15,7	15,4	13,9	1,6	1,3	1,3	25 770	28 459	34 360	13,7	12,3	12,0
Cávado	13,5	11,7	11,5	2,0	1,4	1,5	22 147	19 453	15 790	31,2	16,6	10,7
<b>Barcelos</b>	<b>21,9</b>	<b>x</b>	<b>x</b>	<b>...</b>	<b>x</b>	<b>x</b>	<b>34 657</b>	<b>24 974</b>	<b>...</b>	<b>19,6</b>	<b>13,5</b>	<b>9,2</b>

Pela análise do Quadro 33, pode-se constatar que Barcelos apresentava - em 2003 - uma **taxa de ocupação dos cinemas** superior às médias nacional, regional e sub-regional, o que não sucedeu relativamente aos museus onde o concelho apresenta uma quebra significativa de visitantes entre 2003 e 2006. No que concerne a **despesas municipais em atividades culturais** verifica-se um decréscimo neste intervalo de tempo, apresentando valores abaixo das médias nacional e regional a este nível em 2008.

Pese embora a tendência regressiva do orçamento municipal para a cultura, a CMB dispõe “atualmente de um conjunto diversificado de espaços que asseguram uma programação relativamente regular de atividades culturais” (Relatório Barcelos 2020, 2011). No entanto, o mesmo documento refere ainda que o concelho carece de falta de animação cultural e que alguns serviços, nomeadamente, os localizados na cidade (horários de abertura, etc.) encontram-se desarticulados.

No âmbito da participação cultural, importa referir que as associações etnográficas locais continuam a revelar bastante dinamismo, embora se verifiquem situações de algum envelhecimento destas estruturas. Segundo o Relatório Barcelos 2020 (2011) a CMB dá apoios monetários às associações culturais do concelho à realização das suas atividades, estabelecido mediante protocolo.

## A3.2 – FCD#2 – Valorização dos recursos territoriais

### *Energia e alterações climáticas*

Apesar de não existirem dados para determinar as **emissões de GEE por setor**, o setor industrial é um dos principais emissores de GEE (Relatório Síntese, 2012), logo seguido do setor doméstico, que apresenta entre 1994 e 2011 um aumento no consumo de energia elétrica (kWh) de cerca de 113% (INE, s.d.). Destaca-se, ainda o aumento de cerca de 183% no consumo de energia elétrica para fins públicos (iluminação de vias e edifícios) entre 1994 e 2011 (INE, s.d.). Em adição, o transporte individual (TI), por ser o modo mais usado em deslocações (cerca de 40%, à data dos Censos 2001) é também um potencial emissor de GEE. A restante **repartição modal das deslocações** distribui-se pelo modo pedestre, com cerca de 31%, seguido do autocarro com 13%.

Segundo dados do Relatório n.º6 dos Estudos de Caracterização, Barcelos tem **potencial de aproveitamento de fontes de energia renováveis**, nomeadamente, solar e biomassa. Dados relativos às unidades de microprodução de eletricidade<sup>7</sup>, a partir de energia solar, revelam que, entre 2008 e 2011, aumentou o número de unidades e a potência injetada na rede do município. Sobre o aproveitamento da energia eólica, até à data não foi possível obter dados sobre o seu potencial/aproveitamento. No que se refere à biomassa florestal, dados do Relatório Barcelos 2020 (2011), evidenciam o potencial de aproveitamento dos recursos florestais face à dimensão das manchas florestais (com maior presença na zona norte do concelho). Apesar de não haver dados sobre a sua exploração, os recursos florestais e agrícolas são potenciais sumidouros de carbono e componentes a considerar na compensação das emissões de GEE (Relatório Barcelos 2020, 2011). Salienta-se que estas manchas florestais apresentam grande monoespecificidade, o que aumenta a combustibilidade e, por sua vez, o risco de incêndio (Relatório Síntese, 2012).

No domínio da **eficiência energética**, desde 2010 que o município tem desenvolvido iniciativas associadas à Semana Europeia da Mobilidade, à Semana Europeia das Energias Sustentáveis e à Hora do Planeta<sup>8</sup>.

Não sendo possível fazer uma análise evolutiva da **área edificada em zona de recarga de aquíferos e sujeita a risco de inundação**, dados do Relatório REN do concelho de Barcelos<sup>9</sup> identificam áreas classificadas como espaço urbano e industriais localizadas em zonas ameaçadas pelas cheias (Figura 1) e em áreas de infiltração máxima (Figura 2). A afetação destas áreas coloca em risco a segurança da população face a futuros eventos climáticos extremos e o próprio ciclo da água.

<sup>7</sup> <http://www.renovaveisnagora.pt/web/srm/estatisticas1>.

<sup>8</sup> <http://www.cm-barcelos.pt/>, consultado a 12 de Outubro de 2012.

<sup>9</sup> Reserva Ecológica Municipal – Memória Descritiva e Justificativa, Revisão do Plano Diretor Municipal de Barcelos, Junho de 2013.

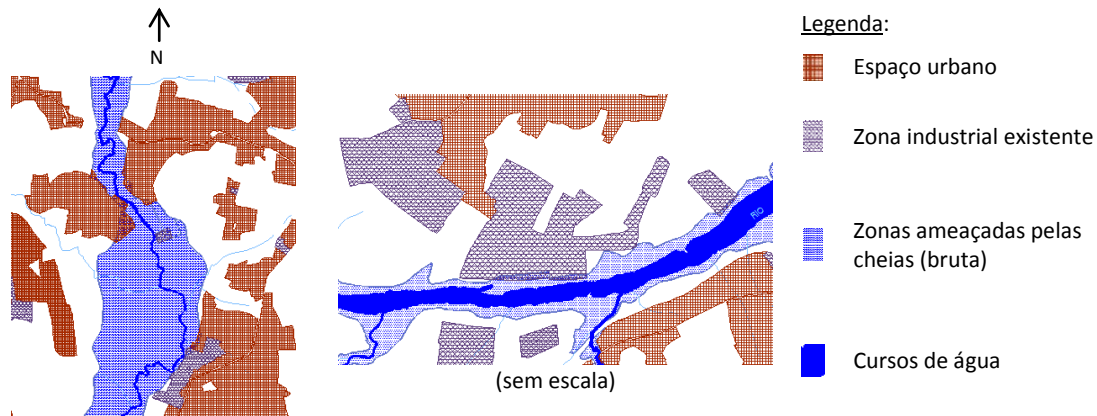


Figura 1: Espaço urbano e zona industrial existente em zonas ameaçadas pelas cheias.

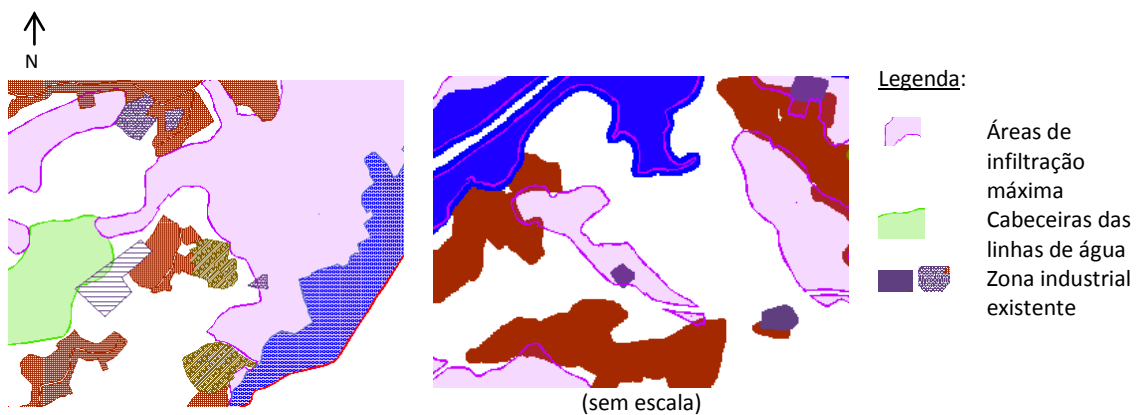


Figura 2: Zonas industriais localizadas em áreas de infiltração máxima.

### Gestão sustentável dos recursos hídricos

O concelho de Barcelos abrange as bacias hidrográficas do Lima, do Cávado e do Ave e é atravessado por três rios no sentido nascente-poente: o rio Cávado que percorre a área central do concelho, o rio Neiva, que atravessa a parte norte do concelho e o rio Este, que atravessa o concelho na extremidade sul.

De acordo com o Relatório n.º10 dos Estudos de Caracterização, é a partir da bacia do rio Cávado que se faz atualmente, e desde 2004, o **abastecimento de água** do concelho de Barcelos, cuja responsabilidade é da empresa Águas de Barcelos S.A. Destaca-se que a percentagem de população servida por sistemas de abastecimento de água tem vindo a aumentar desde 2001 (cerca de 47%) para cerca de 75%, em 2007<sup>10</sup>.

Os dados das estações de monitorização da **qualidade das águas superficiais** existentes na área abrangida pelo concelho revelam que para os rios Neiva, Cávado e Este, as classificações médias, entre 1995 e 2011, variam entre “Razoável (C)” e “Má (D)”, não se observando melhorias nos últimos anos.

<sup>10</sup> INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais | Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR|VFF).

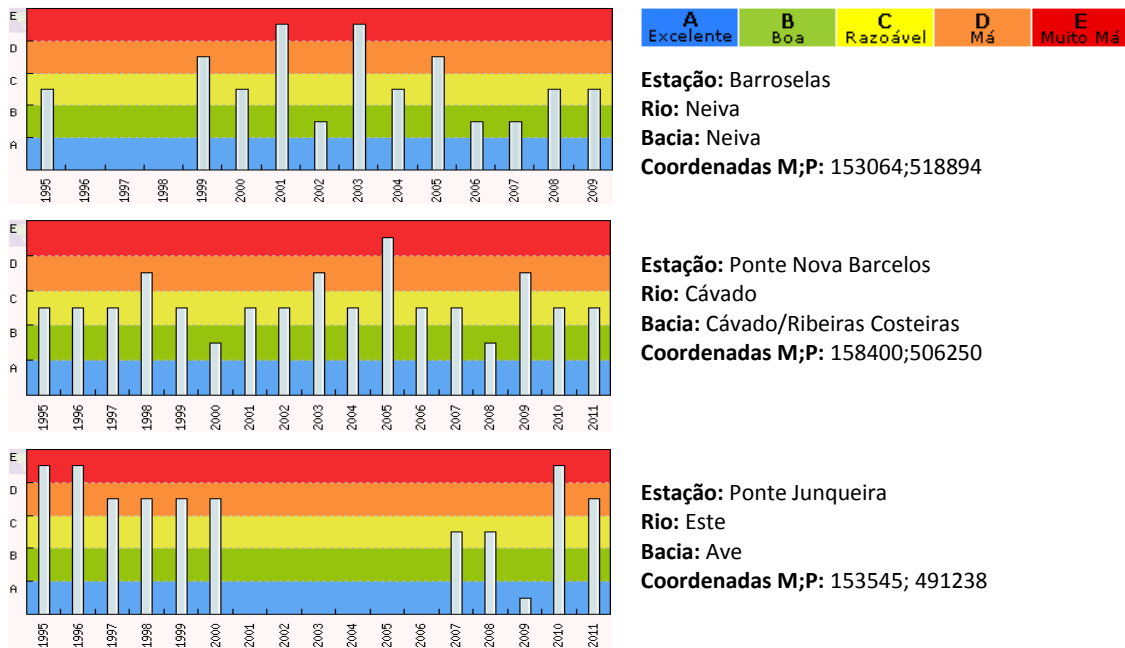


Figura 3: Qualidade da água superficial nos rios Neiva, Cávado e Este.  
 Fonte: SNIRH-INAG.

No que respeita à **qualidade das águas subterrâneas**, os dados da única estação ativa, localizada na freguesia de Midões (Figura 4), cuja finalidade é o abastecimento público, revelam que, desde 2006, os valores dos vários parâmetros analisados estão abaixo dos Valores Máximo Recomendáveis (VMR) indicando que estão em conformidade com a norma de qualidade de água para consumo humano, com exceção do pH, cujos valores estão abaixo do intervalo 6,5-8,5.

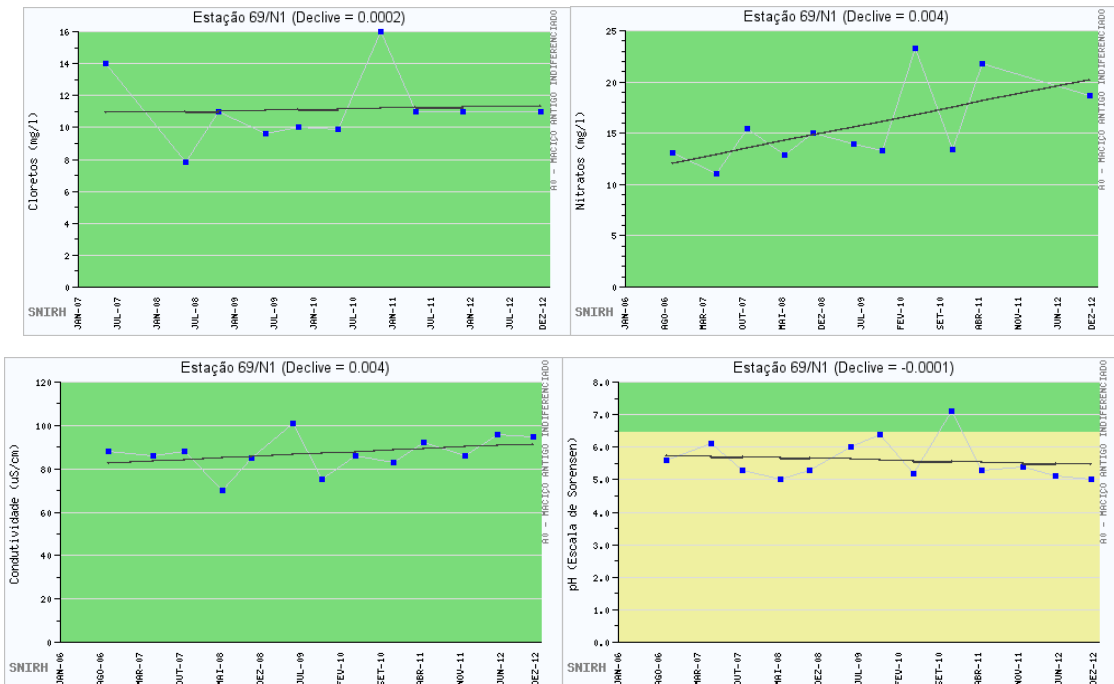


Figura 4: Evolução dos parâmetros de qualidade da estação 69/N1.  
 Fonte: SNIRH-INAG.

Em termos de **disponibilidade de águas subterrâneas**, segundo dados do SNIRH<sup>11</sup>, tanto a superfície piezométrica no sistema aquífero como a profundidade média do nível de água têm-se mantido constantes desde 2006 (Figura 5).

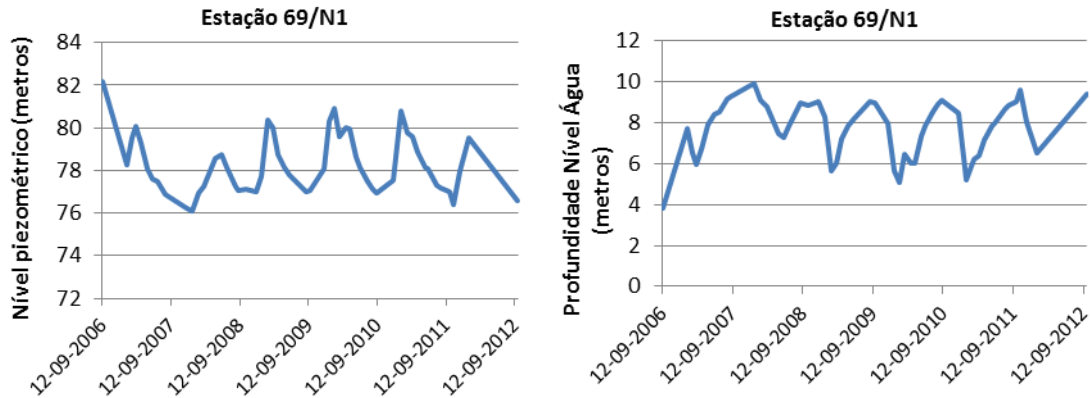


Figura 5: Dados da rede de quantidade de água subterrânea da estação 69/N1.

Fonte: SNIRH-INAG

A **população servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais** tem vindo a aumentar desde 2001, no entanto, em 2007 (último ano com referência de dados), apenas 47% e 42% da população, respetivamente, tinha acesso a este tipo de infraestruturas (INE, s.d.). Estes valores estão bastante abaixo das médias da sub-região Cávado e da região Norte.

Não são conhecidos, até à data, **projetos municipais para a gestão sustentável dos recursos hídricos**.

### Qualidade ambiental

A manutenção da integridade física do ambiente está associada a questões como o tratamento de resíduos, qualidade do ar, fontes de poluição e ruído.

No que concerne ao **tipo de tratamento e destino final dos resíduos urbanos** (RU) recolhidos no concelho, desde 2002 que os RU provenientes da recolha indiferenciada têm como destino final o aterro e os RU provenientes da recolha seletiva destinam-se à reciclagem (INE, s.d.). Destaca-se, assim, que não existe valorização energética e/ou orgânica dos RU recolhidos. Face aos **resíduos agrofloretais**, não existe valorização dos mesmos, apesar do grande potencial do concelho, como já referido.

Em relação à **evolução da qualidade do ar**, não existem dados para o concelho, visto que as estações de monitorização mais próximas localizam-se em Braga e, até ao momento, não foram efetuadas nenhuma campanha de medição (Relatório n.º6 dos Estudos de caracterização). Contudo, este mesmo relatório revela que as principais fontes de poluição atmosférica são essencialmente indústrias e veículos automóveis.

No concelho de Barcelos existem várias **atividades com potencial de geração de poluição**, nomeadamente associada à agricultura e indústria. A utilização de agroquímicos nas produções agrícolas intensivas e os efluentes não tratados das explorações pecuárias contribuem para a acidificação do solo e forte contaminação dos recursos hídricos (ENEPAI,

<sup>11</sup> <http://snirh.pt/>, consultado a 4 de Outubro de 2013

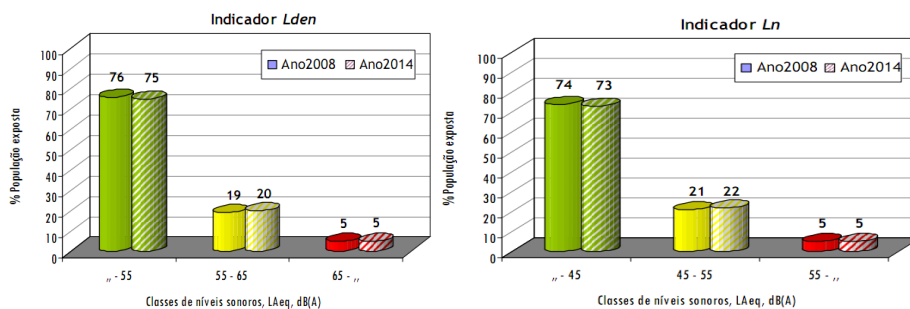
2007). Tal como referido no FCD #3, o setor primário tem uma grande representatividade no concelho. Segundo o Relatório do Espaço Rural da revisão do PDM (s.d.) “é hoje reconhecido que grande parte das explorações bovinas não dispõem de área de cultura suficiente para a absorção dos efluentes que produzem, carecendo de soluções de tratamento para exportação e/ou eliminação dos mesmos”.

A atividade industrial no concelho, associada ao setor têxtil, madeira, cerâmica e construção, apresenta um risco de contaminação resultante das águas residuais com resíduos sólidos, óleos usados e emissões atmosféricas (Relatório Síntese, 2012). A maior concentração de atividades do setor secundário ocorre na faixa em torno do vale do Cávado, em correspondência com as freguesias mais urbanizadas, o que pode significar uma maior pressão sobre os meios recetores desta zona.

Destaca-se a existência do Aquífero Livre de Esposende/Vila do Conde, classificado como Zona Vulnerável nº1, e que abrange cerca de 18% do território de Barcelos, a sudoeste, especialmente vulnerável à **poluição difusa** proveniente da agricultura (Relatório Barcelos 2020, 2011). Para além deste tipo de poluição, os níveis baixos de qualidade da água superficial também derivam da existência de atividades domésticas, industriais e agropecuárias, cujos efluentes não são tratados (Relatório Síntese, 2012).

De acordo com os dados do Relatório Barcelos 2020 (2011), outra fonte de poluição está associada à deposição ilegal de resíduos. Em 2004 foram identificados dois focos com incidência ambiental (IA) de grau 4 (máximo na escala de 1 a 4), dois com IA de grau 2 e um de grau 1, contudo não existem dados sobre a evolução dos mesmos.

A principal fonte de ruído no concelho de Barcelos é o tráfego rodoviário, associado às vias estruturantes (Relatório Barcelos 2020, 2011). A atividade industrial, apesar de menos significativa em termos de ruído, também deverá ser considerada. Na Figura 6 apresentam-se as estimativas de **população exposta a diferentes intervalos de níveis sonoros**, para os indicadores de ruído  $L_{den}$  e  $L_n$ , no âmbito dos Mapas de Ruído do concelho de Barcelos.



**Figura 6: Estimativas para os anos de 2008 e 2014 dos níveis de exposição da população do Concelho de Barcelos ao ruído em termos de  $L_{den}$  e  $L_n$  (indicador de ruído diurno-entardecer-noturno e indicador de ruído noturno).**

Fonte: Relatório de Atualização dos Mapas de Ruído do Concelho de Barcelos - Relatório n.º MR.1309/09-NP Abril de 2009.

Cerca de 75% da população está exposta a níveis de ruído ambiente compatíveis com zonas sensíveis ( $L_{den} < 55$  dB(A) e  $L_n < 45$  dB(A)), 95% da população está exposta a níveis de ruído ambiente compatíveis com zonas mistas ( $L_{den} < 65$  dB(A) e  $L_n < 55$  dB(A)) e 5% da população está em locais com níveis sonoros incompatíveis com zonas mistas, considerando ambos os

descritores. O aumento do tráfego rodoviário poderá originar um aumento dos níveis de ruído, expondo uma maior percentagem da população a níveis de ruído ambiente mais elevados.

### A3.3 – FCD#3 – Competitividade

#### Fileira agropecuária

De acordo com os dados mais recentes do INE, verifica-se que o **número de explorações agrícolas** em Barcelos tem vindo a diminuir ao longo dos anos, com uma redução de 39% entre 1989 e 1999, passando para 42% de explorações agrícolas 20 anos depois (Quadro 34). No mesmo período (1989-2009) a **superfície agrícola utilizada** (SAU) decresceu também em 30%.

Na zona Sul do concelho, onde se localizam a maior percentagem de áreas classificadas como RAN e onde a dimensão das parcelas agrícolas é superior, a SAU é maior face à região Norte (com superfícies entre 41% e 59% superiores).

Quadro 34: Evolução do número de explorações agrícolas e SAU na NUT III do Cávado entre 1989 e 2009.

Fonte: INE – Estatísticas Territoriais, 2011.

Parâmetros	Número de explorações agrícolas			Superfície agrícola utilizada (ha)		
	1989	1999	2009	1989	1999	2009
<b>Concelhos</b>						
<b>Amares</b>	1509	906	678	3513	2127	1928
<b>Barcelos</b>	<b>6524</b>	<b>4012</b>	<b>2737</b>	<b>15540</b>	<b>12236</b>	<b>10985</b>
<b>Braga</b>	2408	1746	1180	6895	5050	3689
<b>Esposende</b>	2391	1321	824	3726	2622	2105
<b>Terras de Bouro</b>	1123	756	490	4542	8438	6786
<b>Vila Verde</b>	4084	2690	1977	9409	5856	5104

Os dados disponíveis mostram que em 1999 existiam **várias explorações de agricultura biológica e/ou com sistemas de proteção integrada** (Figura 7). Não é, no entanto, possível apontar uma tendência para este indicador.

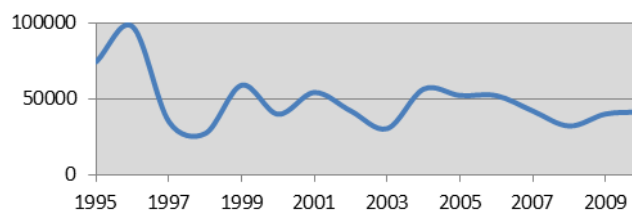


Figura 7: Explorações que praticam agricultura biológica/integrada em 1999.

Fonte: Relatório Síntese (2012).

Associado à atividade agrícola é de destacar a **produção de vinho**, que, tal como demonstrado na Figura 8, sofreu uma redução drástica em 1996, tendo desde então sofrido oscilações na sua produção, mas sempre com valores muito abaixo dos 97389 hl atingidos em 1996. De notar, que as condições edafoclimáticas de Barcelos são favoráveis à vitivinicultura, horto-fruticultura e floricultura.





**Figura 8: Produção vinícola declarada em vinho (hl) no concelho de Barcelos.**

Fonte: INE – Estatísticas Territoriais, 2011.

Relativamente à pecuária, verifica-se um aumento no **número de cabeças de gado por hectare** no concelho de Barcelos entre 1989 e 2009 (Quadro 35).

**Quadro 35: Cabeças normais de gado por superfície agrícola utilizada (CN/ha).**

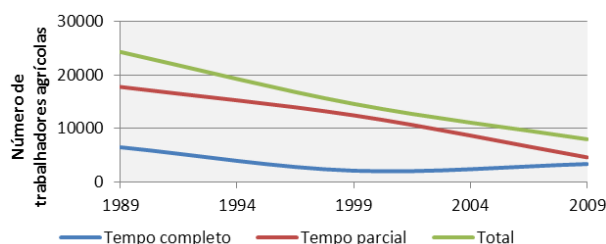
Fonte: Adaptado de INE – Estatísticas Territoriais.

Região \ Data	1989	1999	2009
Norte	0,72	0,72	0,57
Cávado	1,59	2,14	2,23
Barcelos	2,13	3,69	3,71

O concelho apresenta um **índice de cabeças normais de gado por superfície agrícola** bastante superior à média da Região do Cávado e da Região Norte, evidenciando a importância do setor.

Segundo o Relatório do PDM para o Espaço Rural (s.d.), o facto de grande parte destas explorações se encontrarem na ilegalidade e a aplicação das novas normas impostas pela Reforma da PAC, têm levado os proprietários a procurar o licenciamento e/ou legalização das instalações junto da CMB, o que nem sempre é possível por condicionantes ao uso do solo estabelecidas no PDM. Também segundo o mesmo relatório, esta situação começa a pôr em risco a viabilidade económica de muitas explorações leiteiras.

A fileira agropecuária do concelho de Barcelos depara-se ainda com a redução do **número de trabalhadores agrícolas a tempo completo e tempo parcial** (Figura 9) que, entre 1999 e 2009, reduziu 45%. Verifica-se ainda que a maioria destes trabalhadores exercem a atividade em tempo parcial.



**Figura 9: Número de trabalhadores agrícolas a tempo completo e tempo parcial entre 1989 e 2009.**

Fonte: INE – Estatísticas Territoriais, 2011.

Em termos de **explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas**, o Quadro 36 mostra uma clara tendência de queda do setor em todas as atividades apresentadas, destacam-se as atividades ligadas à transformação dos produtos agroalimentares, com uma diminuição drástica.

**Quadro 36: Explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas (Nº).**

Fonte: INE – Estatísticas Territoriais.

Atividades	Região e data	Norte		Cávado		Barcelos	
		1999	2009	1999	2009	1999	2009
Turismo rural e atividades diretamente relacionadas		178	252	34	29	13	13
Artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares		127	39	10	3	7	2
Transformação de produtos agrícolas alimentares		19022	261	2060	9	622	4
Produção florestal		-	1918	-	8	-	3
Prestação de serviços		918	571	85	55	23	19
Transformação de madeira		336	33	70	2	19	1
Aquacultura		16	8	3	1	1	1
Produção de energias renováveis		1	22	-	-	-	-
Outras atividades lucrativas		216	39	48	6	25	3
<b>Total</b>		<b>20375</b>	<b>3011</b>	<b>2213</b>	<b>104</b>	<b>674</b>	<b>42</b>

### Fileira do artesanato

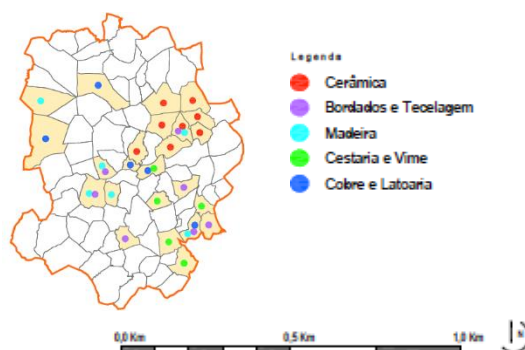
O artesanato é uma marca de identidade do concelho, constituindo o seu maior recurso turístico (Relatório e Proposta da Carta Turística de Barcelos, 2004). As 74 **oficinas artesanais** que se encontravam no concelho em 2008 produziam cinco **tipos de artesanato**: cerâmica, bordados e tecelagem, madeira, cestaria e vime, cobre e latoaria (Quadro 37), observando-se com uma incidência forte sobre a zona Este do concelho (Figura 10).

O Relatório para o Espaço Rural (s.d.) salienta também a importância deste sector enquanto atividade complementar de apoio à sustentabilidade económica no espaço rural.

**Quadro 37: Tipologia e número de oficinas artesanais existentes em Barcelos.**

Fonte: Relatório Saber, Tradição, e Inovação na dinâmica da Cidade, Câmara Municipal de Barcelos, 2008.

Tipologia	N.º de oficinas artesanais no Concelho de Barcelos
Cerâmica	43
Bordados e tecelagem	10
Madeira	9
Cestaria e Vime	5
Cobre e Latoaria	7
<b>Total</b>	<b>74</b>


**Figura 10: Tipologias de artesanato existentes em Barcelos, segundo a presença de oficinas artesanais.**

Fonte: Relatório Saber, Tradição, e Inovação na dinâmica da Cidade, Câmara Municipal de Barcelos, 2008.

O município disponibiliza um serviço que se dedica a apoiar, promover, dinamizar e estruturar a atividade artesanal do concelho, serviço que conta com uma estrutura técnica que liga o artesanato local às estruturas nacionais e internacionais<sup>12</sup>. Uma das atividades desenvolvidas é o apoio à participação em feiras nacionais e internacionais, não sendo, no entanto, possível concluir sobre a **eficácia dos apoios locais ao sector do artesanato** especificamente desenvolvidos por este serviço.

No entanto, no que toca à **colocação de produtos em mercados internacionais**, a mesma nota informativa refere que as unidades produtivas artesanais possuem capacidade de colocação de produtos no exterior, com especial incidência nos mercados espanhol, francês e alemão. Designadamente, o “Galo de Barcelos” apresenta um mercado de exportação relevante, havendo registos de colocação do produto em mercados como o do Japão, Cabo Verde, Brasil, EUA, Canadá, África do Sul e pela generalidade dos países europeus. Apesar disto, não existe - na comunidade artesanal - uma propensão para a exportação como área de negócio definida.

A nota já referida menciona que o setor atravessa dificuldades, nomeadamente devido à elevada média de idade dos artesãos, à insuficiência de estruturas de apoio e à falta de aconselhamento e assistência técnica.

#### Valorização do turismo

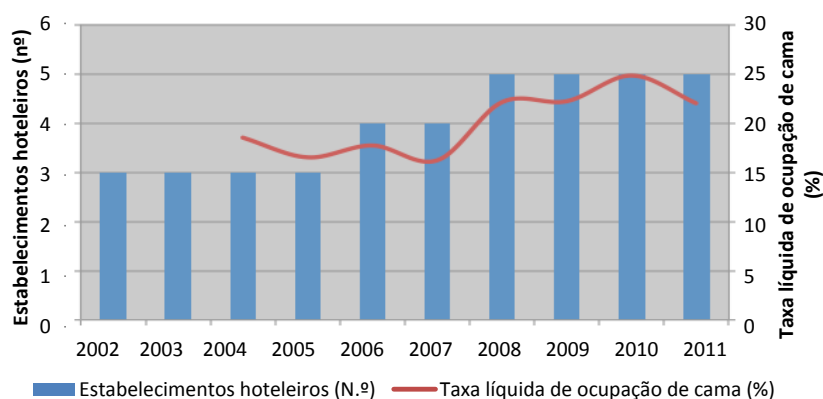
O turismo em Barcelos mantém uma relação sinérgica com o setor do artesanato mas também com a identidade rural do concelho, como se constata pelo **número de pedidos de licenciamento de unidades para alojamento nas diversas modalidades de Turismo no Espaço Rural (TER)** entre 1990 e 2003 (Quadro 38).

**Quadro 38: Número de pedidos de admissão à modalidade TER e unidades licenciadas em 26.02.2003 pela DGT.**  
Fonte: Relatório e Proposta da Carta Turística do Concelho, 2004.

Modalidade de Alojamento Solicitada	Nº de pedidos de admissão à modalidade de TER	Unidades existentes por categoria em 26.02.2003 pela Direção Geral de Turismo
Turismo Rural	38	8
Turismo de Habitação	20	6
Agroturismo	4	1
Casa de Campo	3	1
Hotéis Rurais	0	0
Parques de Campismo Rurais	0	0
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>16</b>

Na Figura 11, apresentam-se os dados referentes ao número de estabelecimentos hoteleiros e à **taxa de ocupação de camas** desses estabelecimentos. Estes dados diferem dos da Direção Geral do Turismo, mas permitem verificar que, o número de estabelecimentos hoteleiros aumentou entre 2005 e 2011 tendo-se mantido constante desde então e que a taxa de ocupação de cama sofreu a mesma evolução tendo estabilizado entre os 20% e 25%.

<sup>12</sup> Nota de informação Sumária – Barcelos Turismo; PDM – Informação para relatório de avaliação ambiental; Janeiro 2012.



**Figura 11: Estabelecimentos hoteleiros e taxa líquida de ocupação de cama entre 2001 e 2011.**

Fonte: INE – Estatísticas Territoriais, 2011.

Relativamente ao indicador, **rotas turísticas em torno do património cultural**, Barcelos - concelho integrado na região “Porto e Norte de Portugal” do PENT<sup>13</sup> - surge associado a produtos de *Touring Cultural* e Paisagístico e Turismo da Natureza, bem como de saúde e bem-estar onde o termalismo, a gastronomia e os vinhos são os principais recursos (Relatório Barcelos 2020, 2011 e ART-PN, 2009). Segundo o Relatório da Carta Turística de Barcelos (elaborado no âmbito do processo de revisão do PDM), as várias potencialidades de exploração turística não estão convenientemente aproveitadas, devido essencialmente aos seguintes pontos:

- Falta de equipamentos de lazer, recreio e animação ao serviço do visitante;
- Inexistência de estratégias de desenvolvimento turístico;
- Desaproveitamento de locais com potencial turístico.

Não obstante, existem, de acordo com o Relatório Barcelos 2020 (2011), projetos em curso e em estudo que têm potencial para melhorar a qualidade do turismo local (ver Quadro 44).

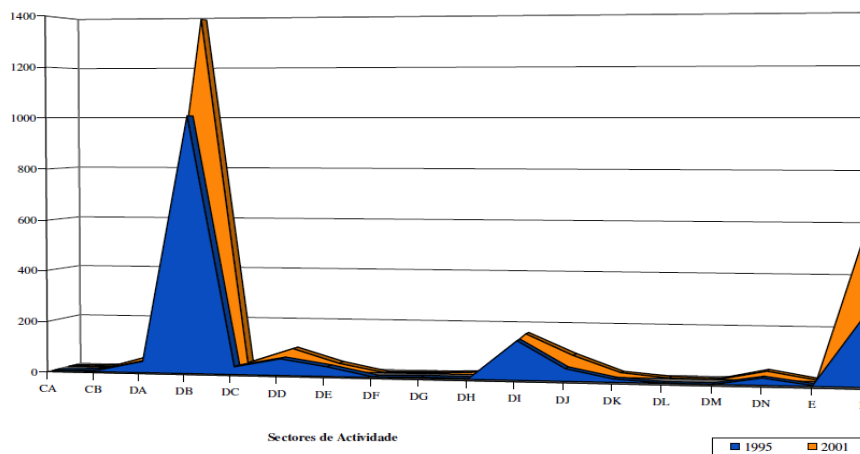
De acordo com a informação do Turismo de Barcelos<sup>14</sup>, existem **rotas em torno do património cultural** que são um ativo relevante no turismo local. De referir, que estas rotas envolvem cerca de 30% do fluxo de procura registada no posto de turismo.

### *Diversidade funcional*

Segundo o Relatório de Atividades Económicas (Relatório 1 da revisão do PDM Barcelos), o sector secundário concentra-se sobretudo nos sectores têxtil (DB), madeira (DD), cerâmica (DI), e da construção (F), empregando no seu conjunto 55,4% da população ativa. Entre 1995 e 2001 (Figura 12) o concelho de Barcelos viu crescer, na sua generalidade, o **número de empresas do setor secundário** mantendo-se no entanto, o perfil da estrutura funcional referido.

<sup>13</sup> Plano Estratégico Nacional do Turismo

<sup>14</sup> Nota de informação Sumária – Barcelos Turismo; PDM – Informação para relatório de avaliação ambiental; Janeiro 2012.



**Figura 12: Número de empresas do setor secundário entre 1995 e 2001.**

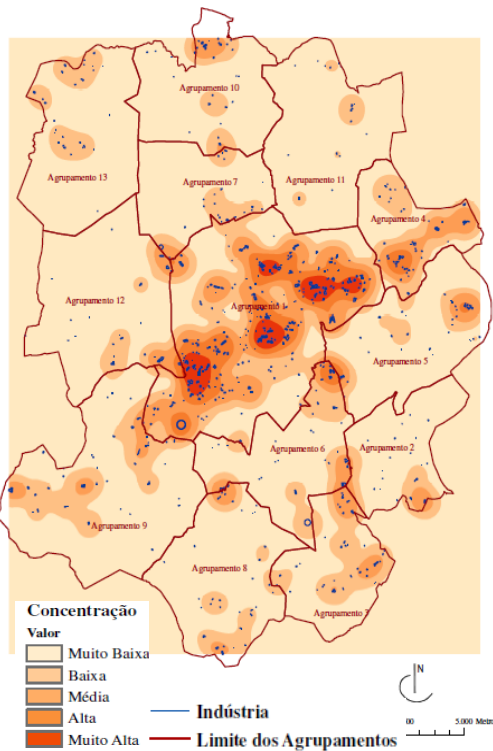
Fonte: Relatório de Atividades Económicas (Relatório 1 da revisão do PDM Barcelos), s.d.

O **espaço afeto a atividades industriais** representa 1,3% (4,7 Km<sup>2</sup>) da área do concelho. Segundo o Relatório de Atividades Económicas, um dos principais problemas de localização industrial com que se defronta a gestão municipal prende-se com a falta de uma estratégia que seja capaz, de forma clara, de criar um conjunto de regras de simples entendimento que ordenem mais eficazmente a distribuição dos estabelecimentos industriais.

De facto, das 823 estruturas industriais existentes no concelho:

- 33% estão contidas em espaços industriais;
- 59% não se encontram inseridas em espaço industrial;
- 4% localizam-se num raio de 50 m dos espaços industriais;
- 4% localizam-se num raio de 100 m dos espaços industriais.

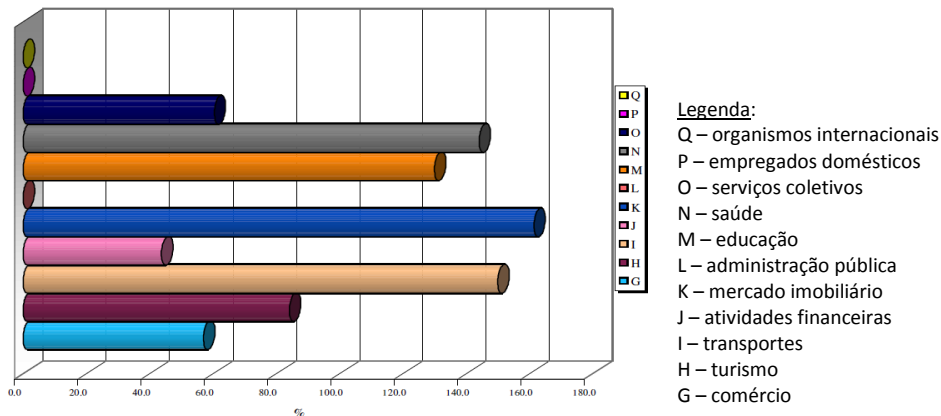
O mesmo relatório salienta os estrangulamentos ambientais inerentes a esta dispersão espacial (Figura 13), assim como o tipo de especialização industrial dominante, já de si potencialmente perturbadora para a qualidade do ambiente, são assim destacados 4 **clusters industriais**.



**Figura 13: Clusters industriais no concelho de Barcelos.**

Fonte: Relatório de Atividades Económicas (Relatório 1 da revisão do PDM Barcelos), s.d.

O número de estabelecimentos do setor terciário apresentou uma tendência crescente significativa na década de 2000, como se pode constatar pela análise da Figura 14, em sintonia com o fenómeno global de terciarização das atividades económicas. A ausência de dados mais recentes impossibilita retirar conclusões sobre tendências mais atuais.



**Figura 14: Taxa de variação do número de estabelecimentos terciários (1995-2001).**

Fonte: Relatório de Atividades Económicas (Relatório 1 da revisão do PDM Barcelos), s.d.

Os sectores do mercado imobiliário (K) e transportes e comunicações (I) registaram as maiores taxas de variação entre 1995 e 2001.

Observando o índice de distância económica, (Relatório 1 da revisão do PDM Barcelos; s.d.) comparativamente aos concelhos envolventes, Barcelos apresenta um nível de desenvolvimento socioeconómico inferior à média, como se pode constatar pela dos Resultados de Distância Económica (Quadro 39). Em termos relativos, Barcelos posiciona-se todavia em quarto lugar, sendo de destacar que dois dos concelhos que prevalecem são

capitais de distrito (Braga e Viana do Castelo), o que revela alguma capacidade de articulação entre elementos sociais e económicos.

**Quadro 39: Resultados de distância económica.**

Fonte: Relatório de Atividades Económicas (Relatório 1 da revisão do PDM Barcelos), s.d.

Concelhos	Distância Económica
Braga	3,30
Viana do Castelo	2,17
Guimarães	1,68
Barcelos	<b>1,01</b>
Vila Nova de Famalicão	0,96
Amares	0,00
Esposende	0,00
Terras de Bouro	0,00
Vila Verde	0,00
Fafe	0,00
<b>Média</b>	<b>2,03</b>

No âmbito do Relatório de Atividades Económicas foi ainda calculado, enquanto indicador da capacidade de crescimento de áreas empresariais, o **índice de oportunidade** (Quadro 40), segundo o qual, o concelho de Barcelos apresenta níveis de oportunidade de crescimento empresarial acima da média dos concelhos analisados, sendo o índice mais elevado nos concelhos a Este e Sudeste de Barcelos, nomeadamente Braga e Vila Nova de Famalicão.

**Quadro 40: Resultados do índice de Oportunidade.**

Fonte: Relatório de Atividades Económicas (Relatório 1 da revisão do PDM Barcelos), s.d.

Concelhos	Fator
Ponte de Lima	7
Viana do Castelo	4
Barcelos	<b>3</b>
Braga	1
Esposende	6
Vila Verde	8
Vila Nova de Famalicão	2
Póvoa de Varzim	5
<b>Média</b>	<b>4,5</b>

## A3.4 – FCD#4 – Organização e gestão municipal

### *Organização e comunicação interna e externa*

Administrativamente, o concelho de Barcelos é constituído por 89 freguesias. De acordo com o Relatório Barcelos 2020 (2011), este elevado número de freguesias dificulta o exercício de planeamento e gestão territorial. Para o município existe a “Proposta Concreta de Reorganização Administrativa do Município de Barcelos” da UTRAT, onde é proposta a diminuição de 89 para 61 freguesias.

A 11 de Novembro de 2010 foi aprovada a nova **estrutura orgânica municipal**, Estrutura Mista, baseada no modelo de estrutura orgânica do Regulamento Orgânico do Município de Barcelos. Fazem também parte da estrutura da autarquia duas empresas municipais, ambas criadas em

1999: a Empresa Municipal de Desportos de Barcelos (EMD) e a Empresa Municipal de Educação e Cultura (EMEC) que, presentemente, serão sujeitas a fusão com transferência do património da EMD para a EMEC<sup>15</sup> (em concordância com o estabelecido na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto).

Sobre a **articulação dos serviços internos municipais**, à data são insuficientes as informações existentes relativas a este indicador para caracterizar as tendências atuais do município.

O município de Barcelos aderiu, a 7 de outubro de 2010, ao Programa Simplex Autárquico 2010/2011. De acordo com o Relatório do Programa Simplex, o município de Barcelos ficou abaixo do limiar de 75% de **taxa de execução de projetos de desenvolvimento** inseridos no mesmo programa, com 63% de taxa de execução de medidas municipais, e 78% de taxa de execução de medidas intersectoriais (com a administração central) – Quadro 41.

**Quadro 41: Desempenho global do município de Barcelos na execução das iniciativas de simplificação autárquica do programa Simplex.**

Fonte: Relatório Simplex Autárquico 2010/2011.

Medidas Municipais	Medidas Intersectoriais
<b>Cumpridas</b>	
Digitalização progressiva da documentação Reprodução na hora.	Fornecedor de Autenticação. Cartão do Cidadão. Rede Comum do Conhecimento. Licenciamento Industrial – Registo e Utilização da Plataforma REAI. A minha Rua. Cooperação administrativa comunitária.
<b>Parcialmente Cumpridas</b>	
SMS/MMS Informa. Atendimento multicanal integrado (estado: falta unificar o atendimento presencial num único espaço físico e submissão eletrónica de requerimentos). SIG <i>online</i> (estado: em fase final de implementação). Emissão de planta de localização e plantas do PDM de 2ª Geração (estado: a aguardar aprovação do novo PDM). Simulador de taxas municipais <i>online</i> (estado: contratualizado e a aguardar conclusão do projeto por parte do fornecedor externo). Gestão da qualidade do município.	Balcão do empreendedor – disponibilização de serviços. Licenciamento Industrial – Integração de Sistemas de Informação.
<b>Não cumpridas</b>	
	Serviços Municipais no Portal do Cidadão e Portal da Empresa

Uma das medidas mais relevantes previstas no Programa Simplex Autárquico é a implementação de serviços de atendimento concentrado como é o caso do **Balcão Único de Atendimento**. Contudo está ainda em falta a criação de um espaço físico para o atendimento

<sup>15</sup> <http://www.cm-barcelos.pt/noticias/arquivo/2013/fevereiro/camara-municipal-aprova-fusao-das-empresas-municipais>



aos utentes e submissão de eletrónica de requerimentos, e concluída a disponibilização de formulários, regulamento e informações úteis, bem como a consulta *online* de processos de obras particulares.

Relativamente ao **n.º, tipo e frequência de sessões de envolvimento público**, o Relatório Síntese (2012) constata a ineficácia dos processos de participação pública nos PMOT. O município apresenta baixos níveis de envolvimento público, à exceção de casos de foro ambiental. O desenvolvimento de orçamentos participativos, como componente estratégica e iniciativa de promoção de participação pública nos processos de governação local, nunca foram adotados pela CMB, não existindo informação de para quando a realização do primeiro. Em relação a processos de escrutínio público autárquico<sup>16</sup>, o município apresentou uma média de 25,8% de abstenção em relação aos processos de 2001, 2005 e 2009, contra 30,15% de média do distrito de Braga. No último processo (2013) verificou-se um aumento nos valores de abstenção: 30,89% em Barcelos contra 37,39% no distrito de Braga.

De acordo com o Relatório Barcelos 2020 (2011), verificam-se lacunas de articulação institucional na participação em **redes de apoio e informação** do município de Barcelos. No âmbito do turismo o município está inserido em duas redes regionais com projetos conjuntos: CIM Cávado, e consórcio MINHO-IN. Em termos de informação, destaca-se o serviço de atendimento online intitulado “Na minha rua”, disponibilizado no site da CMB, onde os cidadãos podem reportar situações relativas a espaços públicos e o projeto maisBarcelos.pt<sup>17</sup> que promove a criação de canais de comunicação/informação online de todo o concelho integrando Juntas de Freguesia, agentes de educação, empresas e municípios.

#### **Gestão financeira e promoção de dinamismo económico**

No que respeita à **sustentabilidade financeira municipal**, no final de 2009 a dívida global do município foi 46,5 milhões de euros, cerca de 35,5% superior ao previsto em 2008 (31 milhões de euros<sup>18</sup>), e inferior ao observado em 2010 (38 milhões de euros)<sup>19</sup>. É importante referir que o orçamento de 2012 (aproximadamente 67,7 milhões de euros) para o município de Barcelos foi o mais baixo dos municípios da região do Norte (com orçamento per capita mais baixo, na ordem dos 562)<sup>20</sup>.

A Figura 15 apresenta uma comparação da relação receitas e despesas para Portugal, região do Cávado e município de Barcelos onde é possível constatar que para o município de Barcelos existe uma tendência crescente mais ou menos constante desde 2006. Desde 2007 o valor da relação é superior a 100%, o que indica que as despesas ultrapassam as receitas da mesma natureza.

<sup>16</sup> <http://www.eleicoes.mj.pt/>

<sup>17</sup> <http://www.maisbarcelos.pt/>

<sup>18</sup> Grandes Opções do Plano e Orçamento 2009.

<sup>19</sup> Grandes Opções do Plano e Orçamento 2012.

<sup>20</sup> Orçamentos Municipais 2012, Região do Norte de Portugal, CCDR Norte.

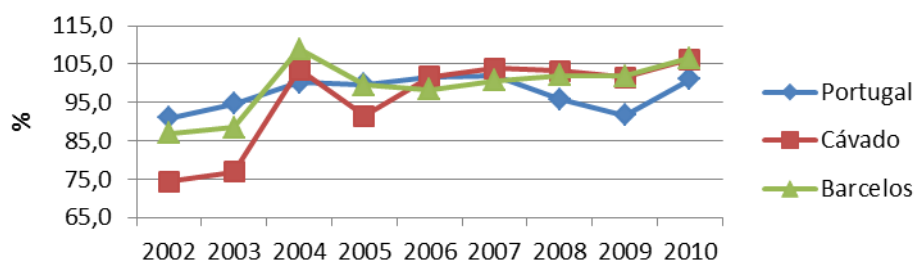


Figura 15: Relação entre receitas e despesas: Comparação Portugal, Cávado e Barcelos.

Fonte: INE – Anuários Estatísticos da Região Norte

No Quadro 42 está representada a variação das **despesas por classificação orgânica/económica**<sup>21</sup> do orçamento municipal de Barcelos de 2010 para 2012. A partir dos valores apresentados verifica-se uma diminuição de 96,7% no valor dos ativos financeiros, e uma diminuição de 40% no valor das outras despesas correntes. Em contrapartida, verifica-se um aumento de 9,3% no valor dos juros e outros encargos, e 25,2% nas transferências de capital.

Quadro 42: Discriminação da despesa pública por classificação orgânica/económica para 2010 e 2012.

Fonte: Orçamentos Municipais 2010 e 2012, Região do Norte de Portugal, CCDR Norte.

Designação por classificação económica	2010 (€)	2012 (€)	Variação (%)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>37 438 870</b>	<b>36 551 704</b>	<b>-2,4</b>
Despesas com o pessoal	14 818 380	13 453 100	-9,2
Aquisição de bens e serviços	13 752 800	14 912 500	8,4
Juros e outros encargos	440 000	480 989	9,3
Transferências correntes	4 438 000	3 804 115	-14,3
Subsídios	3 154 690	3 400 000	7,8
Outras despesas correntes	835 000	501 000	-40,0
<b>Despesas de Capital</b>	<b>34 562 552</b>	<b>31 120 189</b>	<b>-10,0</b>
Aquisição de bens de capital	28 385 775	20 648 280	-27,3
Transferências de capital	6 312 277	7 905 365	25,2
Ativos financeiros	1 500	50	-96,7
Passivos financeiros	2 861 000	2 564 494	-10,4
Outras despesas de capital	2 000	2 000	0,0
<b>Outras Despesas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>
Outras despesas	0	0	0,0
<b>Serviços Municipalizados</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>72 001 422</b>	<b>67 671 893</b>	<b>-6,0</b>

Em relação às **despesas municipais por classificação funcional**, o Quadro 43 apresenta a sua variação para o período de tempo entre 2009 e 2013. Verifica-se um aumento de 88,0% nas despesas com educação, 122,6% no valor das transferências entre administrações, e 790% nas despesas com indústria e energia. Em contrapartida, verifica-se uma diminuição nas despesas de habitação e serviços coletivos (-69,1%), em saúde (-100%), em transportes e comunicações (-72,4%), e no valor dos serviços gerais da administração pública (-41,8%).

<sup>21</sup> De acordo com os códigos de classificação económica das despesas públicas definidos pelo decreto-lei n.º26/2002, de 14 de Fevereiro.

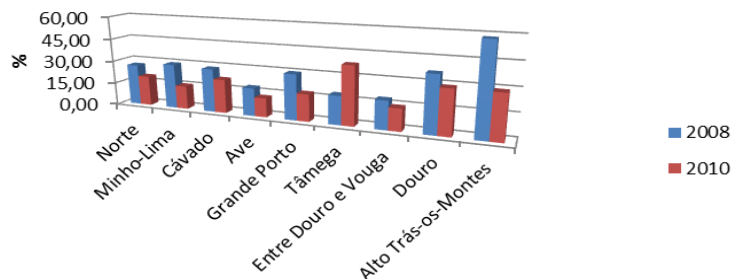
**Quadro 43: Discriminação das despesas de acordo com a classificação funcional do POCAL, para 2009 e 2013.**

Fonte: Grandes Opções do Plano e Orçamento 2009 e 2013.

Agregação por classificação funcional	2009 (€)	2013 (€)	Variação (%)
<b>Funções Gerais</b>	<b>1 379 000</b>	<b>1 005 600</b>	<b>-27,1</b>
Serviços gerais da administração pública	962 000	560 050	-41,8
Segurança e ordem públicas	417 000	445 550	6,8
<b>Funções Sociais</b>	<b>21 062 300</b>	<b>15 606 363</b>	<b>-25,9</b>
Educação	4 641 200	8 724 000	88,0
Saúde	500 000	50	-100,0
Habitação e serviços coletivos	12 165 100	3 753 550	-69,1
Serviços culturais, recreativos e religiosos	3 756 000	3 128 763	-16,7
<b>Funções Económicas</b>	<b>12 177 568</b>	<b>4 441 868</b>	<b>-63,5</b>
Indústria e energia	100 000	890 000	-790
Transportes e comunicações	11 996 568	3 306 868	-72,4
<b>Outras Funções</b>	<b>4 020 500</b>	<b>8 399 450</b>	<b>108,9</b>
Transferências entre administrações	3 683 000	8 198 800	122,6
Diversas não especificadas	337 500	200 650	-40,5
<b>Total</b>	<b>38 639 368</b>	<b>29 423 281</b>	<b>-23,9</b>

Em matéria de **mecanismos de incentivos à localização empresarial**, a ACIB (Associação Comercial e Industrial de Barcelos) apresenta apoios a diversos programas de incentivos às empresas, como PME Investe (Linha de Crédito), Linha de Crédito PME Crescimento, ModCom (Modernização do Comércio), QREN (SI Qualificação e internacionalização PME), QREN (SI Inovação), e PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013). Outra entidade presente no concelho é a Entidade Regional de Turismo (ERT), cujos contributos para o desenvolvimento turístico não são percecionadas pelos empresários locais (Relatório Barcelos 2020, 2011). Contudo não são conhecidos à data os mecanismos fiscais para a localização empresarial devido à insuficiente informação existente.

Em relação ao de **investimento empresarial dos concelhos periféricos** a Barcelos, é possível analisar a variação da taxa de investimento empresarial para a NUT III do Norte entre 2008 e 2010. Para a sub-região estatística do Cávado, pela Figura 16, verifica-se uma diminuição de investimento a nível empresarial de 2008 para 2010, e neste último ano, o investimento é inferior à média da região Norte.


**Figura 16: Taxa de Investimento Empresarial da NUT III Norte.**

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2009 e 2011.

Importante salientar, no que concerne ao investimento empresarial, o concelho carece de infraestruturas de base tecnológica, centros tecnológicos, ou mesmo centros de investigação

em comparação com os concelhos periféricos que compõem o RUCI Quadrilátero (Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão) (Relatório Barcelos 2020, 2011).

#### *Evolução da dinamização de projetos de cooperação intermunicipal*

Em relação a **estratégias municipais e intermunicipais**, no Quadro 44 são apresentados projetos intermunicipais para o setor do turismo.

**Quadro 44: Projetos em estudo/curso no âmbito da temática do Turismo.**

Fonte: Relatório Barcelos 2020 (2011).

Nome	Conteúdo	Entidade	Estado
<b>Mercado Tradicional</b>	Criação de rede de produtos de excelência na euro-região, estudo dos mercados da euro-região e realização do grande mercado tradicional da euro-região	EIXO ATLÂNTICO Parceria entre 4 municípios da euro-região, com o eixo a chefe de fila	Em curso
<b>Criação do Centro de Promoção das artes tradicionais</b>	Recuperação da casa da Rosa Ramalho para criação de estruturas de monitorização do artesanato local e regional	CIM Cávado/ MINHO-IN	Em curso
<b>Criação do Núcleo Ecoturístico do Neiva</b>	Criação de um percurso interpretativo, recuperação de unidades molinológicas e criação de centro interpretativo	CIM Cávado	Em estudo
<b>Sinalização no Vale da Cávado</b>	Sinalização e criação de linhas de leitura do território	CIM Cávado	Em estudo

O Quadro 45 apresenta ainda outras estratégias municipais e intermunicipais existentes entre a CMB e entidades diversas.

**Quadro 45: Estratégias municipais e intermunicipais por temática de desenvolvimento.**

Fonte: Relatório Barcelos 2020 (2011).

Temáticas	Entidades e descrição da estratégia
<b>Território</b>	CIM Cávado, com parecerias em projetos de planeamento territorial, qualificação do território, etc.
<b>Agricultura</b>	Estratégias reduzidas ou inexistentes de valorização do património genético agrário local ou regional
<b>Ambiente</b>	RESULIMA, parceiro no desenvolvimento de soluções infraestruturais e inovadoras no apoio ao comportamento sustentável dos cidadãos e empresas
<b>Cultura</b>	RUCI Quadrilátero, com estratégias de fomento à fixação de artistas, desenvolvimento de atividades culturais, e estímulo à mobilidade cultural intercidades da mesma rede urbana
<b>Social</b>	CIM Cávado, com projetos de desenvolvimento inseridos na Rede Social Municipal (elaboração da Carta Social, qualificação do tecido social, IPSS, ONG)
<b>Geoestratégica</b>	RUCI Quadrilátero, com parceria na Rede de Cidades Sustentáveis

No município de Barcelos, a elevada concentração industrial concretiza-se maioritariamente por mecanismos de desenvolvimento de base local/regional, apoiados por **parcerias público-privadas** (Relatório Barcelos 2020, 2011). Uma controversa parceria verifica-se com as Águas de Barcelos, S.A. (ADB), concessionada desde 2005 até 2035, com contrato com a CMB, e com responsabilidades ao nível de captação, adução e tratamento de água. Este processo tem criado problemas de ordem política, contratual e social, com um aumento do preço dos serviços no consumidor.

Foi criada a Agência Municipal de Investimento e Desenvolvimento Económico que, em concertação com outras competências municipais, é uma aposta na **captação e dinamização de investimentos** privados no município<sup>22</sup>.

Sobre a **relação capacidade/custo total de produção empresarial**, à data são insuficientes as informações existentes relativas a este indicador para caracterizar as tendências atuais do município.

### A3.5 – FCD#5 – Ordenamento territorial

Relativamente ao **número de equipamentos de educação** (Figura 17), podemos verificar que o município apresenta um maior número de equipamentos para educação pré-escolar e 1º ciclo.

Também é possível verificar um ligeiro aumento entre 2006 e 2011 para os equipamentos privados de educação pré-escolar e uma diminuição nos equipamentos públicos de 1º ciclo.

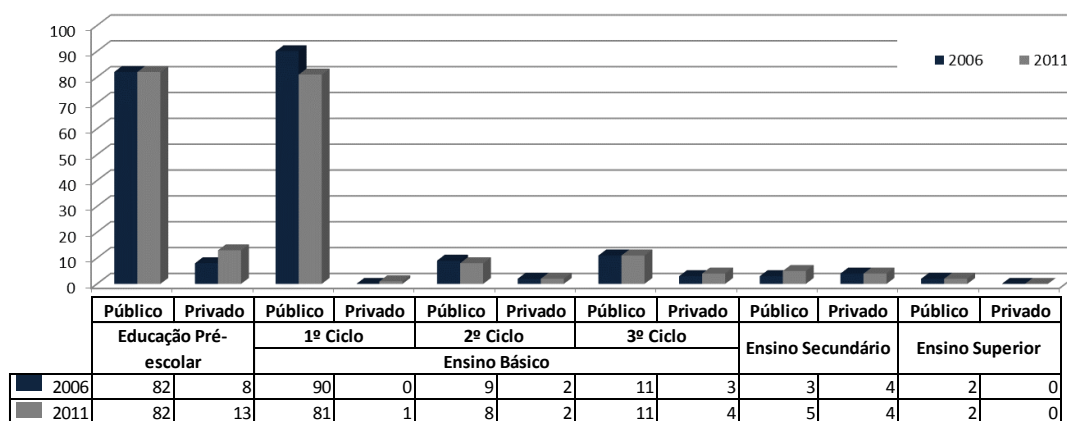


Figura 17: Número de estabelecimentos de educação/ensino nos anos letivos 2006/2007 e 2010/2011 para o município de Barcelos.

Fonte: INE – Anuários Estatísticos da Região Norte; 2007; 2011.

Relativamente ao **número de equipamentos** de 2º e 3º ciclos (EB2,3), a Carta Educativa – Caracterização e Diagnósticos de Equipamentos Educativos (2006), reconhece a existência de assimetrias na distribuição das infraestruturas, maioritariamente na zona sul do concelho, justificando-se a inclusão de um novo equipamento EB2,3, para servir a população e aliviar a sobrecarga das outras escolas (EB 2,3 Rosa Ramalho e EB 2,3 ES/3º de Barcelinhos).

Verifica-se igualmente uma assimetria, no **número de equipamentos** de ensino secundário.

Por fim, no que diz respeito ao ensino superior, o **número de equipamentos**, manteve-se até à data, no entanto, verifica-se que há uma falta de conexão entre a oferta de formação e a economia local.

Através da comparação da resposta para 2006 com a resposta ideal, relativa à **capacidade de estabelecimentos de educação/ensino** podemos ver pela Figura 18, que apenas para o 1º e 2º

<sup>22</sup> Relatório Estratégia Municipal Barcelos 2020, Parte 1

ciclo do ensino básico o nível de atendimento é o requerido, sendo que todos os outros níveis de ensino apresentam respostas inferiores às ideais (exceto o ensino superior, que não faz parte da análise).

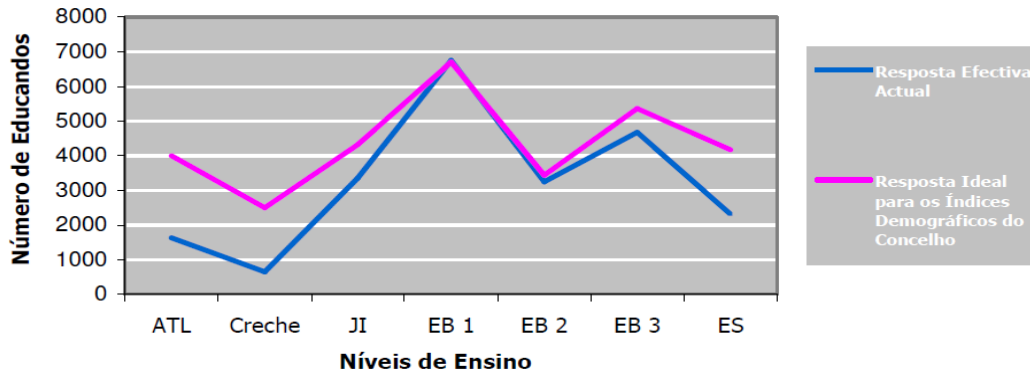


Figura 18: Resposta efetiva atual (2006) e resposta ideal relativamente aos equipamentos de educação.  
Fonte: Relatório 10 da revisão do PDM Barcelos, s.d.

Relativamente aos equipamentos de saúde, especificamente hospitais e centros de saúde, é verificável através da análise da Figura 19 que o **número de hospitais** públicos manteve-se constante ao longo dos anos, sendo representado apenas pelo Hospital Santa Maria Maior. Relativamente a centros de saúde e hospitais privados, é verificável que entre 2003 e 2004 diminuiu o **número de centros de saúde** e aumentou o **número de hospitais privados**.

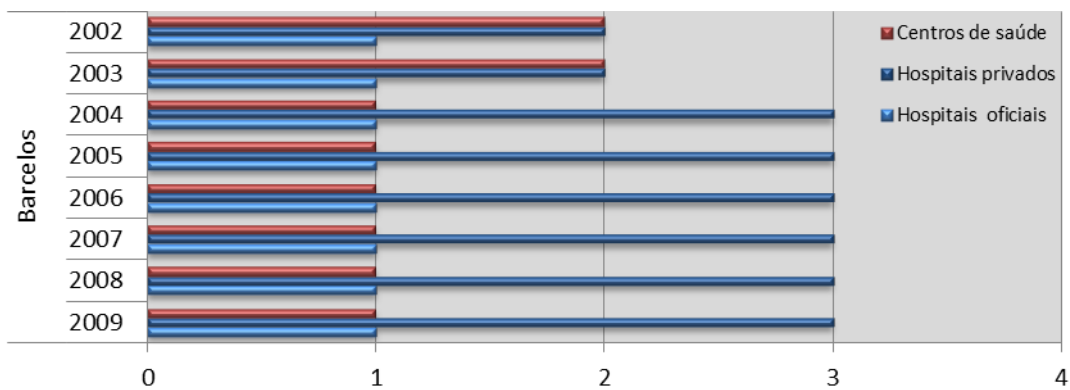


Figura 19: Evolução do número de centros de saúde e hospitais privados e públicos entre 2002 e 2009 no município de Barcelos.  
Fonte: INE – Estatísticas Territoriais, 2011.

### Ocupação urbana

A análise da Figura 20 permite verificar que houve uma redução significativa nas construções, principalmente a partir do ano 2002. Também é possível identificar, que a partir do ano 2000 há uma grande incidência em casos onde o **número de fogos licenciados** foi inferiores ao **número de fogos concluídos em construções para habitação familiar**. O mesmo acontece com o licenciamento de edifícios (Figura 20).

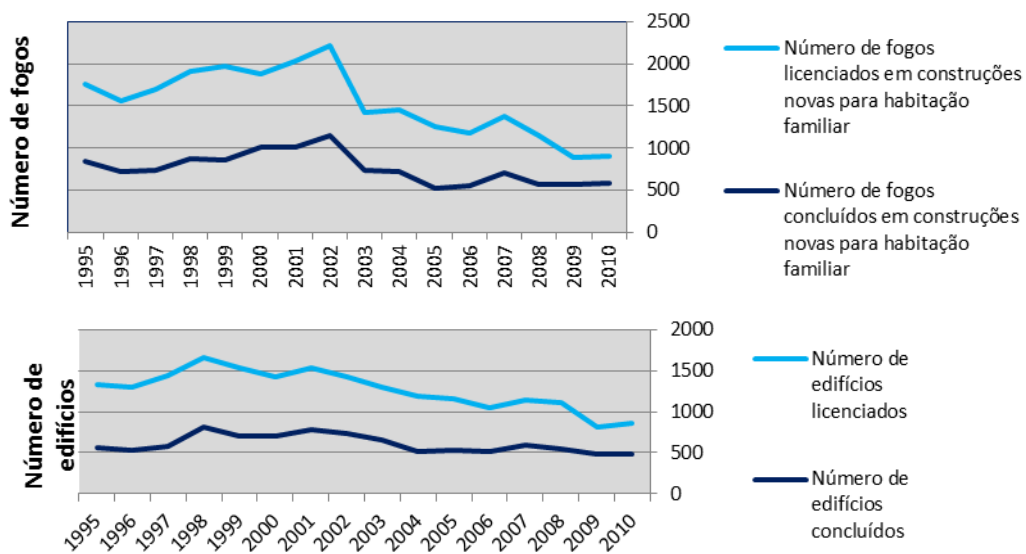


Figura 20: Número de fogos e de edifícios licenciados e concluídos em Barcelos no período entre 1995 e 2010.

Fonte: INE – Estatísticas Territoriais, 2011.

Relativamente ao indicador **edificação em zonas não infraestruturadas**, não foi possível obter informação, até à data, no entanto, no Relatório Barcelos 2020 (2011), é mencionada a desqualificação do modelo territorial concelhio decorrente de uma dispersão não regulada e de padrões de inércia de decisão no tempo, em matéria de ordenamento, nomeadamente as situações identificadas de vazios e roturas urbanos na cidade atual. No mesmo documento, é também referida a dificuldade associada ao planeamento demonstrada pelos instrumentos de gestão do território e pela sua incapacidade de inverter ou controlar o processo de dispersão.

No âmbito do indicador **reabilitação do espaço edificado** é importante referir que, até à data, não estão disponíveis no INE áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística nem áreas de reabilitação urbana do município.

Por fim, no que diz respeito à **reabilitação de espaços industriais**, o relatório Barcelos 2020 refere que o espaço industrial de Barcelos está a ser alvo de uma reestruturação, mas não são fornecidos mais dados, que permitam uma avaliação pormenorizada da situação de dispersão que existe ao nível da indústria instalada em Barcelos.

### Ruralidade

O Relatório para o Espaço Rural (Relatório nº. 3 da revisão do PDM Barcelos) caracteriza o concelho de Barcelos como sendo um dos mais representativos do forte cariz rural e agrícola da região do Minho.

Da análise do quadro da **classificação do uso do solo** presente no mesmo documento constata-se que, de acordo com valores do PDM em vigor, cerca de 29% do território concelhio é classificado como REN associada a áreas mais declivosas e menos propensas à agricultura e 25% como RAN mais representativa a Sul do Rio Cávado, donde se pode concluir que cerca de 50% do território de Barcelos corresponde a áreas sensíveis e de elevado potencial agrícola. Os espaços naturais e os espaços florestais não classificados apresentam igualmente uma fração significativa do território concelhio correspondendo respetivamente a 19% e 9% de ocupação do território.

Segundo o Relatório Síntese (2012) a atividade florestal registou uma diminuição (30%) da área ocupada por floresta representando (Plano Defesa da Floresta - PDF), devido ao abandono e aos incêndios florestais.

O fato do território ter uma grande área classificada sem estratégia para a sua valorização aliada ao abandono das atividades primárias como a agricultura e a atividade florestal tem levado ao declínio populacional nos espaços rurais, arriscando, segundo o Relatório Barcelos 2020 (2011), "a perda de valores cujo potencial económico é manifestamente alto e crescente". Associado a estes fatores, o povoamento disperso, construções clandestinas (ver critério Ocupação urbana) e a ausência de uma rede de transportes coletivos, poderão condicionar fortemente a fixação das populações em meio rural. As limitações de construção para habitação própria de tipologia unifamiliar é outra das causas para o êxodo rural apontada pelo Relatório Síntese (2012).

### **Acessibilidade**

O município de Barcelos está ligado a algumas infraestruturas de conectividade de grande importância, nomeadamente autoestradas e ferrovia, estes eixos permitem uma boa conectividade interconcelhias e determinam a estruturação do povoamento e das suas dinâmicas do município. No entanto, um dos principais problemas levantados pelo Relatório Barcelos 2020 (2011) é a rede viária não apoiar corretamente o acesso às áreas de acolhimento empresarial mais significativas bem como não garantir "a conectividade para além da alimentação do esquema radial básico", o que dada a dispersão do concelho condiciona a estruturação de fluxos.

Relativamente ao indicador **grau de cobertura da rede de transportes**, o relatório da Caracterização Socioeconómica dos Concelhos: Concelho de Barcelos<sup>23</sup>, o Transporte Rodoviário cobre 88,8% das freguesias a que corresponde 90,4% da população. Verifica-se que 55,1% das freguesias são equipadas com Praças de Táxis a que corresponde 67,5% da população provida com esse serviço. A Rede de Transportes Urbanos serve apenas 2,2% das freguesias a que corresponde uma cobertura de 1,8% da população. E relativamente ao Transporte Ferroviário, em particular estações e apeadeiros, cobre 10,1% das freguesias a que corresponde 15,4% da população. É de notar que a distância média das freguesias não equipadas a este serviço é de 5,5 km. Em síntese, apresenta-se o Quadro 46.

**Quadro 46: Cobertura da rede de transportes.**

Fonte: Caracterização Socioeconómica dos Concelhos: Concelho de Barcelos, realizado por DGOTDU, Abril de 2005.

<b>Transporte</b>	<b>População coberta (%)</b>	<b>Freguesias cobertas (%)</b>
<b>Transporte rodoviário (carreiras de transportes públicos)</b>	90,4	88,8
<b>Praças de táxi</b>	67,5	55,1
<b>Rede de transportes urbanos</b>	1,8	2,2
<b>Transporte ferroviário</b>	15,4	10,1

<sup>23</sup> Realizado pela Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano em Abril de 2005.



No que concerne aos **tempos médios de deslocação**, a duração média das viagens do concelho de Barcelos apresenta valores muito próximos aos da sub-região onde se insere (Quadro 47).

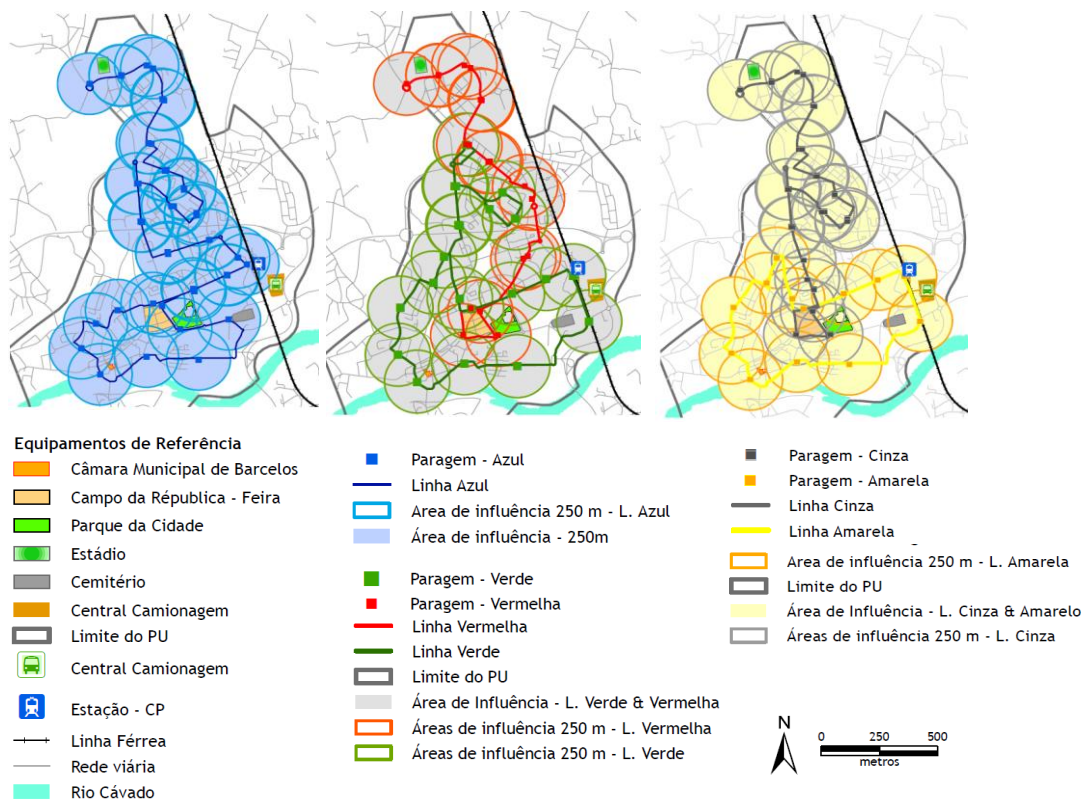
**Quadro 47: Duração média das viagens segundo o motivo e os modos de transporte mais significativos.**

Fonte: INE – Inquérito para a mobilidade da população residente: Cávado – Ave, Grande Porto, Vale do Sousa-Baixo, Tâmega, Entre Douro e Vouga – 2000; 2002.

Concelho / Região de residência	Modo			Motivo “Trabalho”		Motivo “Escola”		Motivo “Lazer”	
	A pé	Automóvel	Transporte público	A pé	Automóvel	A pé	Automóvel	A pé	Automóvel
Minutos									
<b>Cávado/Ave</b>	14	19	28	14	20	15	16	12	19
<b>Barcelos</b>	13	17	37	13	18	15	11	11	22

Também é possível observar que os **tempos de deslocação** são inferiores a 30 minutos, exceto para o transporte público, deste modo, é possível inferir que o transporte público não é uma alternativa eficaz.

Segundo o Relatório de Propostas - Mobilidade Sustentável de Barcelos (s.d.) a **área de influência do serviço de transporte urbano** de Barcelos é de 4,229 km<sup>2</sup>, incidindo apenas numa pequena percentagem da área do município de Barcelos (Figura 21). No entanto destaca-se o facto de que os transportes coletivos rodoviários (TCR) apresentam uma taxa de cobertura espacial na ordem dos 95%, abrangendo todas as freguesias de Barcelos (Relatório Síntese, 2012).



**Figura 21: Área de influência do serviço de transporte urbano.**

Fonte: Relatório de Propostas – Mobilidade Sustentável de Barcelos (s.d.)

Não foi possível obter dados sobre a existência ou pretensão da criação de uma **rede de mobilidade suave, nem** bem como dados sobre **o modo de acesso à paragem de autocarro**, no entanto, o Relatório Barcelos 2020 (2011) refere a existência de um interface de transportes rodo e ferroviário na cidade que não se encontra convenientemente aproveitado devido a um défice de articulação urbana.

## A3.6 – FCD#6 – Coesão social e potencial humano

### Capacitação e reconversão de desempregados

Entre 2001 e 2011 houve um decréscimo de população residente de 1,4%, com 120391 residentes em 2011 (Censos 2011 Região Norte). No mesmo período censitário, a população (correspondente aos grupos etários 15-24, 25-64 e mais de 65 anos) sofreu variações, com um decréscimo do grupo etário mais jovem na ordem dos 24,81% e aumentos de 7,44% no grupo dos 25-64 anos e 25,78% na população com mais de 65 anos.

No que concerne aos **níveis de instrução e formação da população ativa**<sup>24</sup>, esta representa 49,6% da população residente em Barcelos (Censos 2011 Região Norte). Observando a

Figura 22, constata-se que grande parte da população residente tem o 1º ciclo do ensino básico (cerca de 31,8%), em conformidade com os valores do Cávado e Região Norte. É possível observar que à medida que aumenta o nível de escolaridade, o número de indivíduos qualificados decresce.

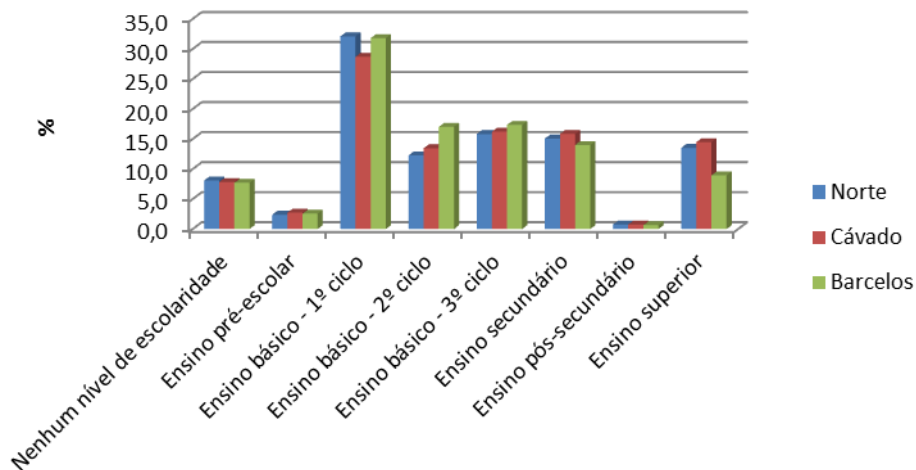


Figura 22: População residente segundo nível de instrução atingido em 2011.

Fonte: Censos 2011 Região Norte.

<sup>24</sup> Definição INE “\*População ativa (sentido restrito) é o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico”.

Tal como referido no Relatório Barcelos 2020 (2011), a transição para um novo modelo de criação de emprego é necessária devido ao aumento da **taxa de desemprego** desde 2004 (Quadro 48).

**Quadro 48: Desemprego Registado entre 2004 e 2012.**

Fonte: Indicadores Regionais, CCDRN.

Nº de indivíduos desempregados	2004	2006	2008	2010	2012
<b>Região Norte</b>	200099	208265	175999	242063	280366
<b>Cávado</b>	17178	17300	15267	21569	27464
<b>Barcelos</b>	3420	4428	3791	5843	6829

*Nota:* Número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego, por concelho de residência (média anual dos valores em fim de mês).

Em 2011, a **variação de emprego por fileira** da população residente economicamente ativa empregada estava concentrada em atividades económicas do setor secundário (cerca de 54,3%), confirmando o carácter industrial do concelho, seguida do setor terciário (cerca de 42,3%) e apenas 3,4% no setor primário (Censos 2011 Região Norte).

Em termos de **programas de ação para a qualificação e integração profissional**, destacam-se os Estágios Profissionais, INOV-Jovem e Iniciativas Locais de Emprego que a região está a desenvolver em parceria com o IEFP para recém-licenciados.<sup>25</sup> Destaca-se, ainda, a existência da medida Estímulo 2012<sup>26</sup>, desenvolvida pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) em parceria com a Associação Comercial e Industrial de Barcelos, para apoiar financeiramente a contratação de desempregados de média e longa duração.

No final de 2008, o número de abrangidos nas diversas medidas de Emprego, Formação Profissional e Reabilitação Profissional no concelho era de 1069, correspondendo a um crescimento de cerca de 16% face ao final do ano de 2007. De salientar que a maioria destas pessoas está abrangida por programas de emprego, nomeadamente, estágios profissionais, apoios à contratação, empresas de inserção, entre outros. No entanto, estes valores revelam-se baixos no que toca à oferta de cursos profissionais. Segundo os estudos do Diagnóstico Social do Conselho Local de Ação Social de Barcelos e face ao número elevado de empresas no sector secundário, o desemprego é maioritariamente devido a falências recentes ao nível do tecido empresarial/industrial do setor têxtil. Estas situações são também problemáticas quando se verifica que a maior parte das apostas de **oferta de formação profissional** são na área da indústria têxtil e comércio. Contudo, como fileiras estratégicas para o concelho de Barcelos, o Relatório Barcelos 2020 (2011) afirma que os setores agropecuário e florestal, turístico e indústria transformadora, são preponderantes para o futuro do concelho.

### *Disfunções sociais*

Entre 2001 e 2011 verificou-se um decréscimo no valor da **taxa de abandono escolar**, com os valores de Barcelos inferiores aos da Região Norte e Cávado (Quadro 49). Importante também

<sup>25</sup> Informação retirada do sítio da Internet do Jornal Barcelos Popular ([www.barcelos-popular.pt/index.php?zona=ntc&tema=14&id=1796](http://www.barcelos-popular.pt/index.php?zona=ntc&tema=14&id=1796)).

<sup>26</sup> <http://www.cm-barcelos.pt/noticias/arquivo/2012/abril/sessao-de-divulgacao-sobre-a-medida-de-emprego-2012estimulo-2012201d> e <http://www.iefp.pt/apoios/empresas/Paginas/MedidaEstimulo2012.aspx>.

é ter em conta a taxa de saída antecipada<sup>27</sup> (inferior aos valores na Região Norte e Cávado) e a taxa de saída precoce (superior aos valores na Região Norte e Cávado)<sup>28</sup>.

**Quadro 49: Taxa de Abandono Escolar na Região Norte de Portugal, em 2001 e 2011.**

Fonte: Indicadores Regionais, CCDRN.

	Abandono Escolar		Saída Antecipada		Saída Precoce	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
<b>Região Norte</b>	3,5	1,5	32,1	9,5	51,2	28,9
<b>Cávado</b>	2,6	1,3	34,0	6,8	54,4	25,5
<b>Barcelos</b>	3,0	1,2	43,9	7,7	64,6	31,6

*Nota:* Obrigatoriedade do ensino escolar em 2001 era o 9º ano de escolaridade; atualmente, segundo a Lei n.º 85/2009 de 27 de Agosto, o regime de escolaridade obrigatória estendeu-se até ao 12º ano de escolaridade.

Em relação ao **nível de apoio a famílias com dificuldades económicas**, destaca-se a existência do protocolo de colaboração entre o município e a Ultriplo, Lda. que protagoniza a recolha, distribuição e reutilização de roupas, calçado e brinquedos usados destinado a famílias carenciadas. Existe também o apoio à comparticipação do Pagamento da Renda de Casa (apoios variáveis até ao limite máximo de 75% do valor da renda de casa), destinado a agregados recenseados que não possuam habitação própria e que possuam um rendimento *per capita* igual ou inferior a 300€<sup>29</sup>.

Verifica-se um aumento de pedidos de recurso à Segurança Social, como é o caso do RSI (Relatório Barcelos 2020, 2011). Entre 2005 e 2008, a variação relativa do número de beneficiários do RSI foi de 77,9, ligeiramente superior à variação na sub-região Cávado (72%) (Relatório Barcelos 2020, 2011). Em 2011, 1,9% da população residente era beneficiária do RSI (Indicadores Regionais, CCDR-N).

A existência de **redes de apoio e integração social** muito se deve ao investimento funcional e organizativo em termos de respostas sociais (Relatório Barcelos 2020, 2011). Algumas iniciativas do tecido institucional local (como Centros Sociais) passam pela articulação com escolas e, de acordo, com as necessidades da comunidade em geral, através de serviços de apoio (refeições, lavandaria, escolar) e serviços técnicos (fiscais e sociais). Destaca-se, ainda, o Projeto Centro de Recursos e Envolvimento Social de Arcozelo – Contrato Local de Desenvolvimento Social, orientado para: emprego; formação e qualificação; intervenção familiar e parental; capacitação das comunidades e das instituições; e informação e acessibilidade. Segundo o Relatório Barcelos 2020 (2011), estas instituições apresentam um défice na capacidade de resposta a questões atípicas (imigrantes, dependências, deficiência, apoio domiciliário e de proximidade aos idosos).

O concelho engloba ainda alguns projetos transversais e inovadores, incluídos no Plano Operacional da Rede Social de Barcelos 2011, como a Universidade Sénior e o Programa Local de Promoção de Acessibilidades (Relatório Barcelos 2020, 2011).

<sup>27</sup> Total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o 3.º ciclo do ensino básico e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

<sup>28</sup> Total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário

<sup>29</sup> www.cm-barcelos.pt